



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
CONTABILIDADE E GESTÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Ricardo Queiroz Lobato Santos

Uma Proposta de Tributação da
Exploração do Minério de Ferro
para o Financiamento do
Reaparelhamento das
Forças Armadas Brasileiras

Brasília, DF

2019

RICARDO QUEIROZ LOBATO SANTOS

Uma Proposta de Tributação da Exploração do Minério de Ferro para o Financiamento do Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (ECO/UnB) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Professor Doutor José Luis da Costa Oreiro.

Brasília – DF

2019

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
CONTABILIDADE E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Ricardo Queiroz Lobato Santos

Uma Proposta de Tributação da Exploração do Minério de Ferro para o
Financiamento do Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras

Dissertação aprovada em ___/___/___ para a obtenção do título de
Mestre em Economia.

Banca Examinadora:

Professor Doutor José Luis da Costa Oreiro

Professor Doutor Jorge Madeira Nogueira

Professor Doutor Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão

Dedicatória

Em memória de meu avô, Wagner Vieira Santos, minha eterna fonte de inspiração.

Aos meus pais, Ricardo e Mônica, por todo o amor e apoio nesta e em tantas
caminhadas de minha vida.

Para Gabriela, a melhor e mais inesperada das surpresas.

Para o Brasil, meu país querido e amado, e seu patrimônio mais precioso: seu povo,
meu povo.

Agradecimentos

A Deus, meu criador, a Nossa Senhora de Nazaré, minha Mãe protetora, e a São João Bosco. Seu fôlego de vida, em mim depositado, e seu amor foram meu sustento, minha luz e me deram fôlego para questionar as realidades e propor um novo mundo de possibilidades.

A meus pais, Ricardo e Mônica, por todo o amor e apoio ao longo de todos os momentos dessa e de tantas outras caminhadas. Obrigado pela capacidade de acreditar e investir em mim. Mãe, seu cuidado e sua dedicação deram-me esperança para seguir em frente. Pai, sua presença sempre significou a segurança e a certeza de nunca estar sozinho em minhas caminhadas.

A meus avós, Cecília, Lair e Francisco e em memória de meu avô Wagner, por todo o apoio, carinho e amor. Por sempre acreditarem e serem, exemplos vivos de sabedoria. Pessoas com quem sempre consigo aprender mais.

Aos meus familiares e amigos, por todo apoio e incentivo ao longo de todos os meses de pesquisa.

À Gabriela, a melhor e mais inesperada das surpresas, por ter me apoiado e incentivado desde a fase de preparação para as provas de seleção de mestrado. Obrigado pelo coração de ouro e por ser essa pessoa incrível.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Oreiro, pela atenção dedicada: pelas nossas conversas, pela paciência e por ter aceitado embarcar nessa grande empreitada. Obrigado por ser esse grande educador a quem sempre pude recorrer durante esta caminhada.

Ao Professor Doutor Jorge, grande mestre, por sua paciência, seus ensinamentos e confiança ao longo de todas as atividades de pesquisa.

Ao Professor Doutor Gusmão, por ter aceitado participar de mais uma etapa de minha vida acadêmica. Grande mestre, obrigado pelos conselhos, pelas conversas e por toda a atenção.

Ao General de Exército R1 Fernando, Ministro da Defesa, à época do início dos trabalhos, Chefe do Estado Maior do Exército, por sempre ter me recebido muito bem e com quem pude debater pontos essenciais sobre as Forças Armadas.

Ao General de Exército Leal Pujol, Comandante do Exército Brasileiro, à época do início dos trabalhos Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército. Por ter se mostrado sempre interessado e pelos diversos dados sobre a evolução da Força Terrestre que contribuíram para esta análise.

Ao Tenente-Brigadeiro Bermudez, Comandante da Força Aérea Brasileira, à época do início dos trabalhos Comandante-Geral do Pessoal da Aeronáutica. Pelo interesse e apoio ao projeto, bem como, pelas informações sobre os Projetos Estratégicos da Aeronáutica.

Ao General de Exército R1 Menandro, Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas. Obrigado por novamente acreditar no sonho de um jovem oficial, permitindo que esta empreitada se realizasse. Eterno Comandante, agradeço-lhe por toda a atenção dispensada e pela amizade.

Ao General de Exército Paulo Humberto, Chefe do Estado Maior do Exército, por nossas conversas e pela contribuição para com a pesquisa acadêmica.

Ao General de Exército Moura, Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, pelo diálogo aberto durante toda a pesquisa e por todo o interesse demonstrado perante os questionamentos deste pesquisador.

Ao Tenente-Brigadeiro Batista Júnior, Chefe de Operações Conjuntas do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. Pelo apoio ao projeto e por nossas conversas.

Ao General de Exército R1 Joarez, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. À época do início da pesquisa Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, com quem tive proveitosas conversas acerca dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas.

Ao Vice-Almirante Rocha, Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha, pelo interesse pelo trabalho e atividades relacionadas às áreas de Ciência e Tecnologia.

Aos Coronéis Godoy e Holanda e ao Tenente Coronel Diego, por sempre terem apoiado a pesquisa e demonstrarem interesse no intercâmbio de informações entre as Academias Civil e Militar em prol do Brasil.

Aos integrantes dos Gabinetes do Comandante da Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE), da Chefia de Operações Conjuntas (CHOC) e Chefia de Logística (CHELOG), do Ministério da Defesa (MD) que muito me ajudaram, e por ter sido sempre bem recebido nessas Chefias.

A todos os militares e servidores civis das diversas Unidades Militares que ainda não foram citadas, com destaque para: Exército: Gabinete do Comandante do Exército (Gab Com Ex), Estado Maior do Exército (EME), Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), Departamento de Engenharia e Construção (DEC), Comando de Operações Terrestres (COTER); Marinha: Gabinete do Comandante da Marinha (GMM); Aeronáutica: Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER), Comando Geral do Pessoal (COMGEP).

A Dom Fernando, Arcebispo do Ordinariado Militar do Brasil, pela amizade, pelos conselhos e por ter contribuído para a pesquisa deste jovem oficial.

Aos padres Augusto, Agnaldo e Marinoni, bem como a Frei Rinaldo, pela amizade, pelas palavras de fé e por todo o apoio prestado.

A todos os Professores e Palestrantes que tive a oportunidade de conhecer ao longo de dois anos de programa de Mestrado em Economia da Universidade de Brasília. A todos agradeço pelos ensinamentos que contribuíram para as análises aqui contidas.

Aos meus colegas mestrandos em Economia da Universidade de Brasília. Em especial à minha Turma do Mestrado Profissional em Economia de Defesa, a primeira e única. Num ambiente tão diverso, com tantos profissionais das mais diversas áreas, o saber e as discussões de ideias foram sempre estimulados. Obrigado a esta Turma que conclui mais uma etapa.

À Universidade de Brasília (UnB), minha *Alma Mater*, e ao Exército Brasileiro. Duas instituições que foram grandes escolas de formação e que me são tão especiais, lugares onde passei alguns dos melhores momentos de minha vida. A fusão das experiências adquiridas nas duas serviu de base para este trabalho.

Citações.....	10
Resumo	11
Abstract	12
Lista de Gráficos.....	13
Lista de Planilhas e Tabelas.....	14
Lista de Imagens	15
Introdução	16
Capítulo I: A (Nova) Ordem Mundial, O Setor de Defesa e O País do Futuro	20
1.1 O Homem: Ser em Transformação e a Necessidade de Ordem.....	20
1.2 De Bretton Woods ao Fim da URSS: A Ordem Mundial da Guerra Fria	23
1.2.1 Estabilidade e Ordem: As Origens de Bretton-Woods	23
1.2.2 O Fim do Império Soviético	27
1.2.3 A Hegemonia dos Estados Unidos.....	30
1.3 A Era da Incerteza	34
1.3.1 Subprime: Uma Crise no Coração do Sistema	34
1.4 O Setor de Defesa e o País do Futuro.....	36
1.4.1 A Indústria de Defesa	36
1.4.2 Segurança Nacional e Setor Industrial no Brasil.....	41
1.4.3 Segurança Nacional: Bem Público Puro.....	43
Capítulo II: Finanças Públicas Brasileiras: A Dicotomia do Século XXI	48
2.1 Origens Históricas da Crise Fiscal Brasileira	48
2.2 Finanças Públicas Brasileiras: A Evolução das Receitas e das Despesas Primárias	49
2.2.1 Resultado Fiscal do Governo Central (2000-2017).....	49
2.2.2 Reformas Macroeconômicas e Rigidez Orçamentária	51
2.2.3 Previdência e Assistência Social (% do PIB)	54
2.2.4 Educação	56
2.2.5 Saúde.....	58
2.3 A Atual Situação das Forças Armadas Brasileiras.....	60
2.4 A PEC do Teto de Gastos	62
2.5 Avaliação do Cenário Econômico-Fiscal	62

Capítulo III: Minério de Ferro e o Fundo Constitucional de Financiamento da Defesa.....	67
3.1 O Setor Mineral Brasileiro.....	67
3.1.1 Breve Contextualização da Tributação de Minérios no Brasil	67
3.1.2 Tributação de Minério de Ferro no Brasil	69
3.2 Tributação de Minério de Ferro pelo Mundo	70
3.2.1 Austrália	70
3.2.2 Canadá.....	71
3.2.3 Chile	72
3.2.4 China.....	74
3.2.5 Índia	75
3.2.6 Peru.....	75
3.3 Fundos Constitucionais de Financiamento.....	75
3.4 Fundo Constitucional de Financiamento da Defesa	76
3.4.1 Antecedentes do Fundo	76
3.4.2 Funcionamento do Fundo Constitucional de Financiamento da Defesa	77
Conclusão	81
Referências Bibliográficas	84
1) Livros:.....	84
1.1) Obras Citadas	84
1.2) Obras Complementares	85
2) Jornais e Revistas:	86
3) Principais Sítios Oficiais Consultados:	87
4) Links Para Dados Utilizados:	87
5) Documentos Oficiais, Documentos e Correspondências Militares, Manuais e Relatórios:.....	91
Anexos.....	93
1) Lista de Projetos Estratégicos das Forças Armadas	93
Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro	93
Projetos Estratégicos da Marinha do Brasil	94
Projetos Estratégicos da Força Aérea Brasileira	94
2) Índice de Siglas	96

“Gastos públicos fazem a Economia crescer mais que o valor gasto.”

John Maynard Keynes

“As pessoas são seres sociais. Seres sociais desejam status. As pessoas ganham status agindo de acordo com normas culturais. Normas culturais influenciam na organização econômica. Ao longo da História, fatores culturais e sociais têm sido o principal combustível da vida econômica. A Economia está inserida na Cultura.”

Karl Polanyi

“Quanto mais você souber olhar longe no passado, mais conseguirá ver longe no futuro.”

Winston Churchill

“Um homem inteligente vive por uma causa, por algo a mais; um tolo vive por si mesmo.”

Giovanni de Bicci di Medici

“Os momentos de crise suscitam um redobrar na vida dos homens.”

François René Chateaubriand

“Tudo se enlaça na restauração de um Estado; encadear as facções metamorfoseando as paixões em interesses comuns seria pouco; não seria, no máximo, senão a metade da tarefa, se a esses interesses não se ligassem os que lhe são vizinhos. Para ser senhor da própria casa é preciso não estar ameaçado com um processo sobre as paredes divisórias.”

Napoleão Bonaparte

“O saber deve ser como um rio, cujas águas doces, grossas, copiosas, transbordem do indivíduo, e se espraíem, estancando a sede dos outros. Sem um fim social, o saber será a maior das futilidades.”

Gilberto Freyre

Resumo

O objetivo deste trabalho é propor uma nova maneira de se arrecadar recursos para financiar o reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras por meio da tributação da exploração do minério de ferro. Isto ocorre, pois o país encontra-se em um processo de recuperação econômica e com a situação fiscal em um patamar alarmante, o que dificulta sua recuperação econômica e afeta de modo significativo o setor de Defesa. Para realizar esta tarefa, é feita uma reconstrução do cenário geopolítico global nos últimos setenta anos, de modo a mostrar como mais que nunca, em um cenário de mundo em desconstrução, o país precisa contar com Forças Armadas prontas para a defesa do território. Também é demonstrado como a situação fiscal que atinge a Defesa também se estende a diversas outras áreas, sendo um problema brasileiro. Por fim, é apresentado como solução para o desinvestimento em Defesa, a tributação da exploração do minério de ferro, que dar-se-á por meio da constituição de um Fundo Constitucional de Financiamento. O trabalho é embasado por ampla pesquisa bibliográfica e documental. O estudo busca oferecer uma solução para um problema que se alastra por anos – o desinvestimento no setor de Defesa Brasileiro – de modo a mitigar as dificuldades que passam as Forças Armadas e oferecer uma resposta consistente para a crise brasileira.

Palavras-Chave: Defesa Nacional, Tributação, Minério de Ferro, Investimento, Crise.

Abstract

The objective of this study is to propose a new way of raising funds to finance the refitting of the Brazilian Armed Forces through the taxation of the exploitation of iron ore. This is due to the fact that the country is in a process of economic recovery and with the fiscal situation at an alarming level, which hampers its economic recovery and significantly affects the Defense sector. To accomplish this task, a reconstruction of the last 70 years global geopolitical scenario has been made, in order to show how, more than ever, in a deconstructing world scenario, the country needs to have Armed Forces ready to defend the territory. It is also demonstrated how the fiscal situation that reaches the Defense also extends to several other areas, being a Brazilian problem. Finally, the taxation of the exploitation of the iron ore is presented as a solution for the disinvestment in Defense, which will take place through the constitution of a Constitutional Financing Fund. The work is based on extensive bibliographical and documentary research. The study seeks to offer a solution to a problem that has been spreading for years – disinvestment in the Brazilian Defense sector – in order to mitigate the difficulties that the Armed Forces are experiencing and provide a consistent response to the Brazilian crisis.

Key Words: National Defense, Taxation, Iron Ore, Investment, Crisis.

Lista de Gráficos

Gráfico 01 – Gastos Militares Globais (1988-2017).....	23
Gráfico 02 – Nível de Industrialização (PIB) das 10 Maiores Economias do Mundo (1960 e 2017).....	39
Gráfico 03 – Participação da Indústria no PIB (%) entre 1947 e 2014.....	42
Gráfico 04 – Cortes no Orçamento das Forças Armadas entre 2012 e 2017.....	46
Gráfico 05 – Receitas e Despesas Primárias Realizadas VS Resultado Primário (em valores nominais constantes) (2000-2017).....	50
Gráfico 06 – Receitas e Despesas Primárias Realizadas VS Resultado Primário (em % do PIB) (2000-2017).....	51
Gráfico 07 – Dívida Bruta em Relação ao PIB entre 2013 e 2018.....	52
Gráfico 08 – Déficit Primário das Contas Públicas entre 2014 e 2018 (Projeção entre 2019 e 2021).....	52
Gráfico 09 – Participação da Despesa Obrigatória no Total da Despesa Primária (%).	53
Gráfico 10 – Participação da Receita Líquida Total (%) (2002-2018).....	53
Gráfico 11 – Despesa Primária Total (%) (2002-2018).....	54
Gráfico 12 – Previdência Social: Receita, Despesa e NFPS (2000-2017).....	55
Gráfico 13 – Previdência dos Servidores da União: Receita, Despesa e Déficit (2003-2017).....	55
Gráfico 14 – Orçamento do Ministério da Defesa (Bilhões de Reais) (2013 a 2017)...	61
Gráfico 15 – Despesa Primária do Ministério da Defesa VS Despesa Primária da União (%) (1996-2016).....	61
Gráfico 16 - Exportações Brasileiras do Minério de Ferro entre 2009 e 2018 (US\$)....	79
Gráfico 17 - Médias Anuais da Taxa de Câmbio entre 2009 e 2018 (R\$/US\$).....	79

Lista de Planilhas e Tabelas

Tabela 01 – Evolução do Gasto Militar Global (em % do PIB).....	41
Tabela 02 – Lista dos Países com o Maior Poderio Militar do Mundo em 2018.....	45
Tabela 03 – Gasto em Educação entre 2008 e 2017 (R\$ Bilhões constantes de 2017)...	57
Tabela 04 – Gastos em Saúde entre 2008 e 2017 (R\$ Bilhões constantes de 2017).....	59
Tabela 05 – Investimento em Infraestrutura por setor em % do PIB (2010-2015).....	65
Tabela 06 – Royalties de Minério de Ferro na Austrália.....	71
Tabela 07 – Tributação de Mineradores no Chile.....	73
Tabela 08 – Imposto sobre Recursos Minerais na China.....	74
Tabela 09 – Cobrança de Royalties de Minério de Ferro na Índia.....	75

Lista de Imagens

- Imagem 01 – Berlim, Julho de 1945, após a batalha pela captura da cidade. Na foto é possível ver as ruínas da cidade com o Portão de Brandemburgo em primeiro plano....25
- Imagem 02 – O Secretário do Tesouro dos EUA, Henry Morgenthau Jr., dirige-se aos delegados da Conferência Monetária de Bretton Woods, em 8 de julho de 1944.....26
- Imagem 03 – Berlim, 09 de Novembro de 1989: Queda do “Muro da Discórdia”.....28
- Imagem 04 – Carta de Batalha contendo o sumário da ofensiva Aliada contra o Iraque.....32
- Imagem 05 – Efeitos Mundiais da Crise do Subprime, funcionários da filial londrina do Banco de Investimentos “Lehman Brothers” retiram o cartaz da fachada do prédio comercial após a falência.....35

Esta Dissertação de Conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Economia de Defesa pela Universidade de Brasília (UnB) tem por objetivo buscar uma forma de financiar as Forças Armadas Brasileiras. Entende-se que, dada a atual situação brasileira de desequilíbrio fiscal, é imperativo uma forma alternativa de encaminhamento de recursos para o setor de Defesa, pois somente por repasses via Orçamento da União, além de não atender a todas às necessidades do setor de Defesa, o agravo para a pesada situação fiscal brasileira seria ainda maior.

Isto posto, este estudo tem por objetivo mostrar como a criação de um Fundo Constitucional de Financiamento para a Defesa Nacional se mostra como uma alternativa plausível de manter os elevados investimentos no referido setor que, em qualquer economia de médio ou grande porte, faz-se mais que necessário¹. Em se tratando de uma nação de dimensões continentais e abundante em recursos naturais, isto se torna uma questão de necessidade imediata, tendo em vista a precária situação que se encontra a Defesa Nacional brasileira. Apesar dos esforços dos militares das três Forças Armadas, não há engenharia financeira que suporte os pesados cortes orçamentários pelos quais a Defesa Brasileira passou nos últimos cinco anos.

O Fundo Constitucional de Financiamento (FCF) a ser constituído, será amparado nas receitas advindas da exploração do minério de ferro, mineral mais que abundante no território brasileiro e cujos tributos incidentes sobre o setor encontram-se em fase de reformulação no Congresso Nacional.

Para justificar a necessidade da criação de um tributo específico que venha a abastecer o FCF da Defesa Nacional e, principalmente, de modo a explicar o porquê de tão urgente necessidade de se investir mais no setor de Defesa diante de um quadro de desinvestimento e de corte de gastos públicos, é preciso contextualizar a atual situação pela qual passa o país, bem como mostrar a conjuntura internacional extremamente desfavorável. De modo a realizar todos esses objetivos, este estudo é dividido em quatro capítulos.

No Primeiro Capítulo, intitulado **A (Nova) Ordem Mundial, O Setor de Defesa e O País do Futuro**, o objetivo é fazer uma reconstrução histórica que mostra as

¹ Desde o início da pesquisa, foram utilizadas como referência diversas iniciativas e estudos das próprias Forças Armadas para solucionar a questão orçamentária. Projetos das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) foram analisados, entretanto, como este trabalho traz uma abordagem inovadora, e por terem sido – em comum acordo com o orientador – considerados não relevantes para esta pesquisa, aqui não estão representados nem citados. (N.A.).

transformações pelas quais o mundo passou desde o fim da Segunda Guerra Mundial e o lugar do Brasil diante de tudo isso. Neste capítulo, é possível perceber que, mesmo diante do turbilhão causado pela Guerra Fria, havia certa previsibilidade nas ações dos países na esfera internacional, inclusive qual o papel a ser desempenhado por cada um no concerto das nações. Com o esfacelamento da União Soviética e o conseqüente fim da Guerra Fria, o mundo viveu um momento de aparente euforia, onde houve o boom da Globalização, mas também de apreensão. Os chamados “novos anos dourados” duraram pouco, pois no raiar do século XXI, iniciou-se uma nova guerra, desta vez não mais com Estados-Nações, mas com um inimigo sem rosto, uma guerra contra o terror.

Neste cenário conturbado, o Brasil viveu uma reviravolta. Não apenas consolidou uma transição de um Regime Militar que governara o país ao longo de 21 anos, mas também viu sua pretensa ascensão internacional esvair-se. Ocorre que, durante toda a Guerra Fria, o governo que governava o país esteve ideologicamente alinhado com os Estados Unidos, país que representava a opção Capitalista. Com o fim do conflito, e conseqüentemente o fim da lógica bipolar que dividira o mundo por quase cinquenta anos, houve um afastamento lento e gradual do alinhamento com os norte-americanos. Com isso, o resultado foi que, todo o apoio incondicional e a garantia de se estar “protegido” pelo poderio militar daquele país, esvaiu-se. Deste modo, o Brasil precisou encontrar novas alternativas para manter-se de pé diante de um mundo em constante transformação.

Chegando ao fim da segunda década do século XXI, o mundo passou por tantas transformações que alguns analistas creem que o fim de mais uma era está próximo. Da “Guerra ao Terror” à Crise do *Subprime*, da ascensão da Rússia e da China ao declínio dos EUA, das reconfigurações tecnológicas às novas ameaças de delitos transnacionais, este é o mundo que o Brasil tem pela frente. Apesar das recentes mudanças políticas no cenário nacional, o país mantém seus desafios de encontrar seu espaço em um contexto internacional de aparente desconstrução do Globalismo² e do Cooperativismo e cada vez mais acentuado ressurgimento dos Nacionalismos que, no passado, já se mostraram tão nocivos para o mundo. Este é o cenário posto no Capítulo I. Dentro disso, a justificativa para o Brasil manter Forças Armadas que contêm com o que há de mais moderno em tecnologia e estejam sempre preparados para enfrentar as mais diversas

² Por Globalismo entende-se o sistema internacional oriundo da Globalização. Globalização é o termo que designa o fim das economias nacionais e a integração cada vez maior dos mercados, dos meios de comunicação e dos transportes. (Definição encontrada em: **Dicionário de economia do século XXI.** / Paulo Sandroni. – Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 376.)

ameaças. Lembrando que a ideia de Forças Armadas bem treinadas e bem equipadas não é ir à guerra, mas garantir a defesa do território e a soberania nacional.

No Segundo Capítulo, intitulado **Finanças Públicas Brasileiras: A Dicotomia do Século XXI**, é mostrado como o grave quadro de desinvestimento que se abate sobre as Forças Armadas não é algo recente, nem uma situação isolada, mas reflexo da situação econômica pela qual passa o Brasil. Diante de um grave quadro de crise fiscal, onde ajustes fazem-se mais que necessários, as Forças Armadas são bastante afetadas. Mas, como mencionado, a situação é mais grave. O desequilíbrio pelo qual o país passa atingiu níveis alarmantes. Ao contrário do Capítulo I, o Capítulo II é um Capítulo mais técnico, de modo a ilustrar o problema fiscal brasileiro. De modo a elucidar melhor a situação apresentada, as estatísticas e os números inseridos são em suma oriundos de fontes do próprio Governo Federal Brasileiro como Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento³, Desenvolvimento e Gestão ou do Banco Central; bem como de instituições internacionais, como Fundo Monetário Internacional ou Banco Mundial.

No Capítulo II estão demonstrados índices da situação fiscal brasileira, bem como um quadro de como o desinvestimento nas Forças Armadas atingiu níveis alarmantes. No final, há um resumo da situação nacional e uma introdução para o Capítulo III, ou seja, uma solução para o desinvestimento em Defesa que, se bem aplicado, tem potencial para ajudar diversos outros setores. É explicado como apenas o corte de gastos não resolve o problema, pelo contrário, pode acentuar o desemprego e mitigar o consumo.

O país precisa de investimento em setores onde é possível absorver grande quantidade de mão de obra, de modo a dinamizar a economia. Justamente por isso que os recursos para o Fundo Constitucional de Financiamento da Defesa virão do setor de exploração mineral, mais especificamente da exploração de minério de ferro, pois este é um setor que possui pouca taxaço – na comparação numérica com outros setores do Brasil. O imposto será, portanto, sobre as Rendas Ricardianas. Além de ser um setor cujo imposto não incide sobre o trabalhador, que já possui uma pesada carga sobre si, mas sobre as companhias, sem, no entanto, mitigar seus lucros. Levando em consideração um princípio igualitário de distribuição de renda que não penaliza a livre iniciativa, um dos princípios básicos do sistema Capitalista.

³ Importante ressaltar que à época da escrita deste trabalho, as Pastas citadas ainda não se encontravam aglutinadas no Ministério da Economia. Por isso, aqui está representado o nome dos Ministérios quando da coleta de dados. (N.A.).

No Capítulo III, intitulado **Minério de Ferro e o Fundo Constitucional de Financiamento da Defesa**, é primeiramente apresentado um panorama do setor mineral brasileiro. Desde uma breve História da mineração no Brasil, até como se dá a tributação dos minérios – em especial do minério de ferro – atualmente. Na sequência, é feita uma comparação com a tributação incidente sobre a produção mineral pelo mundo, a fim de melhor explicar para o leitor como a solução de um tributo específico para a Defesa, apesar de ser uma ideia deste trabalho, não é algo inédito no mundo. Diversos países se utilizam de impostos específicos para o setor mineral para os mais variados fins, incluso para a manutenção de suas Forças Armadas.

Depois de toda a análise sobre o setor mineral no Brasil e no mundo é apresentado o funcionamento do Fundo Constitucional de Financiamento (FCF), instrumento instituído de modo a mitigar as desigualdades regionais brasileiras, mas que pode ser empregado também para contornar o descalabro que se abate sobre as Forças Armadas. Por meio do FCF, será possível reequipar o setor de Defesa que, por si só, possui enorme potencial para geração de empregos e precisa de um incentivo a mais para se desenvolver. Também é explicado como funcionará o FCF da Defesa e sob a tutela de qual instituição financeira ele deve permanecer.

Por fim, nas **Considerações Finais**, é feito um apanhado de tudo que foi abordado durante a análise. O estudo realizado foca, sobretudo, em uma nova forma de tributação específica que não penalize nenhum setor da economia, mas que possa contribuir para mitigar as desigualdades existentes no país e que possa contribuir para o reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras.

Capítulo I: A (Nova) Ordem Mundial, O Setor de Defesa e O País do Futuro

O objetivo deste primeiro capítulo é explicar a situação Geopolítica Mundial da última metade do século XX e início do século XXI; em especial as transformações pelas quais o mundo passou com o fim da Guerra Fria e o início da Guerra ao Terror. Isto se faz necessário, para que seja possível entender como todas essas mudanças afetaram o Brasil, em especial a Defesa Brasileira, de modo a explicar o porquê de ser tão necessário um incremento no investimento em Defesa no momento em que o país se recupera de uma forte crise econômica. Neste momento, mais que em qualquer outro em sua História, o país se encontra fragilizado e, como será abordado neste capítulo, já não pode mais contar com uma situação internacional favorável e sem risco de ameaças, bem como o apoio de seus antigos aliados já não está mais garantido. Sendo assim, de modo a se afirmar no cenário internacional e, principalmente, se salvar de eventuais ameaças, o investimento em Defesa é crucial para a manutenção do status quo brasileiro.

1.1 O Homem: Ser em Transformação e a Necessidade de Ordem

O mundo é um lugar em constante transformação. Não apenas a natureza está a cada dia se reinventando com seus movimentos tectônicos, erupções vulcânicas, entre tantas outras mudanças; como também o ser humano, dotado de uma capacidade de raciocínio não encontrado em nenhum outro ser vivo, está em constante mudança.

Em contrapartida, a ambição do ser humano faz com que, concomitante a sua busca por avanços tecnológicos para melhorar o seu bem-estar e também o de seus semelhantes, ele busque e conquiste novos territórios e riquezas naturais, de modo a manter-se sempre em desenvolvimento. Napoleão Bonaparte já dizia que “os homens lutam com mais bravura por seus interesses do que por seus princípios”⁴. Deste modo, como nação, é preciso canalizar os interesses das pessoas em prol do desenvolvimento do país, garantindo-se, ao mesmo tempo, as liberdades dos indivíduos e a segurança do território. Esse objetivo só é possível por meio do investimento em Defesa. É isso que as nações têm feito ao longo da História.

À medida que pequenos aglomerados deram lugar a organizações sociais mais complexas, e essas a Cidades-Estados, que por sua vez originaram nações, que deram

⁴ NAPOLEÃO I, Imperador dos franceses, 1769-1821. **Máximas e pensamentos** / Napoleão; seleção e prefácio, Honoré de Balzac; tradução José Dauster. – Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

origem a impérios; os homens vêm competindo para estarem no centro do que ficou conhecido como Ordem Mundial. Em seu livro de título homônimo, o ex-Secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, afirma que “jamais existiu uma ordem mundial que fosse verdadeiramente global”⁵. O que se refere como “ordem mundial” é um conceito concebido na Europa Ocidental há quase quatro séculos numa conferência de paz realizada na região alemã da Vestefália, sem o envolvimento ou sequer o conhecimento da maioria dos outros continentes ou civilizações (KISSINGER, 2015).

Ocorre que, mesmo que o conceito não seja preciso, durante toda a História – principalmente nos últimos três séculos – as grandes potências têm buscado estender suas áreas de influência por todo o globo. Com a evolução da tecnologia, o impacto das disputas de poder pode ser sentido em áreas antes inimagináveis. As disputas – sejam elas comerciais, políticas, diplomáticas ou culturais –, entre os Estados ou países, alcançou seu pico na Guerra Fria. Com a chamada “Ordem Bipolar”, EUA e URSS se viram em lados opostos lutando pela supremacia global.

A Guerra Fria, com todo seu jogo em busca da supremacia entre os Blocos Capitalista e Socialista, trazia certa previsibilidade e gerava, mesmo que à custa de conflitos na periferia do sistema, um equilíbrio internacional de poder entre as grandes potências e seus respectivos aliados. Com a queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991), o pretense equilíbrio se viu ameaçado. Primeiro veio a falsa sensação de segurança, com os EUA reinando como a única grande superpotência; depois o medo com os ataques de 11 de setembro de 2001, onde a maior potência do planeta foi atacada em seu coração. O centro financeiro do sistema neoliberal⁶, o “World Trade Center”, o “Centro de Comércio Mundial”, em uma tradução livre, foi atacado por extremistas islâmicos. O nascente século XXI começava com a “Guerra ao Terror”, como definiu o então presidente dos Estados Unidos, George H. Bush⁷.

⁵ KISSINGER, Henry. **Ordem mundial** / Henry Kissinger; tradução Cláudio Figueiredo. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. p. 10.

⁶ Por sistema neoliberal entende-se o sistema originado do neoliberalismo. **Neoliberalismo**: Doutrina político-econômica que representa uma tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno. Como a escola liberal clássica, os neoliberais acreditam que a vida econômica é regida por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais e cuja mola-mestra é o mecanismo de preços. Entretanto, defendem o disciplinamento da economia de mercado, não para asfixiá-la, mas para garantir-lhe sobrevivência, pois, ao contrário dos antigos liberais, não acreditam na autodisciplina espontânea do sistema. (Definição encontrada em: **Dicionário de economia do século XXI**. / Paulo Sandroni. – Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 590-591.). O termo aqui está empregado tanto como uma referência à política econômica, quanto à ideologia, pois a intenção dos terroristas era justamente atacar o simbolismo do poderio norte-americano. (N.A.).

⁷ Em: <http://edition.cnn.com/2001/US/09/20/gen.bush.transcript/>, consultado em 24 de maio de 2018.

Era então inaugurada uma era de incerteza que culminaria com duas intervenções no Oriente Médio, mais uma série de atentados terroristas. Como se isso não bastasse, o mundo veria o “despertar do dragão”, a ascensão chinesa a segunda maior economia do globo⁸ e o renascimento de um país que se pensava ter sido enterrado com os fantasmas comunistas: a Federação Russa⁹. Não mais uma economia planificada, mas uma economia capitalista (com características próprias), mas que passou a ameaçar o poderio norte-americano¹⁰. Frente à crescente incerteza, e com a credibilidade e as finanças abaladas pela Crise Hipotecária de 2008, muitos países deixaram de contar exclusivamente com o apoio dos EUA para sua defesa¹¹. Décadas depois do fim da Guerra Fria, o mundo se encontra em uma nova corrida armamentista, com o gasto mundial anual com produtos de defesa na casa dos 1,7 trilhões de US\$¹², como demonstrado no Gráfico 01.

⁸ Em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral.china-se-torna-segunda-maior-economia-mundial-imp-,679636>, consultado em 24 de maio de 2018.

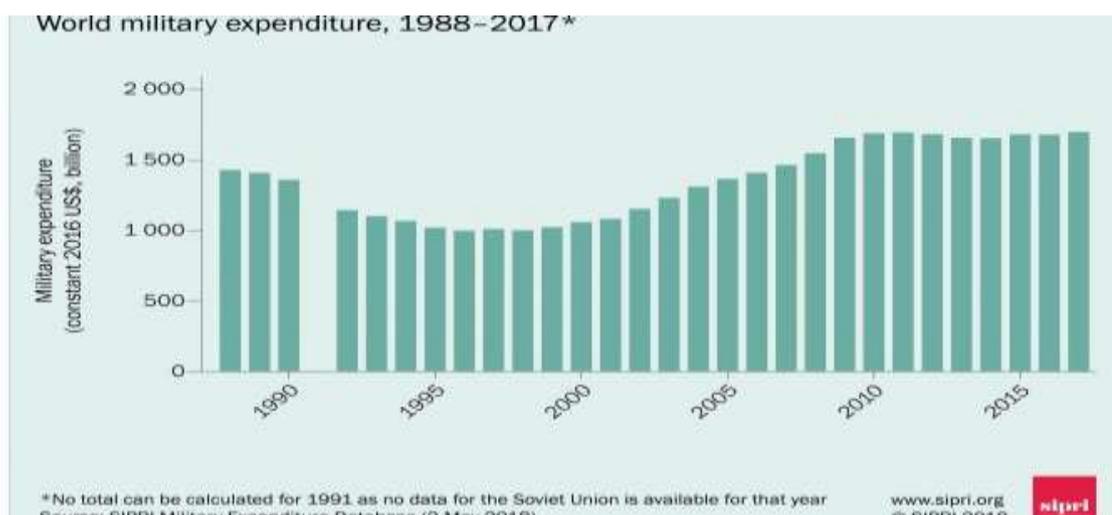
⁹ Em: <https://www.theguardian.com/world/2014/mar/18/vladimir-putin-chilling-address-duma-world-view>, consultado em 24 de maio de 2018.

¹⁰ Em termos econômicos, a despeito de seus recursos naturais, a economia russa não rivaliza com a norte-americana. A economia dos EUA é mais sofisticada e diversificada. De uma perspectiva militar, a Rússia pode se equiparar ao poderio dos EUA. Para os estudiosos militares do século XXI é uma incógnita quem ganharia um confronto direto entre os dois países – ou se a possibilidade da aniquilação mútua em decorrência de um ataque nuclear não seria levada em conta, como na Guerra Fria -, entretanto, é considerado que a Rússia é um rival com condições de combater os EUA. Em: <https://thediplomat.com/2018/12/would-the-us-really-lose-a-war-with-china-and-russia/>, consultado em 06 de março de 2018.

¹¹ Em: <https://www.theguardian.com/world/2017/may/28/merkel-says-eu-cannot-completely-rely-on-us-and-britain-any-more-g7-talks>, consultado em 24 de maio de 2018.

¹² Em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2018/global-military-spending-remains-high-17-trillion>, consultado em 02 de maio de 2018.

Gráfico 01 – Gastos Militares Globais (1988-2017).



Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI).

A pretensa “ordem mundial” pós-Guerra Fria¹³ se encontra em seu ponto crítico, com a economia global e mesmo a paz mundial severamente ameaçadas. Nesse cenário, os países – Brasil incluso – não podem mais contar apenas com a proteção de um grande ator hegemônico. Apesar de a cooperação ainda ser a saída mais plausível para a atual situação, é imperativo que as nações, principalmente as abundantes em recursos naturais, passem a ter condições mínimas de salvaguardar suas riquezas e sua população, preservando sua soberania. Para entender como o mundo chegou nesse patamar e como é latente a necessidade de investimento em defesa, mesmo em um país com o histórico pacífico o Brasil – uma das dez maiores economias do globo¹⁴ –, é preciso retornar às origens da ordem que vigorou durante toda a segunda metade do século XX. O sistema montado quando os canhões da II Guerra ainda davam seus últimos tiros e que regeu as relações de poder do mundo até o fim da URSS: o Sistema de Bretton Woods.

1.2 De Bretton Woods ao Fim da URSS: A Ordem Mundial da Guerra Fria

1.2.1 Estabilidade e Ordem: As Origens de Bretton-Woods

¹³ Em, <https://www.foreignpolicyjournal.com/2012/08/17/reinventing-a-new-world-order-for-the-twenty-first-century/>, consultado em 22 de maio de 2018.

¹⁴ Em: https://www.focuseconomics.com/sites/default/files/wysiwyg_images/focuseconomics_january_biggest_economies-01.jpg, consultado em 24 de maio de 2018.

O Acordo de Bretton Woods, ou ainda “Acordos de Bretton Woods”, é o nome com que ficou conhecida uma série de disposições acertadas por cerca de 45 países aliados em julho de 1944, na cidade norte-americana homônima, no estado de New Hampshire, no hotel Mount Washington. O objetivo deste concerto de nações era definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial após a II Guerra Mundial. Duas figuras se destacaram nas negociações que viriam a definir o Acordo: Harry Dexter White, Secretário Assistente do Tesouro norte-americano, na Conferência presidente da Comissão I; e John Maynard Keynes, assessor do Tesouro Britânico e Diretor do Banco da Inglaterra, colocado à frente da Comissão II.

Além da presença dos economistas norte-americano e britânico, outro fator importante da Conferência foi o papel desempenhado pela União Soviética. Após uma concessão final do delegado soviético, que, sob instruções diretas do chanceler de seu país, Viatcheslav Molotov, aceitou finalmente que a contribuição da URSS ao capital do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) fosse idêntica à sua contribuição ao Fundo Monetário Internacional (FMI), encerrava-se a negociação dos instrumentos constitutivos dessas duas instituições internacionais. Contudo no ano seguinte, Stalin decidiria que a União Soviética não participaria dessas instituições e a assinatura de seu representante não estava entre as que, em 27 de dezembro de 1945, permitiram que os acordos respectivos entrassem em vigor¹⁵. Esse acontecimento marca informalmente o início da Guerra Fria, por ser esse o momento em que as relações Estados Unidos e União Soviética – que já se encontravam em uma corrida militar para ver quem tomava primeiro a capital do Reich, Berlim – começaram a se deteriorar. Na Imagem 01 é possível mostrar como Berlim ficou após sua tomada por tropas soviéticas. O estado de ruína completa era a realidade não apenas da Alemanha, mas de diversas cidades na Europa e na Ásia.

¹⁵ COZENDEY, Carlos Márcio B. **Instituições de Bretton Woods: desenvolvimento e implicações para o Brasil** / Carlos Marcio B. Cozendey. – Brasília: FUNAG, 2013. p. 13.

Imagem 01 – Berlim, Julho de 1945, após a batalha pela captura da cidade. Na foto é possível ver as ruínas da cidade com o Portão de Brandemburgo em primeiro plano.



Fonte: Sítio “Rare Historical Photos”¹⁶.

As bases políticas do sistema Bretton Woods podem ser encontradas na confluência de várias condições principais: as experiências comuns da Grande Depressão, a concentração de poder em um pequeno número de Estados e a presença de uma potência dominante querendo (e capaz de) assumir um papel de liderança. White e Keynes se preocupavam principalmente em resolver alguns dos problemas do pré-Guerra, que na visão de ambos havia caminhado para o início das hostilidades. As reuniões que se estenderam por dias estão representadas na Imagem 02, onde é possível observar o Secretário do Tesouro dos EUA, Henry Morgenthau Jr., dirigindo-se aos delegados em 8 de julho de 1944.

O que ficou conhecido como “Fantasmas, ou Assombros, de Bretton Woods” eram comuns a muitos dos participantes das quarenta e quatro delegações ali reunidas¹⁷. O impacto das alternativas de organização econômica oferecidas tanto pelo Fascismo, como pelo Comunismo; os erros de política econômica do entre guerras; as mudanças de gestão econômica trazidas pelo combate à grande Depressão e pelo esforço de guerra; todos esses pontos gravavam enorme apreensão.

Entretanto, conforme Cozendey (2014), talvez o maior foco de apreensão dos envolvidos residisse no poderio soviético. A capacidade dos povos do Leste de enfrentar a máquina de guerra alemã – tanto a recuperação da indústria da URSS com boa parte de seu território ocupado, quanto o “rolo compressor do Exército Vermelho” –, em

¹⁶ Em: <https://rarehistoricalphotos.com/berlin-end-war-1945/>, consultado em 24 de maio de 2018.

¹⁷ Importante ressaltar que, apesar da vitória Aliada já ser dada como algo certo, a conferência foi realizada em plena II Guerra Mundial. Os países ainda estavam combatendo, tanto na Europa como na Ásia. Também vale ressaltar o fato de que as negociações haviam sido iniciadas a pelo menos três anos, quando o clima de incerteza era maior. Por isso uma névoa de preocupação pairava no ar. (N.A.).

muitos círculos, resultara em interesse e mesmo admiração pela gestão econômica comunista. O próprio White escrevera um ensaio não publicado¹⁸ em que analisava a organização econômica soviética e concluía: “A Rússia é a primeira instância de uma Economia Socialista em ação. E funciona!”¹⁹.

Imagem 02 – O Secretário do Tesouro dos EUA, Henry Morgenthau Jr., dirige-se aos delegados da Conferência Monetária de Bretton Woods, em 8 de julho de 1944.



Fonte: Sítio oficial do Banco Mundial (World Bank)²⁰.

Ainda conforme Cozendey (2014), outra ameaça era o legado deixado pelos regimes nazifascistas. Os regimes de Hitler e de Mussolini – que inspiraram o Franquismo na Espanha e o Salazarismo em Portugal, bem como o Peronismo Argentino, que era então uma das maiores economias do globo²¹ – representaram um enorme desafio às Democracias Ocidentais, ao mesmo tempo em que promoveram a organização da Economia pelo Estado com preservação das relações de propriedade. Os fascismos eram uma alternativa direta às propostas comunistas, ao compartilharem a visão positiva de “racionalidade” do planejamento econômico universal, visto como forma superior de coesão social, em face do caos dos mercados livres, que foram (em parte) as responsáveis pelas sucessivas recessões do entre guerras.

¹⁸ Anos depois White teria de se explicar perante uma comissão do Congresso norte-americano por sua admiração ao modus operandi de alguns sistemas soviéticos. Por suporem ser ele um comunista, foi acusado de ser antiamericano. Faleceu pouco tempo antes da sentença e o caso foi arquivado. (N.A.).

¹⁹ “Russia is the First instance of a socialist economy in action. And it works!”, Steil (2013), p. 42 e p. 137. Em: <https://www.cfr.org/blog/russia-first-instance-socialist-economy-action-and-it-works-my-transcription-hd-white-essay>, consultado em 24 de maio de 2018.

²⁰ Em: <http://www.worldbank.org/en/about/archives/history/exhibits/bretton-woods-monetary-conference>, consultado em 25 de maio de 2018.

²¹ Em: <https://www.economist.com/briefing/2014/02/17/a-century-of-decline>, consultado em 25 de maio de 2018.

O nascente sistema, por se desenvolver ainda com a guerra em andamento, era fruto direto das consequências daquele conflito, ao passo que tentava criar um novo mundo que evitasse os fracassos do anterior. Muitas das ideias que permearam o mundo durante toda as décadas de 1920 e 1930 eram recentes. Os horrores das ditaduras alemã e soviética, ainda não haviam sido expostos. Posteriormente, com a descoberta dos campos de concentração alemães e na década seguinte com o fim do Stalinismo e a ascensão de Khrushchev, foi que o mundo tomou conhecimento dos massacres perpetrados por Stalin, alguns dos quais (direta ou indiretamente) contribuíram para o sucesso das medidas econômicas e pelo crescimento da União Soviética nos anos anteriores à II Guerra Mundial. No caso alemão, faz bem ressaltar que, mesmo com o país destruído, sua inflação estava controlada ao fim do conflito. Dois casos que, no momento da Conferência de Bretton Woods, ainda estavam em andamento.

O primeiro passo era garantir a estabilidade monetária das nações. O acordo de Bretton-Woods definiu que cada país seria obrigado a manter a taxa de câmbio de sua moeda fixa com relação ao dólar, com margem de manobra de cerca de 1%. A moeda norte-americana, por sua vez, estaria ligada ao valor do ouro em uma base fixa, mas podiam ajustar as poupanças em função do desequilíbrio estrutural do Balanço de Pagamentos.

Além disso, foram criadas instituições multilaterais encarregadas de acompanhar esse novo sistema financeiro e garantir liquidez na economia: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). “A tendência à concordância em Bretton Woods era muito forte, devido à magnitude das ameaças. Esse filme de cada um por si ninguém queria ver de novo”, explica Renato Baumann, diretor do escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que faz parte da Organização das Nações Unidas (ONU), outra instituição que nasceu após Bretton Woods²². Esse sistema liberal, que primava pelo Mercado e pelo livre fluxo de comércio e capitais, foi a base para o maior ciclo de crescimento da história do capitalismo. Com sua moeda regendo o mundo e supremacia nos setores industrial, tecnológico e militar, um país foi o grande vencedor: os Estados Unidos.

1.2.2 O Fim do Império Soviético

²² Em:

http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23, consultado em 22 de maio de 2018.

Na noite de 09 de Novembro de 1989, aconteceu algo que nem o mais ferrenho opositor do Regime Soviético podia imaginar: caiu o Muro de Berlim. Conhecido como “Muro da Infâmia”, a barreira física que simbolizava a divisão entre Leste e Oeste, entre Socialismo e Capitalismo, ruíra. Com a crise que vinha se arrastando desde o início da década pelo sistema Socialista no Leste da Europa e o enfraquecimento do mesmo na Alemanha Oriental, ocorreu a queda do Muro. Cidadãos da Alemanha foram às ruas comemorar o momento histórico e ajudaram a derrubar o que havia sobrado da barreira que, desde 1961 havia dividido seu país. O ato simbólico representou também o fim da Guerra Fria e o primeiro passo no processo de reintegração da Alemanha depois de quase meio século. A Imagem 03 ilustra o momento em que berlinenses ocidentais e orientais se encontram.

Imagem 03 – Berlim, 09 de Novembro de 1989: Queda do “Muro da Discórdia”.



Fonte: Sítio Oficial do jornal “The Washington Post”²³.

O resultado deste pontapé dado pelos alemães não tardou a se espalhar pelo resto da União Soviética. O efeito dominó levou o caos ao regime. Do Mar Báltico ao Mar Negro, das florestas alemãs às estepes do Cáucaso, da Polônia aos Montes Urais, soprava o vento da liberdade. O sonho de Lenin, concretizado por Stalin, defendido por Khrushchev, Brezhnev, Andropov e Chernenko, esfacelava-se sobre o comando de Gorbachev. Até que, em 25 de Dezembro de 1991 Gorbachev renunciou à presidência da URSS e em 31 de Dezembro todas as funções administrativas do país cessaram de

²³ Em: https://www.washingtonpost.com/lifestyle/kidspost/art-group-to-rebuild-berlin-wall-in-german-capital/2018/08/28/54dfed2c-a09f-11e8-8e87-c869fe70a721_story.html?noredirect=on, consultado em 28 de Agosto de 2018.

existir. O que Niall Ferguson chamou de “Império Vermelho”²⁴ deixara de existir da noite para o dia. Cidadãos já não sabiam se eram russos ou ucranianos, antes eram todos soviéticos, agora seu país já não existia mais. Em seu lugar foi formada uma série de pequenas repúblicas, mas que, de uma forma ou de outra, ainda estavam ligadas à Moscou.

O golpe de agosto de 1991 praticamente abriu as comportas para o movimento de independência das repúblicas que compunham a União Soviética. As repúblicas do Báltico já tinham tentado separar-se em 1990, mas foram severamente reprimidas. Com o fracasso do golpe, o cenário mudou totalmente. As forças conservadoras estavam derrotadas e quem mandava realmente era Boris Yeltsin, presidente da Rússia, não mais Gorbachev, que via o poder que ainda lhe restava escapular rapidamente. No dia 04 de Setembro de 1991, Gorbachev, como presidente da União Soviética, Boris Iéltsin, na qualidade de presidente da Rússia, e os demais líderes de outras nove Repúblicas, em sessão extraordinária do Congresso dos Deputados do Povo, apresentaram um plano de transição para criar um novo Parlamento, um Conselho de Estado e uma Comissão Econômica Inter Republicana.

Mesmo que a motivação oficial fosse reestabelecer os parâmetros para uma nova união entre as diversas repúblicas, o real objetivo era na verdade o desmantelamento formal da estrutura tradicional do poder Soviético. Ao final, a proposta foi aprovada, era o fim do que Winston Churchill uma vez classificara como “... uma Cortina de Ferro se fecha sobre a Europa”²⁵. Sabendo da importância de Gorbachev para a estabilidade da nação, Yeltsin prometeu o apoio da República Russa ao novo plano. Enquanto isso, líderes ocidentais também davam sinais de uma clara preferência pela permanência de Gorbachev no poder, embora demorassem a assumir o compromisso de uma ajuda econômica mais efetiva à União Soviética, esperavam em silêncio a continuidade dos acontecimentos.

A precária situação econômica era justamente o que tornava delicada a posição de Gorbachev. O povo soviético tinha perdido a paciência com os problemas econômicos, que se manifestavam na vida diária de cada cidadão. A má gestão dos últimos anos, associada a uma Economia Planificada que se preocupava mais com a produção de material bélico do que com víveres básicos para a população – filas intermináveis para comprar os produtos mais corriqueiros, como sabonete ou farinha de

²⁴ FERGUSON, Niall, 1964-. **A ascensão do dinheiro: a história financeira do mundo.** / Niall Ferguson; tradução Cordelia Magalhães. – 2. ed. – São Paulo: Planeta, 2017.

²⁵ Em: <https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1946-1963-elder-statesman/the-sinews-of-peace/>, consultado em 25 de maio de 2018.

trigo era o retrato mais escancarado do que estava por vir – simbolizavam a desorganização da Economia em que se encontrava o Estado Soviético. Em 17 de dezembro Gorbachev foi comunicado de que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas desapareceria oficialmente na passagem de Ano Novo.

Diante do esfacelamento de seu maior adversário, único entrave no caminho da supremacia hegemônica dos Estados Unidos, o então Secretário de Estado, James Baker, declarou: “O Tratado da União, sonhado pelo presidente Gorbachev, nunca esteve tão distante. A União Soviética não existe mais”²⁶. Era o fim para o Socialismo, e a oportunidade que os EUA necessitavam para expandir seu poder. Tendo sido alimentado durante toda a década de 1980, o insucesso econômico da URSS era consequência direta da chamada “Corrida Armamentista” idealizada pelo Presidente Ronald Reagan. Agora, na administração de George H. W. Bush – vice-presidente de Reagan – concretizava-se o tão sonhado fim da nação que cinquenta anos antes havia entrado em Berlim e posto fim ao III Reich. Das cinzas da II Guerra Mundial nasceram EUA e URSS, originando a Guerra Fria. Agora, das cinzas da Guerra Fria, restava apenas os Estados Unidos.

1.2.3 A Hegemonia dos Estados Unidos

Sendo a principal potência capitalista ao final da Segunda Grande Guerra, os EUA foram protagonistas na organização do sistema monetário criado em Bretton Woods em 1944, estabelecendo uma taxa de câmbio fixa entre o Dólar Americano e o ouro. Os EUA criaram novas instituições financeiras internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) – e colocaram a regulação pública no lugar da privada nas altas finanças. A condição de emissor do dinheiro mundial tornou-se possível graças ao seu poder financeiro, industrial e tecnológico, sendo superiores aos demais países capitalistas logo após o fim da II Guerra Mundial, possibilitando assim, aos norte-americanos, uma alta acumulação de superávits comerciais. Dessa forma constituiu-se uma base econômica forte e sólida, com os EUA no topo do mundo capitalista.

O período que se estende do final da década de 1940 ao início da década de 1970 foi marcado na história do Capitalismo Mundial como uma fase de prosperidade e

²⁶ Em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1991/12/09/soviet-union-as-weve-known-it-is-gone-baker-says/474be2be-d695-419a-bdf0-f6d36752f088/?noredirect=on&utm_term=.bd7c7ed9666d, consultado em 24 de maio de 2018.

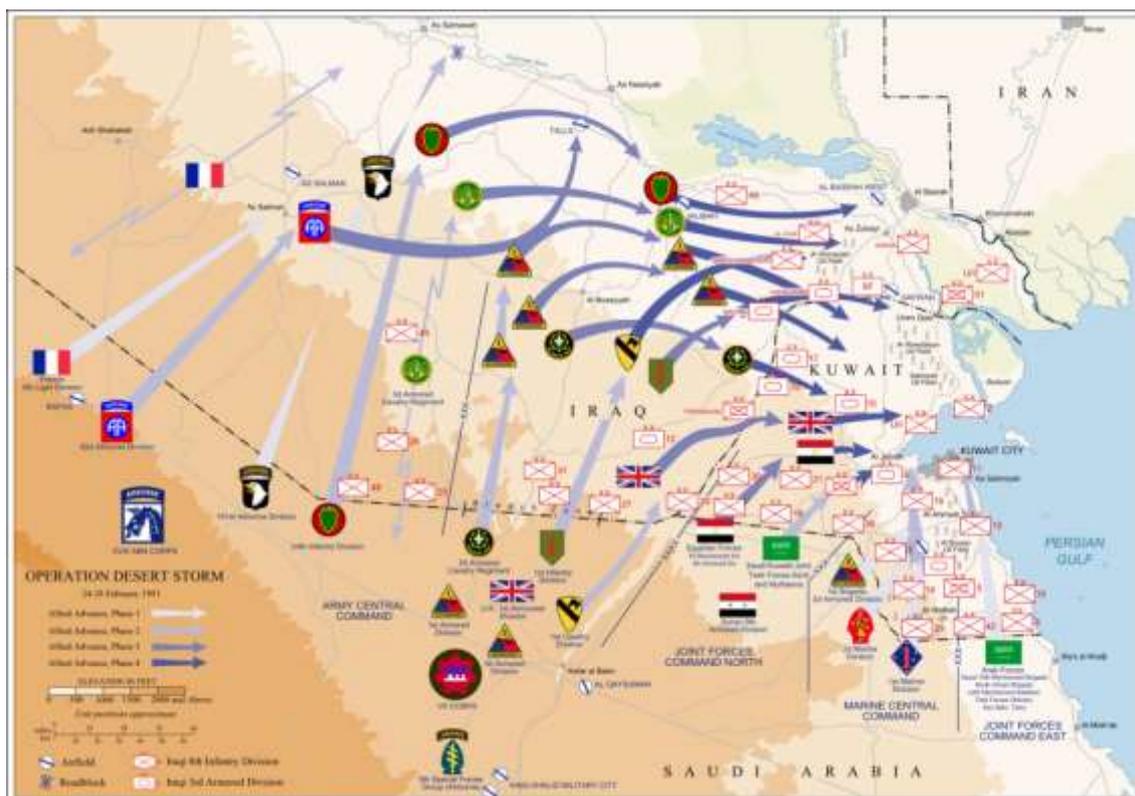
expansão, na qual grande parte das economias capitalistas avançadas obtiveram índices de crescimento, de investimento, de produção, de emprego e de salário sem precedentes históricos. Essa é a época em que se desenvolve o auge da hegemonia norte-americana sobre o mundo capitalista, proporcionando o desenvolvimento econômico com altas taxas de lucro não somente aos EUA, como também para os seus aliados e concorrentes no mundo numulário.

Com o fim da Guerra Fria, os EUA se viram sem um adversário a altura, capaz de fazer frente a seu poderio bélico. Com isso, já não possuíam mais as amarras que antes os impedia, de uma forma direta, de intervir em outros países. O primeiro resultado dessa nova política, mais imperativa, foi sentido na Primeira Guerra do Golfo (1990-1991). O conflito militar opôs o Iraque e as forças da Coalizão Internacional, liderada pelos EUA e Inglaterra – junto com mais 28 países –, contando com o “patrocínio” das Nações Unidas e aprovação do Conselho de Segurança, que autorizou o uso de força militar para alcançar a libertação do Kuwait. O conflito teve características peculiares, como a maior mobilização – até aquele momento – de recursos humanos e materiais desde o final da II Grande Guerra. Na “Imagem 04” está representada a carta de batalha da invasão do Golfo, contendo o sumário da ofensiva Aliada contra o Iraque.

Para Henry Kissinger (1994), os EUA enfrentaram, em 1991, pela terceira vez em sua história, o desafio de reconfigurar o mundo aos seus desejos. Os anos de 1918, 1945 e 1991 devem ser vistos de forma diferente. Estes três marcos na história do mundo (e norte-americana) foram, na verdade, fundamentais na luta da conquista do poder global²⁷. Por exemplo, a Guerra Fria terminou sem uma nova Guerra Mundial. Após o término da URSS, o mundo não redefiniu uma nova Paz de Vestefália como em 1648, ou Congresso de Viena em 1815.

²⁷ FIORI, J. L. (2001). **Polarização Mundial e Crescimento**. Ed. Vozes, Petrópolis.

Imagem 04 – Carta de Batalha contendo o sumário da ofensiva Aliada contra o Iraque.



Fonte: Sítio “Linguagem Geográfica”²⁸.

Com o fim da Guerra Fria, os EUA e seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), se viram sem suas principais ameaças, os principais motivos de sua organização: a ameaça socialista da URSS e da Alemanha Oriental. No entanto, passando por uma série de mudanças, persistiram. Logo no início dos anos 1990, a Organização realizaria sua primeira missão militar fora do território dos países membros. Devido a conflitos nos Balcãs²⁹, a OTAN declarou que esta instabilidade na Europa Central afetava a segurança de seus membros.

Segundo Johnson (2004), entre os anos de 1989 e 2002 ocorreu uma revolução nas relações políticas e econômicas da América com o resto do mundo. A condução política externa dos EUA era essencialmente civil. Por volta de 2002, houve uma drástica mudança. Os EUA tomaram uma postura de domínio geral do mundo em todos os seus aspectos básicos. O lado do “império” tornou-se real devido ao alcance militar, político e econômico que os EUA alcançaram. Principalmente durante a Administração Bush, o discurso mudou. Voltou-se a usar a linguagem bélica e a tratar dos assuntos dos inimigos internos e externos, passou-se a defender a causa unilateral dos EUA de

²⁸ Em: <https://linguagemgeografica.blogspot.com/2014/08/a-guerra-do-golfo.html?m=1>, consultado em 25 de maio de 2018.

²⁹ Para registro, esta foi a primeira de uma série de intervenções da OTAN, que expandiu suas atuações para a África, o Oriente Médio e a Ásia. (N.A.).

intervenção militar preventiva. Mesmo assim, não houve o abandono do discurso neoliberal³⁰.

Em síntese, é possível perceber que se formou um consenso entre republicanos e democratas a respeito dos principais objetivos dos Estados Unidos da América. Há duas perspectivas dentro da política externa norte-americana: aquela que defende a dominação irrestrita e unilateral do mundo e outra que defende um imperialismo com objetivos “humanitários”³¹. Entretanto, do ponto de vista estratégico, o objetivo é o mesmo de ambos os lados: a construção de um império mundial. Ao utilizar essa abordagem, é possível compreender a lógica geopolítica da ocupação americana dos territórios que haviam estado sob influência Soviética no período da Guerra Fria: Báltico, Ucrânia, Paquistão, Iraque, Palestina, etc.

Na área geoeconômica, a estratégia visava à abertura e desregulação de todas as economias nacionais acelerando o processo de globalização. Com tais ações, os EUA chegaram ao final da década de 1990 como a principal potência econômica do mundo, tendo sua moeda supervalorizada e como base do sistema monetário internacional, e sua dívida pública havia se tornado o principal ativo financeiro de todos os governos do mundo. Logo, no começo dos anos 2000, o poder militar (bélico) americano tinha se tornado a maior infraestrutura coercitiva do mundo e o processo de globalização financeira havia universalizado a moeda e o capital financeiro norte-americano, fazendo com que os Estados Unidos chegassem próximos do seu principal objetivo.

Entretanto, ao se aproximar demais do que uma vez fora a União Soviética, tanto EUA, quanto a União Europeia, acabaram despertando a atenção da Federação Russa. Mesmo depois de anos debilitada pela crise que sucedeu o fim da União Soviética, a principal nação do antigo “Império Vermelho” não perdera completamente seu status de grande potência. Deste modo, depois de anos no limbo, a Rússia, sob o comando de Vladimir Putin, voltaria a mostrar a cara para o mundo. Com a intervenção na Crimeia em 2014/2015, os russos mostrariam que “o urso estava de volta”³². Esse seria mais um dos problemas que viria a ameaçar a nova ordem mundial, onde até então, os EUA reinavam como potência absoluta. Os russos agora estariam lidando com um adversário poderoso, mas que, depois da crise financeira iniciada em 2008, pouco a pouco começara a afundar. Desta forma, e tendo de enfrentar, além do renascimento russo a

³⁰ ANDERSON, Perry, 1938-. **A política externa norte americana e seus teóricos.** / Perry Anderson ; tradução George Kormikiaris. – 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2015.

³¹ JOHNSON, C. (2004). **The Sorrows of Empire.** Metropolitan Books, New York.

³² Em: <http://www1.cbn.com/node/199091>, consultado em 26 de maio de 2018.

ascensão chinesa, pouco a pouco o mundo começava a ser permeado por uma nova era de incerteza.

1.3 A Era da Incerteza

1.3.1 Subprime: Uma Crise no Coração do Sistema

Segundo Hermann (2002), as crises financeiras no sistema capitalista são previsíveis. Para a autora, as crises se assemelham à morte na cultura ocidental: sabe-se de sua certeza, mas sempre que ela vem, assusta-nos como se fosse algo inesperado. A autora afirma que o que há de desconhecido nas crises, assim como a morte, é o “quando” e o “como”. Em relação à crise financeira de 2007, a crise do “Subprime”, em nada se compara a crise de 1929 que se estendeu ao longo anos 1930 de forma crítica.

Para começar, trata-se de uma crise bancária ocorrida no centro do mundo capitalista (EUA). Apesar do que se encontra no senso comum, não se tratava de uma crise no Balanço de Pagamentos. Crises no BP são recorrentes em países emergentes ou em desenvolvimento, que tentam crescer com poupança externa, ou seja, com déficit em conta corrente e endividamento externo.

A causa direta da crise está relacionada à concessão de crédito (empréstimos de altos riscos) hipotecário a credores que não tinham condições de arcar com tais dívidas. Os “Subprimes”, ou créditos bancários de alto risco – que vão desde empréstimos hipotecários até cartões de crédito e alugueis de carros – tinham as taxas de juros pós-fixadas, sendo determinadas no momento do pagamento das dívidas. Deste modo, com o aumento dos juros nos EUA de 1% para 5,25% a.a. entre 2004 e 2007, muitos credores ficaram inadimplentes.

Por outro lado, o fato é que, durante boa parte do pré-crise (2006-2007), a autoridade monetária norte-americana, o Federal Reserve System (FED), mostrou-se mais preocupado com a inflação (que requer juros mais altos) que com a deflação de ativos (que exigia um corte rápido nos juros). Entretanto, é preciso considerar que a política monetária foi mais um elemento propagador que, propriamente, causador da crise. Uma vez que, no crédito subprime – para famílias de renda baixa e sem comprovação e garantias –, o pivô da crise, os contratos já previam aumentos dos juros após alguns anos. Assim, outro fator conjuntural que atuou decisivamente na formação da crise foi o excesso de “otimismo espontâneo”, que levou a flagrantes erros de avaliação de riscos por parte dos bancos credores, dos devedores e dos que compraram derivativos destes

créditos. A Imagem 05 mostra os efeitos mundiais da Crise do Subprime, funcionários da filial londrina do Banco de Investimentos “Lehman Brothers” retiram o cartaz da fachada do prédio comercial após a falência.

Imagem 05 – Efeitos Mundiais da Crise do *Subprime*, funcionários da filial londrina do Banco de Investimentos “Lehman Brothers” retiram o cartaz da fachada do prédio comercial após a falência.



Fonte: Sítio do periódico de finanças “Business Insider”³³.

A relação inevitável entre crescimento e endividamento, aliada à possibilidade, sempre presente, de que este resulte em crise financeira é a essência da “hipótese de fragilidade financeira” de Minsky (1982). A fragilidade inerente ao crescimento nas economias de mercado reside no fato de que a atividade econômica e as relações financeiras que a viabilizam derivam e dependem de um “sistema de confiança”. Este envolve, de um lado, as expectativas de renda futura daqueles que assumem dívidas (empresas, famílias e instituições financeiras, além do governo, possivelmente) e, de outro, as expectativas de retorno-risco daqueles que adquirem estes ativos financeiros.

O problema é que as expectativas que motivam (ou não) a emissão e aquisição de dívidas são em parte ancoradas em avaliações objetivas e, em parte, no que Keynes (1985) chamou de “otimismo [ou pessimismo] espontâneo”. O pagamento regular das dívidas assim criadas depende da confirmação dessas expectativas e, em economias de mercado, não há qualquer garantia neste sentido. Nas palavras de Minsky (1982):

“Tal economia capitalista é instável devido a forças endógenas que refletem os processos de financiamento. Esses processos transformam um sistema tranquilo e relativamente estável em um no qual a contínua expansão acelerada de dívidas, investimentos, lucros e preços são necessários para prevenir uma profunda depressão.”.

³³ Em: <https://www.businessinsider.com/wall-street-financial-crisis-for-junior-bankers-2016-1>, consultado de 25 de novembro de 2018.

Ao longo das décadas de 1980-1990, deu-se um longo processo de desregulamentação financeira na economia americana e em diversos outros países – no Brasil, apesar de ter experimentado fenômeno semelhante, foi em grau bem menor que nos Estados Unidos. Os principais traços desse processo foram a gradual eliminação da segmentação dos mercados e a ampliação do grau de abertura financeira entre os países. O mercado de capitais, especialmente nos EUA, foi o segmento mais estimulado por essas mudanças, por ser, tradicionalmente, menos regulamentado que o setor bancário e, no caso americano, por ser o mais maduro e promissor à época. As novas regras, na prática, significaram liberdade para os bancos ingressarem neste mercado.

Outro ponto abordado por autores sobre a crise do Subprime nos EUA é a desregulamentação dos sistemas financeiros com o Estado. Porém, com a crise, pode-se notar uma forte onda estatal em busca da “salvação”. Segundo o ex-Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser-Pereira (2009), é evidente o absurdo da oposição entre mercado e Estado proposta pelos neoliberais e neoclássicos. “Um liberal pode opor coordenação do mercado à do Estado, mas jamais se colocar contra o Estado, buscando diminuí-lo e enfraquecê-lo.”. Para ele (2009) o Estado é muito maior que o mercado. Cabe ao Estado regular e garantir o mercado e, como ficou evidente na situação do Federal Reserve aportando divisas nos bancos privados por ocasião da Crise do *Subprime*, servir de prestador de última instância.

1.4 O Setor de Defesa e o País do Futuro

1.4.1 A Indústria de Defesa

Desde seus primórdios, os seres humanos têm ambicionado mais e buscado novos meios de facilitar sua vivência em sociedade. Seja por meio de leis e normas, ou por meio de inovações tecnológicas, os humanos sempre buscam condições que elevem seu bem-estar social. Inovações que vão desde a descoberta do fogo, permitindo maiores chances de sobrevivência, frente a um ambiente inóspito em que viviam; passando pela invenção da roda, fato que possibilitou que objetos e pessoas pudessem ser transportados com mais facilidade; até a lâmpada de Edison, trazendo a possibilidade de iluminação dos lares de todo o mundo; ou ao computador de Turing, que permitiu o avanço da comunicação e maior rapidez e fluidez na troca de mensagens. Ressalte-se, a propósito, a atual revolução nos meios de comunicação, mediante uso universal da rede

mundial de computadores. Essas e tantas dezenas de invenções e outras inovações vieram para facilitar a vida dos seres humanos.

Na medida em que pequenas comunas foram dando lugar a sociedades mais complexas, também as inovações tornaram-se mais complexas de modo a atender as demandas das sociedades. Com a subsequente mudança na organização social, também veio a mudança nas formas de governo e na estrutura de defesa das pessoas. Líderes tribais, caçadores e coletores deram lugar a sociedades mais complexas e impérios, como o Babilônio e o Persa, também a democracias como a grega e posteriormente a Roma, o império que mudou a História do mundo. Com a queda de Roma, surgiram senhores feudais, mais adiante reis e, posteriormente, parlamentos e presidentes, bem como a milícias improvisadas, que se constituíam em exércitos nacionais, e algumas estruturas que permanecem até os dias de hoje.

Ao longo de toda a História, o investimento em defesa tem trazido benefício às sociedades. Em Roma, com a construção de grandes estradas e aquedutos por toda a República (e depois pelo Império), era facilitado o envio de tropas para todas as partes do território quando se viam ameaçados por algum dos povos de fora, ditos “bárbaros”. As estradas e aquedutos – alguns dos quais sobrevivem no tempo presente – não tinham como finalidade apenas a defesa. As estradas facilitavam a circulação de bens e de pessoas por todo o território romano, propiciando uma grande vantagem para um comércio em pleno desenvolvimento. Os aquedutos visavam levar água para abastecer as cidades, não apenas para os grandes centros urbanos, mas também para as pequenas vilas. Com um sistema de água corrente, levando saneamento básico às localidades, as chances de doenças diminuía, o que melhorava a qualidade de vida das pessoas.

Também no Brasil colonial, em face de um ambiente hostil dos primórdios da colonização, as cidades se desenvolveram em torno das fortificações estabelecidas, de modo a garantir a segurança das atividades na colônia nascente. Dessa forma, o comércio pôde florescer, devido ao elemento integrador trazido pelas instalações militares. Mais recentemente, com o desenvolvimento de satélites e o advento da internet – ambos concebidos como um meio de melhorar os sistemas de comunicações militar – a troca de dados e mensagens, em escala planetária, civil ou militar, se dinamizou de forma a atingir virtual e instantaneamente todos os pontos do globo, trazendo benefícios para o dia a dia das pessoas e sendo a grande responsável pela inclusão e pela facilitação dos canais de acesso ao mundo. Seja por facilitar as operações bancárias, ou por possibilitar uma informatização na saúde, um sistema que

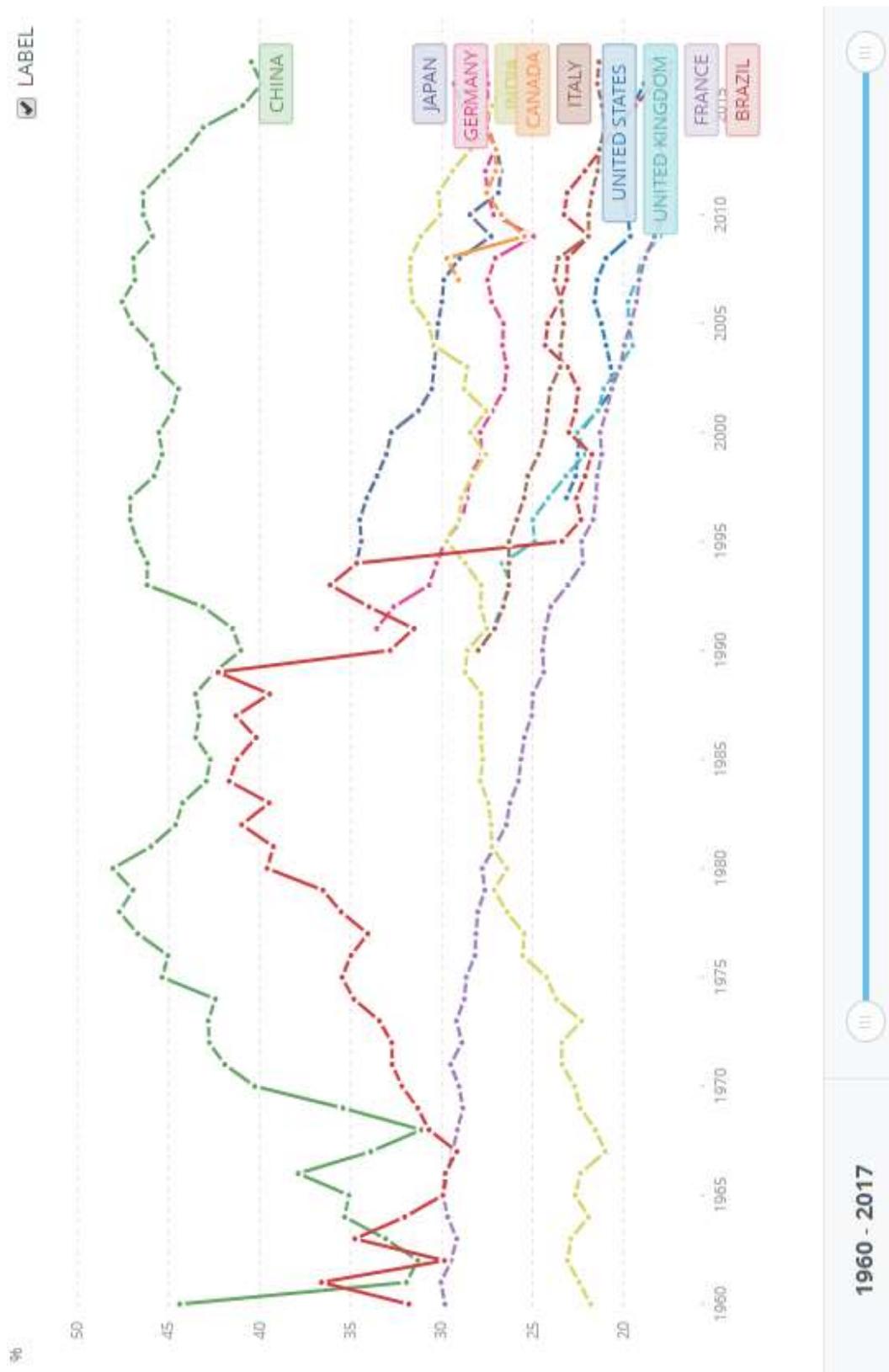
foi concebido para a defesa beneficia diariamente bilhões de seres humanos. E mais, a um custo relativamente baixo pela escala de suas transações e uso.

De todas as invenções e inovações que permitiram o desenvolvimento humano, a mais emblemática e com maior peso é a da indústria. A atividade industrial e o próprio processo de industrialização criam um crescimento sustentável, a base das economias modernas (KUZNETS, 1941; KUZNETS, 1942). Com novas tecnologias e aumento da industrialização, cada vez mais as pessoas se mudam de zonas rurais para as cidades para trabalhar. Trabalho industrializado requer mais qualificação e formação do que o trabalho agrícola. Os trabalhadores beneficiam-se do aprendizado e contribuem para a mudança cultural e a ampliação do comércio. Com isso, gerações sucessivas continuam a se beneficiar desse avanço cultural e industrial³⁴.

Em muitos países considerados desenvolvidos por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (COZENDEY, 2013), os setores industrial e de construção representam uma parte significativa do Produto Interno Bruto (PIB)³⁵. Como está demonstrado no Gráfico 02, onde é possível observar o nível de industrialização (PIB) das 10 maiores economias do mundo entre 1960 e 2017. Seguindo a teia histórica, todos os países considerados desenvolvidos possuem um elemento em comum: o investimento maciço tanto em infraestrutura, quanto em indústria (HOBSBAWM, 1977). Esses investimentos infraestruturais precisam ser feitos ao mesmo tempo, porque são complementares e somente os governos têm condições de fazer investimentos nesse volume.

³⁴ VÁRIOS AUTORES. **O livro da economia**. / [tradução Carlos S. Mendes Rosa]. – São Paulo: Globo, 2013.

Gráfico 02 – Nível de Industrialização (PIB) das 10 Maiores Economias do Mundo (1960 e 2017).



Fonte: Sítio Oficial do Banco Mundial (World Bank)³⁶.

³⁶ Em: https://data.worldbank.org/indicator/NV.IND.TOTL.ZS?end=2017&locations=US-CN-JP-DE-GB-FR-IN-BR-IT-CA&name_desc=false&start=1960&type=shaded&view=chart, consultado em 12 de Novembro de 2018.

Sendo o setor de Defesa uma área de grandes projetos, percebe-se como este é o setor com maior capacidade de atrair investimentos que, se realizados simultaneamente com projetos de infraestrutura, têm grande capacidade de mitigar alguns dos maiores problemas brasileiros atuais, como a desindustrialização, a infraestrutura antiga e de manutenção precária e o crescente desemprego ou trabalho informal. São positivos os efeitos da demanda derivada pelos gastos qualificados com defesa sobre o nível de produção e de produtividade dos setores produtivos civis – entendidos como os gastos das Forças Armadas com a aquisição de produtos e serviços dotados de alta tecnologia, de alta densidade de investimentos privados em P&D. Os efeitos positivos sobre a economia nacional impactam o nível de crescimento econômico e de desenvolvimento tecnológico próprio do país, a absorção de novas tecnologias, o aumento do emprego e, também do saldo comercial com o aumento das exportações para o resto do mundo. Ademais, ressalte-se que, em todo o mundo, a indústria de defesa responde por uma vasta parcela do setor industrial, os gastos com bens e serviços de defesa representam um peso significativo no PIB das economias avançadas. O gasto militar, como vetor da atividade industrial, não beneficia somente às Forças Armadas, mas a toda a sociedade.

Na Tabela 01 é possível observar a evolução do gasto militar global (em % do PIB) no biênio 2016 e 2017. Na Tabela 01 fica evidente como a maior parte dos países manteve estável seu gasto em equipamentos militares nos dois anos citados. Bem como, a maior parte das quinze nações representadas na tabela corresponde às maiores economias do mundo.

Tabela 01 – Evolução do Gasto Militar Global (em % do PIB).

Rank		Country	Spending, 2017 (\$ b.)	Change, 2008–17 (%)	World share, 2017 (%)	Spending as a share of GDP (%) ^b	
2017	2016 ^a					2017	2008
1	1	USA	610	-14	35	3.1	4.2
2	2	China	[228]	110	[13]	[1.9]	[1.9]
3	4	Saudi Arabia	[69.4]	34	[4.0]	[10]	7.4
4	3	Russia	66.3	36	3.8	4.3	3.3
5	6	India	63.9	45	3.7	2.5	2.6
6	5	France	57.8	5.1	3.3	2.3	2.3
7	7	UK	47.2	-15	2.7	1.8	2.3
8	8	Japan	45.4	4.4	2.6	0.9	0.9
9	9	Germany	44.3	8.8	2.5	1.2	1.3
10	10	South Korea	39.2	29	2.3	2.6	2.6
11	13	Brazil	29.3	21	1.7	1.4	1.4
12	11	Italy	29.2	-17	1.7	1.5	1.7
13	12	Australia	27.5	33	1.6	2.0	1.8
14	14	Canada	20.6	13	1.2	1.3	1.2
15	15	Turkey	18.2	46	1.0	2.2	2.2
Total top 15			1 396	..	80
World total			1 739	9.8	100	2.2	2.4

[] = SIPRI estimate; GDP = gross domestic product.

^a Rankings for 2016 are based on updated military expenditure figures for 2016 in the current edition of the SIPRI Military Expenditure Database. They may therefore differ from the rankings for 2016 given in *SIPRI Yearbook 2017* and in other SIPRI publications in 2017.

^b The figures for military expenditure as a share of GDP are based on estimates of 2017 GDP from the International Monetary Fund World Economic Outlook and International Financial Statistics databases.

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) (2018).

1.4.2 Segurança Nacional e Setor Industrial no Brasil

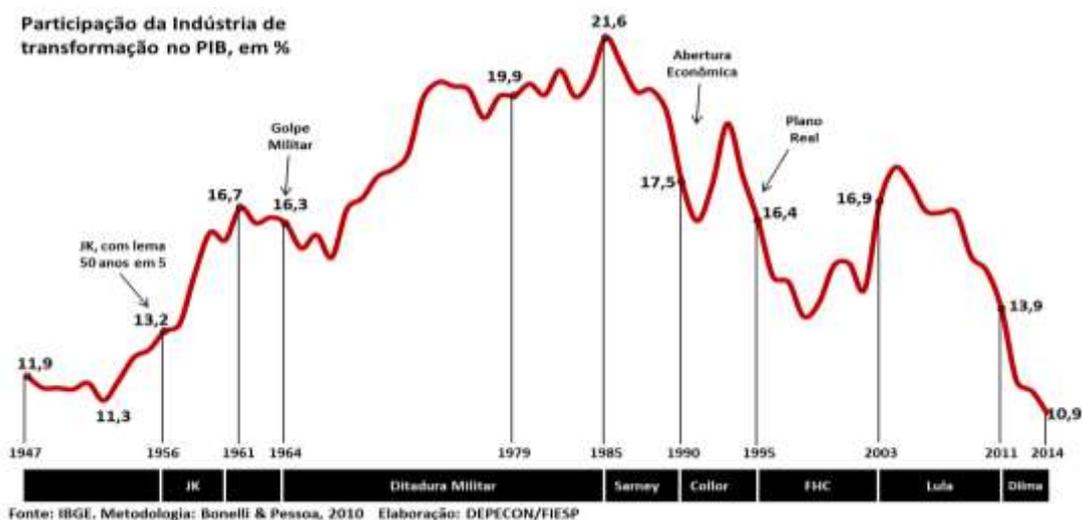
Defesa Nacional é sempre um assunto extremamente delicado. Em se tratando de Brasil, nação que Stefan Zweig chamou de “país do futuro”³⁷, a situação é um pouco mais complicada. Uns pensam ser tema exclusivo das Forças Armadas, outros, mais radicais, pensam que nem de Forças Armadas o Brasil precisa. Alguns, poucos, advogam em favor não apenas de uma Política e uma Estratégia de Defesa concreta e consistente para o país, mas de um pensamento que permeie o dia a dia de todos os brasileiros. Um tema que passe a ter relevância, pois, mesmo que indiretamente, Defesa e Segurança fazem parte do cotidiano de cada um.

³⁷ ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1941.

A lógica bipolar, a despeito de seu reducionismo simplista, era elemento que proporcionava certo grau de previsibilidade em relação aos comportamentos dos principais atores na geopolítica do planeta. Face às mudanças globais da atualidade, iniciadas, mormente com o fim da Guerra Fria, que fez ruir o mundo bipolar e, com a emergência de novas áreas de fluidez e incertezas, assim como a ressurgência de antigos focos de tensões, o jogo de poder no mundo passa a buscar reconfigurações sistêmicas que possam acomodar as novas realidades (FUJITA, 1998). Nesse novo contexto com diversos tabuleiros, de um mundo ainda em reorganização, é imperativo que o Brasil – um país de dimensões continentais e que responde pelo 9º maior PIB mundial (FMI, 2016)³⁸ – possua uma Base Industrial de Defesa (BID) em consonância com sua estatura no cenário mundial.

O setor industrial brasileiro vem sofrendo com sua perda de importância na economia nacional. Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), expressos no Gráfico 03, apontam que a participação da indústria de transformação no PIB, que já foi de 21,6% em 1985, despencou mais de 10 pontos percentuais em 30 anos, e atingiu 11,4% no ano de 2015, mesmo patamar de 1947 (CNI, 2016).

Gráfico 03 – Participação da Indústria no PIB (%) entre 1947 e 2014



Fonte: IBGE – DEPECON/FIESP³⁹.

Frente ao cenário mundial de mudança e incerteza, e no quarto ano de uma severa crise que atinge os principais setores (econômico, político e social) do país, com uma

³⁸ Em: <http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/o-ipri/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-ppp>, consultado em 12 de novembro de 2018.

³⁹ Em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/participacao-da-industria-de-transformacao-no-pib-1947-2014/>, consultado em 29 de novembro de 2018.

porcentagem de 12,1% da população economicamente ativa desempregada (IBGE, 2017), o incentivo à expansão da Base Industrial de Defesa (BID) brasileira aparece como uma alternativa à atual situação do país, tendo a demanda originária das Forças Armadas Brasileiras como motor do desenvolvimento econômico.

1.4.3 Segurança Nacional: Bem Público Puro

Do ponto de vista econômico, segurança nacional é um bem público puro. Isso quer dizer que é não rival e não exclusiva. Ou ainda, indivisível, o que faz com que todo indivíduo tenha acesso à mesma disponibilidade do bem. Mesmo que um cidadão diga que não deseja a proteção das Forças Armadas – o ofertante no aparelho de Estado da segurança nacional –, elas estão ali para protegê-lo. Todavia, tratar Segurança Nacional da ótica econômica é algo extremamente complexo. Mesmo porque, dado as funções que as Forças Armadas vêm exercendo no Brasil – e outras mais, que poderiam ser classificadas como um desvio de sua missão principal – é plausível o questionamento sobre a operacionalidade das mesmas. A condição operacional em que se encontram demanda preocupação⁴⁰.

Desde que os Estados abandonaram o modelo de defesa apenas em caso de guerra, no qual se contratavam mercenários para o serviço, e passaram a serem formados os Estados Nacionais – com exércitos e marinhas próprias, posteriormente forças aéreas – as nações se vêm frente ao dilema entre eficiência e equidade quanto ao papel de suas Forças Armadas. Dado o treinamento e o preparo para situações extremas, militares são sempre vistos – principalmente por políticos e burocratas, em especial por aqueles sem experiência militar prévia, bem como por militaristas – como o anteparo para a nação. Esse é um raciocínio perigoso, pois a garantia de se poder sempre contar com suas Forças Armadas abre margem para a ineficiência dos demais organismos, sejam eles públicos ou privados de um país. Essa é a realidade do Brasil no presente. Esse raciocínio é contraposto pelo custo de se manter Forças Armadas “prontas para tudo”.

Rui Barbosa dizia que “um Exército pode passar cem anos sem ser usado, mas não pode passar um minuto sem estar preparado”, entretanto, isso não significa que os meios disponíveis para garantir a segurança nacional possam ser utilizados a bel prazer

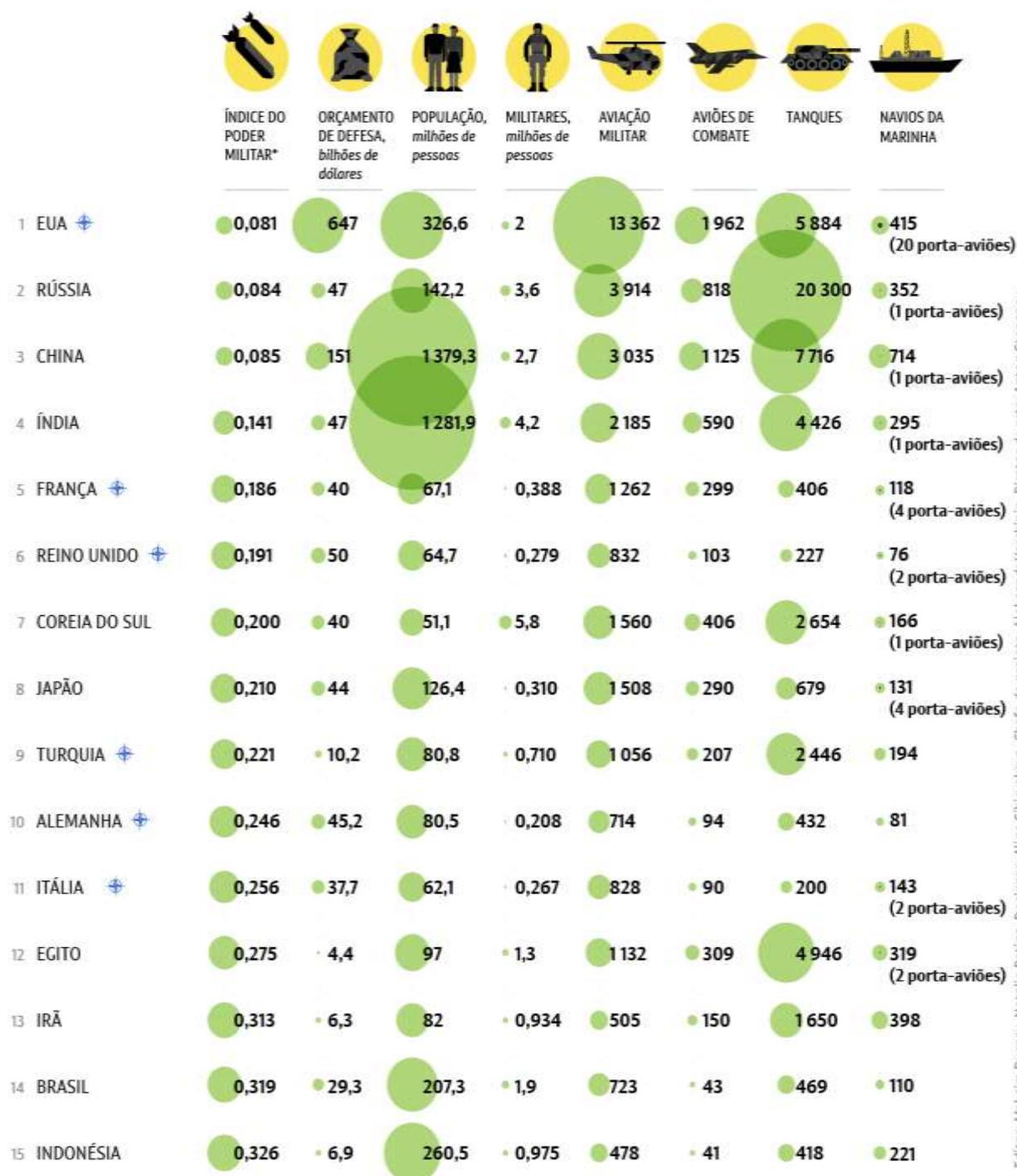
⁴⁰ Em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/defesa-nacional-e-prioridade-do-brasil/sucateamento-das-forcas-armadas-e-preocupante.aspx>, consultado em 21 de maio de 2018.

pelos mandatários. Na Tabela 02 é possível observar como diversos países do mundo empregam os recursos do setor de Defesa – Brasil incluso. Algumas das economias mais avançadas são as que mais investem no setor. Os países mantêm tropas atentas, bem armadas, bem treinadas e prontas para agir. Apesar de não estar listado na Tabela 05, o pensamento estratégico suíço ilustra a mentalidade de que se preocupar com a Segurança Nacional é investir em Defesa: “O local mais seguro que existe é aquele que você consegue defender.”. Os possíveis impactos negativos na economia desse custo com as Forças são revertidos pela segurança e estabilidade que os militares podem proporcionar.

A praça helvética é um porto-seguro para investimentos justamente pela capacidade de resposta de seus soldados, pois são poucos os países que conseguem se manter neutros em duas Guerras Mundiais, quando todos seus vizinhos estão em estado de beligerância. Do mesmo modo, não é apenas a indústria e a agricultura norte-americanas que garantem a estabilidade do dólar. Outro lastro para a Economia dos EUA é seu poderio bélico. A atividade econômica gerada pelo país é de extrema importância, mas o fato de os EUA, por questões estratégicas manterem um mínimo de 13 porta-aviões em sua frota⁴¹, contribui significativamente para a confiança que as pessoas depositam na solidez de sua moeda.

⁴¹ Atualmente a Marinha dos Estados Unidos conta com 19 porta-aviões. Conforme previsões, esse número irá aumentar para 23 navios até 2024. (N.A).

Tabela 02 – Lista dos Países com o Maior Poderio Militar do Mundo em 2018⁴²



Editor: Maksim Durnev, Natalia Betina. Designer: Alina Sibiriyakova. Chefe do projeto: Aleksandr Vershinin. Diretor de arte: Anton Stepanov

🇺🇸 Países da OTAN

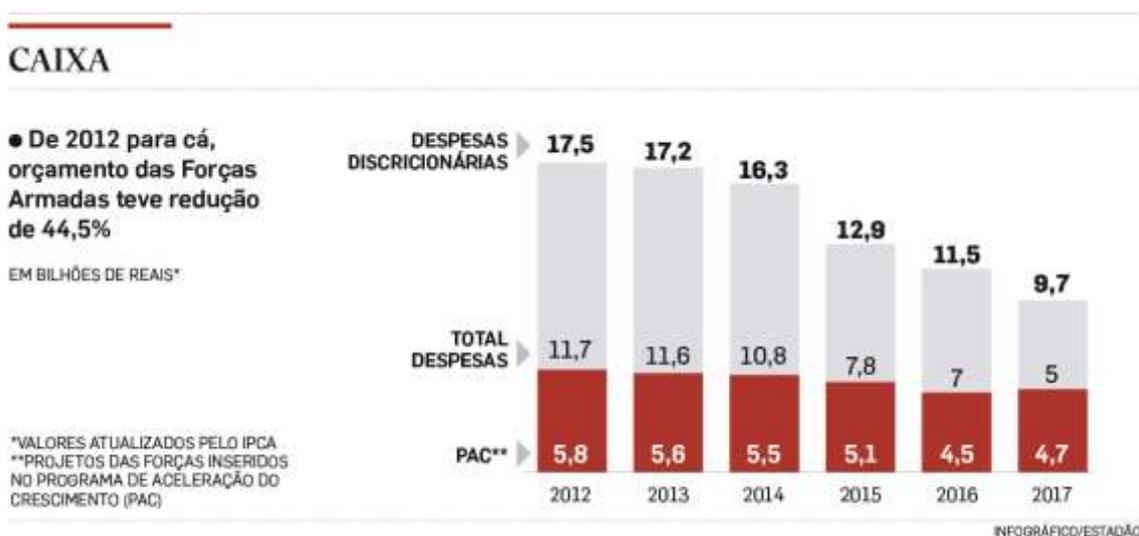
*O índice leva em conta mais de 50 fatores diferentes, refletindo aproximadamente capacidades militares. Em teoria, o índice deve ser igual a 0,0000, contudo, na realidade é impossível alcançar indicadores tão altos

Fonte: Sítio “Sputnik”, retirado do original da revista “Business Insider”⁴³

⁴² O ranking inclui indicadores como: a diversidade dos armamentos, população, orçamento de defesa e outros. (N.A.).

A capacidade brasileira de combate, apesar dos esforços de seus militares para manter-se na vanguarda, “canibalizando”, como se diz no jargão militar, o quanto possível armamentos e equipamentos, está se esgotando. Os custos de operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), popularmente conhecidas como “ações de choque”, como as vistas no Rio de Janeiro, são imensos. Cortes cada vez maiores no orçamento de Defesa⁴⁴, como observado no Gráfico 04, impedem que qualquer planejamento se realize.

Gráfico 04 – Cortes no Orçamento das Forças Armadas entre 2012 e 2017.



Fonte: **Sítio Oficial do Jornal “O Estado de São Paulo”⁴⁵ com informações do Banco Central.**

O debate do investimento em Forças Armadas – consequentemente em todo o setor de Defesa Brasileiro – passa por planejamento. É preciso investir no desenvolvimento de uma infraestrutura que permita o desenvolvimento organizado do país. Frente a tantos desgastes e com tantas mazelas, a solução não é liquidar, mas reestruturar, de modo a alcançar um nível que permita não apenas o desenvolvimento interno, como também a competitividade no mercado externo.

Com uma das mais extensas e diversificadas redes fluviais do mundo, além de um litoral com 7.367 km, é imperativo uma Marinha capaz de proteger o país, seus cidadãos e suas riquezas. Por isso, é preciso investir em programas com começo, meio

⁴³ Em: <https://br.sputniknews.com/infograficos/2018121112877631-exercitos-mais-poderosos-ranking-brasil/>, consultado em 08 de fevereiro de 2018.

⁴⁴ Em: <https://oglobo.globo.com/economia/com-cortes-nos-orcamentos-mais-ministerios-tem-dificuldades-de-manter-atividades-21575482>, consultado em 26 de maio de 2018.

⁴⁵ Em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,forças-armadas-sofrem-corte-de-44-dos-recursos,70001935173>, consultado em 13 de novembro de 2018.

e fim. É preciso definir prioridades e executá-las. Há em curso os “Projetos Estratégicos das Forças Armadas”⁴⁶, mas o programa vem sofrendo recorrentes cortes. O que se pode concluir é que, um planejamento bem executado, em um ambiente com vontade política, é possível cumprir as metas estipuladas.

Uma nação que conta com Forças Armadas preparadas e capacitadas é mais segura, além de possuir uma maior inserção nas cadeias de produção global. Ainda mais em um cenário mundial conturbado, como o descrito ao longo deste capítulo, a maior salvaguarda para qualquer país, reside em sua capacidade produtiva e, principalmente, na capacidade de defender e projetar estes meios. De modo a sair da crise que se encontra, além de se proteger dos choques externos, como a possível crise dos títulos⁴⁷, que deixariam o país ainda mais vulnerável, faz-se urgente o investimento em defesa.

O investimento no setor de defesa seria a solução para, a capacitação produtiva da indústria nacional, integrada aos principais setores da sociedade, de modo a fortalecer a capacidade da indústria e da infraestrutura doméstica, a absorção de novas tecnologias e transferência tecnológica e a revigoração do setor comercial brasileiro, fornecendo condição de o país se tornar competitivo em produtos industrializados no cenário mundial e sair em definitivo do estado de estagnação econômica que se encontra atualmente. No capítulo seguinte é possível observar como essa atual situação tomou forma, principalmente devido ao desequilíbrio fiscal e com isso tem impactado o investimento público (e privado) em diversos setores, sendo o setor de Defesa um deles.

⁴⁶ Em: <https://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos>, consultado em 23 de dezembro de 2018. Para mais informações dos Projetos Estratégicos, consultar a seção “Anexos”. (N.A.).

⁴⁷ Em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-01-31/former-fed-chair-alan-greenspan-sees-bubbles-in-stocks-and-bonds>, consultado em 26 de maio de 2018.

O objetivo deste capítulo é mostrar a atual situação das finanças públicas brasileiras. Como têm evoluído as receitas e as despesas primárias do governo – no período 2000 a 2018, dada à disponibilidade de informações – de modo a mostrar como esta não é uma situação exclusiva da Defesa Brasileira e como esta é afetada por esse cenário.

2.1 Origens Históricas da Crise Fiscal Brasileira

Uma situação básica aprendida por qualquer estudante de Economia é a de que não se inicia um projeto que possui uma duração prevista de cinco anos, se não há a garantia da continuidade do *funding* para a empreitada. Este conceito tão fundamental aprendido nos bancos universitários, pensamento que norteia o raciocínio econômico em todo o mundo, foi constantemente ignorado no Brasil nas últimas décadas. Quando se diz “no passado”, é preciso lembrar que os desequilíbrios fiscais brasileiros não são frutos de políticas econômicas adotadas nos últimos vinte anos, mas de práticas que arrastam desde a metade da década de 1970⁴⁸.

É também preciso lembrar que, tanto no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, quanto no Trienal de Celso Furtado, ou mesmo nos Plurianuais do início dos anos 1970, as melhores técnicas de planejamento e gestão eram empregadas⁴⁹. Tudo isso tinha por objetivo o crescimento da Economia Brasileira, sem que precisassem ser abortados devido a alguma imprevisão orçamentária. A deterioração da definição de boas práticas – ou as mais racionais, dado o contexto em que se inseriam – do investimento público foi abortada com o colapso das contas externas no final dos anos 1970. Graças ao endividamento externo de vultosas proporções (e que continuava a crescer), a área econômica foi forçada a se sujeitar às condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo as principais medidas o corte de gastos públicos, arrocho salarial, aumentos dos juros, desvalorização do câmbio, entre outros⁵⁰.

⁴⁸ ROSENBERG, Luiz. Déficit fiscais, orçamento plurianual e segurança nacional. **Valor Econômico**, São Paulo, 25, 26 e 27 de ago. 2018. Valor, p. A12. (Com Adaptações).

⁴⁹ É importante lembrar que nessa época o Brasil vivia um cenário externo favorável à contração de empréstimos tanto com governos, quanto com bancos estrangeiros, bem como junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Esses empréstimos tinham por objetivo alavancar o crescimento da Economia Brasileira. Em um cenário externo favorável, essa política funcionou. Mas não sobreviveu aos sucessivos choques econômicos dos anos 1970, principalmente os do petróleo (1973 e 1979), que puseram fim a uma era de prosperidade que se alastrava desde o final da II Guerra Mundial. (N.A.).

⁵⁰ ROSENBERG, Luiz. Déficit fiscais, orçamento plurianual e segurança nacional. **Valor Econômico**, São Paulo, 25, 26 e 27 de ago. 2018. Valor, p. A12. (Com Adaptações).

O principal efeito negativo desses choques externos, e que se arrasta até os dias de hoje, foi o abandono do planejamento. Não apenas o de longo prazo, mas também o de curto e médio prazos. As prioridades nacionais foram negligenciadas em nome de cortes nas mais diversas áreas. Tal prescrição definiu sua primeira vítima: o abandono do planejamento. As prioridades, a continuidade de projetos, a seletividade de cortes, tudo foi ignorado. A análise custo-benefício do gasto foi substituída pelos cortes lineares, a ordem vigente passou a ser que “gasto bom é gasto zero”. Mitigou-se o investimento em prol de um ajuste das contas públicas. Ocorre que, tal ajuste nunca veio e as contas públicas permaneceram em desequilíbrio.

Porém, em um país em processo de abertura política, com uma dívida externa crescente e com pouco empenho dos tomadores de decisão, optava-se sempre pela política do ajuste parcial, uma situação que impunha o ônus de tratamento sem trazer o bônus da cura. E a cada fracasso, novo choque inflacionário, maior dose de indexação, menos racionalidade. Essa situação só foi parcialmente resolvida após a renegociação da dívida externa, o ajuste fiscal e com o advento da desindexação concebida pelo Plano Real.

2.2 Finanças Públicas Brasileiras: A Evolução das Receitas e das Despesas Primárias⁵¹

2.2.1 Resultado Fiscal do Governo Central (2000-2017)

O estabelecimento de metas para o resultado primário na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) norteia a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) e tem por objetivo estabilizar ou reduzir a trajetória da dívida. A taxa de crescimento das receitas primárias – tanto valores reais, quanto percentual do PIB – não sofreu alteração significativa à de crescimento das despesas primárias até o ano de 2008,

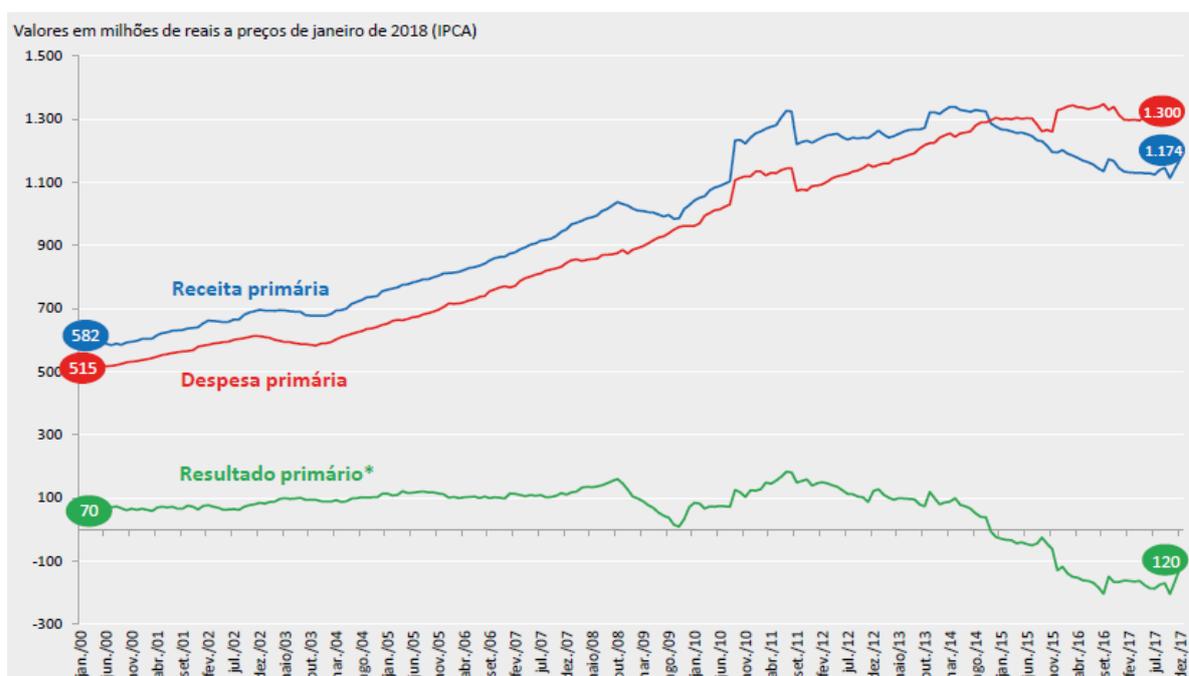
⁵¹ **Definição: Receita Primária ou Não Financeira:** são aquelas decorrentes da atividade fiscal do governo. São exemplos as receitas tributárias, de transferências recebidas de outros entes públicos e royalties. **Despesa Primária ou Não Financeira:** são aqueles gastos necessários para promover os serviços públicos à sociedade, desconsiderando o pagamento de empréstimos e financiamentos. São exemplos as despesas com pessoal, encargos sociais, transferências para outros entes públicos e investimentos.

Em:

http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/prest_contas/cidadao/2013/2014/09%20-%20SETEMBRO/%283%29%20Relat%C3%B3rio%20Prestando%20Contas%20ao%20Cidad%C3%A3o%20-%20Resultado%20Primario%20e%20Or%C3%A7ament%C3%A1rio.pdf, consultado em 12 de fevereiro de 2019.

como pode ser observado nos Gráficos 05 e 06. Em 2009, ano em que o mundo viveu o auge da crise econômica iniciada pela crise do *Subprime*, foi constatado uma diminuição da receita, não acompanhado pela respectiva redução da despesa. Em 2010, o crescimento atípico da receita se deve à operação de cessão onerosa de barris de petróleo à Petrobras⁵². A partir de 2011, fica evidente um processo de redução do dinamismo das receitas, ao passo que as despesas continuaram ou mesmo aceleraram seu ritmo de crescimento. É possível observar que o quadro fiscal foi rapidamente agravado a partir de 2014; ano em que a combinação de forte queda na arrecadação e a persistência do nível das despesas, em especial das obrigatórias, levou à obtenção de déficits primários nos quatro últimos anos da série.

Gráfico 05 – Receitas e Despesas Primárias Realizadas VS Resultado Primário (em valores nominais constantes) (2000-2017)⁵³.

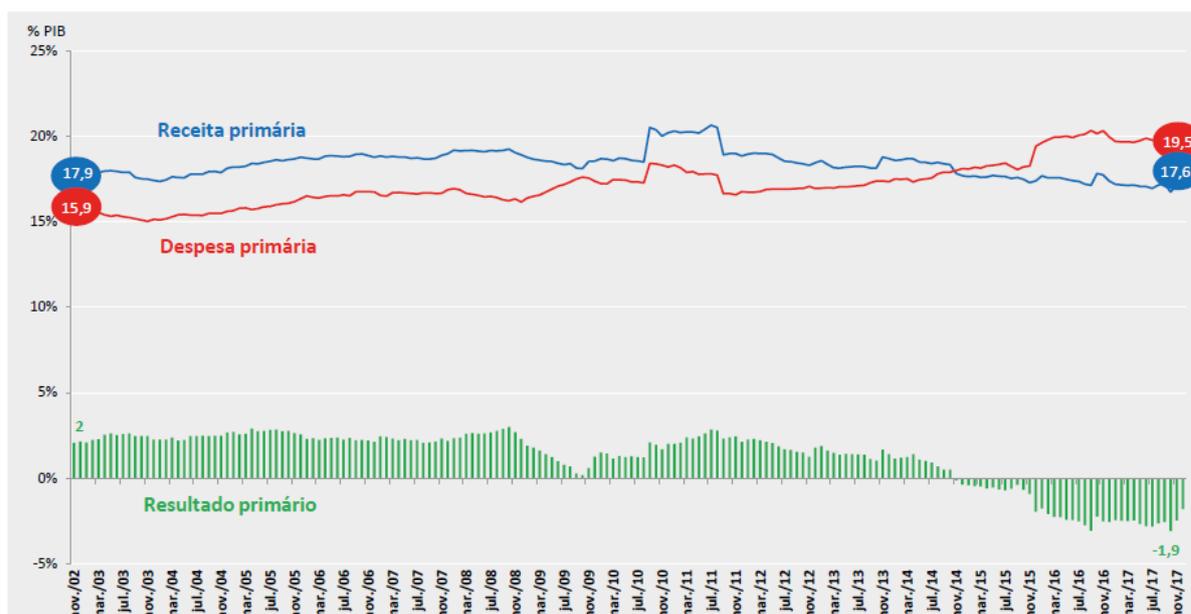


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

⁵² Câmara dos Deputados. Orçamento da União em foco: parâmetros, resultados fiscais e execução / Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. – Ano 5, n. 1 (out. 2018) – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

⁵³ **Observação:** Eventual diferença entre o resultado primário e o cálculo de receitas menos despesas primárias é justificada pelas metodologias acima e abaixo da linha, utilizadas respectivamente pela STN e pelo Banco Central.

Gráfico 06 – Receitas e Despesas Primárias Realizadas VS Resultado Primário (em % do PIB) (2000-2017).



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

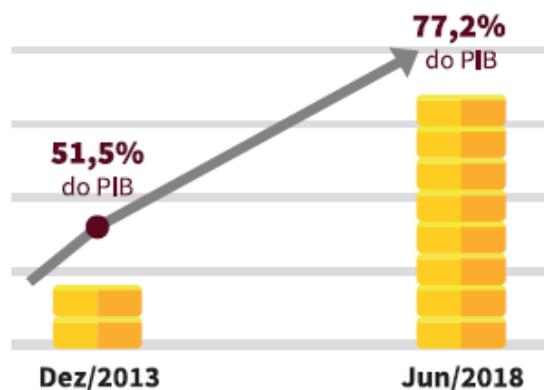
2.2.2 Reformas Macrofiscais e Rigidez Orçamentária

A crise fiscal observada nos últimos anos tem como causa não apenas a redução da arrecadação e da receita primária, decorrentes da recessão econômica, mas, também, a contínua elevação da despesa primária. Apesar da recente retomada do crescimento econômico, permanecem desafios ao país nas contas públicas. Como expresso no Gráfico 07, o primeiro desafio é o fato de a dívida bruta ter subido de 51,5% do PIB para 77,2% do PIB entre dezembro de 2013 e junho de 2018⁵⁴.

⁵⁴ Em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarmetadados/consultarMetadadosSeries.do?method=consultarMetadadosSeriesInternet&hdOid-SerieSelecionada=13761>, consultado em 01 de dezembro de 2018.

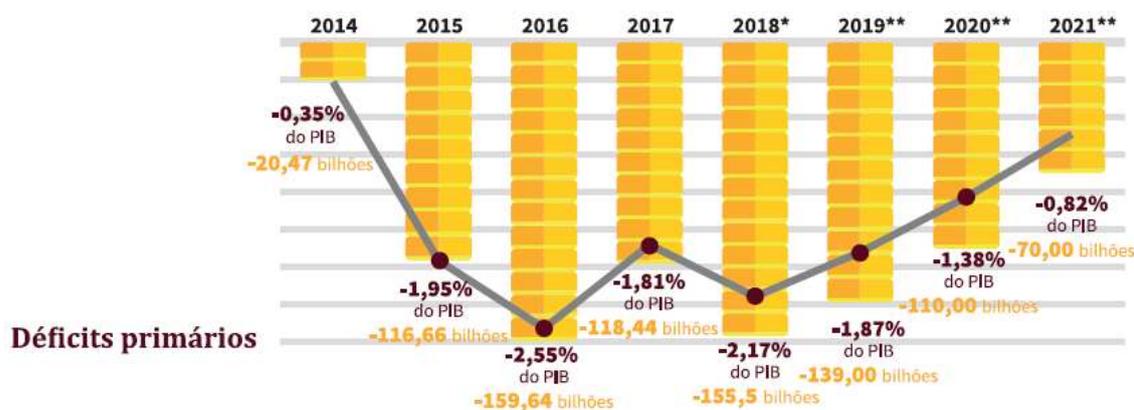
Gráfico 07 – Dívida Bruta em Relação ao PIB entre 2013 e 2018.



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O segundo desafio, expresso no Gráfico 08, é o fato de, desde 2014, haver déficit primário nas contas públicas, sendo que as projeções apontam para volta do superávit primário apenas no início da próxima década.

Gráfico 08 – Déficit Primário das Contas Públicas entre 2014 e 2018 (Projeção entre 2019 e 2021).

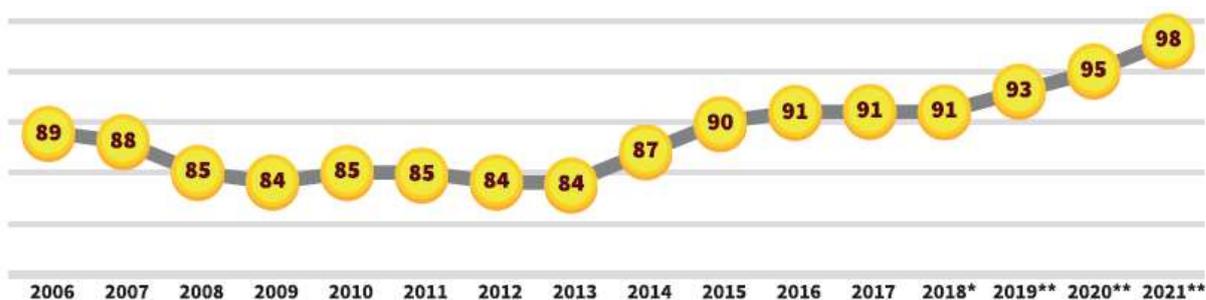


Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão⁵⁵.

No Gráfico 09 está expresso o terceiro desafio, que é o grau de rigidez do orçamento, que vem se elevando ano a ano, comprometendo a execução de políticas públicas discricionárias, especialmente de investimentos e gastos sociais.

⁵⁵ **Observação:** Até 2017, Banco Central do Brasil (BCB). Para 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2018. Para 2019-2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2019.

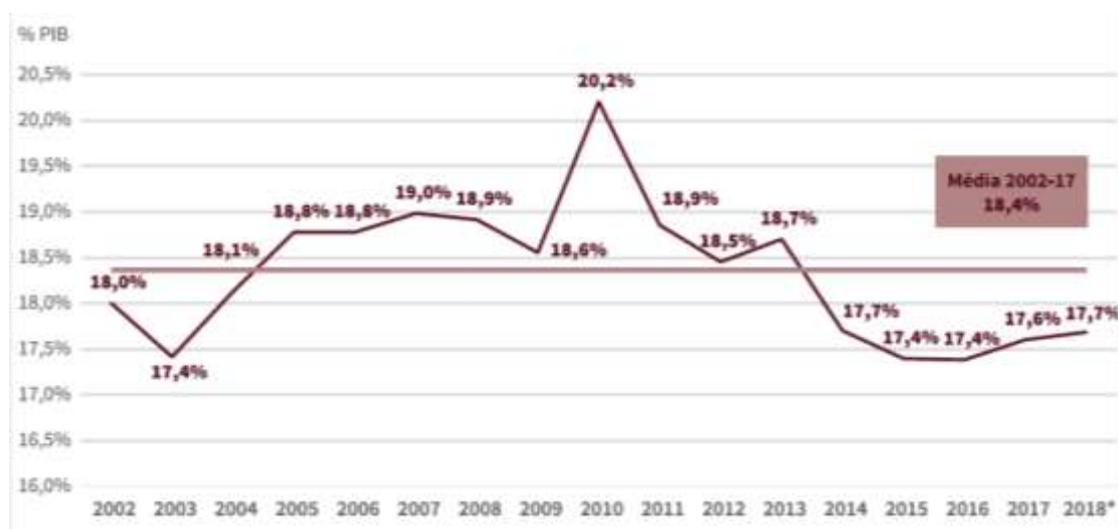
Gráfico 09 – Participação da Despesa Obrigatória no Total da Despesa Primária (%).



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Com efeito, pelo lado da receita, em 2002, o Governo Federal registrava 18,0% do PIB como receita líquida, alcançando um máximo de 20,2% em 2010, e recuando para 17,6% em 2017. Ou seja, como expresso no Gráfico 10, em 15 anos, praticamente, se manteve em torno da média de 18,4% do PIB, apesar de importantes mudanças estruturais sobre a base de arrecadação (queda da receita administrada em 2,1 pp do PIB entre 2002 e 2017).

Gráfico 10 – Participação da Receita Líquida Total (%) no PIB (2002-2018)⁵⁶.



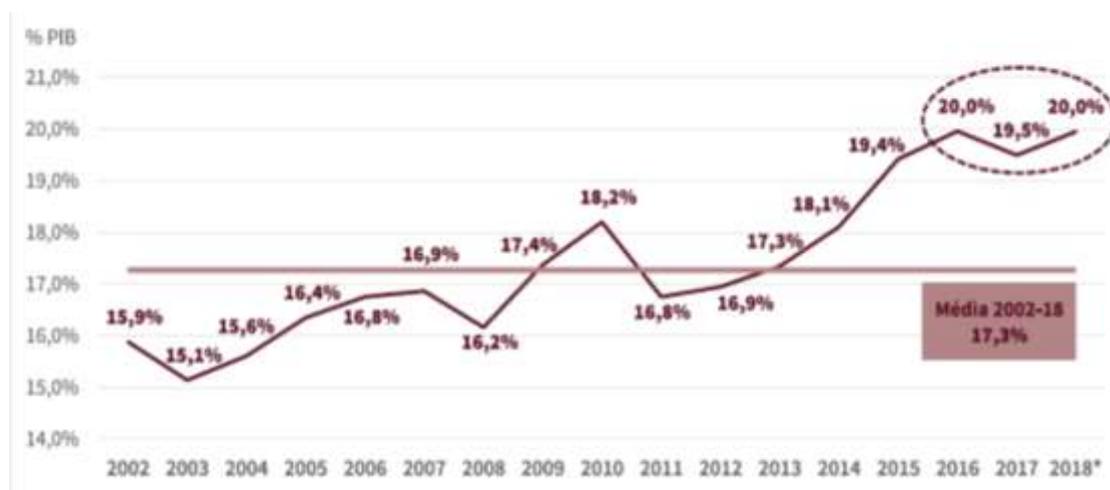
Fonte: Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda e Secretaria de Orçamento e Finanças/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Do lado da despesa, entretanto, o que se observa é um crescimento contínuo, levando a despesa primária de 15,9% do PIB, em 2002, para um máximo de 20,0%, em 2016,

⁵⁶ **Observação:** Relatório de Avaliação do 3º Bimestre/2018.

quando houve a promulgação da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), que estabeleceu limite para a expansão do gasto público federal. Trata-se do Novo Regime Fiscal. No Gráfico 11 está demonstrado como a efetividade da regra do teto do gasto já foi sentida em 2017, com a despesa recuando para 19,5%, a primeira redução em seis anos. Com a EC 95, a expectativa é a redução gradual da despesa que deverá atingir 17,8% do PIB em 2021, segundo a PLDO 2019.

Gráfico 11 – Despesa Primária Total (%) no PIB (2002-2018)⁵⁷.



Fonte: Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda e Secretaria de Orçamento e Finanças/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

2.2.3 Previdência e Assistência Social (% do PIB)

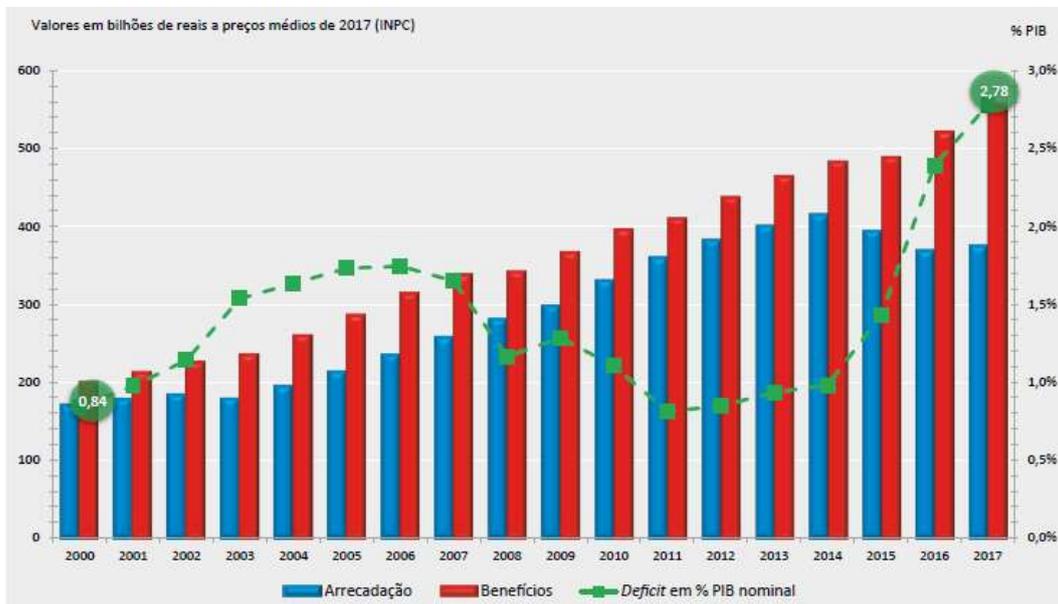
Entre 2000 e 2006, a Necessidade de Financiamento do Regime Geral de Previdência Social (NFPS) apresentou trajetória crescente em percentual do PIB. Essa trajetória passou a declinar a partir de 2007, atingindo o menor percentual entre os anos de 2011 e 2012 (cerca de 0,9%) do PIB. O declínio é consequência, principalmente, do aumento da arrecadação motivado pelo aumento do salário médio dos trabalhadores e pela ampliação do número de contribuintes para a Previdência Social.

De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social, o quantitativo de contribuintes pessoas físicas que fizeram pelo menos uma contribuição no ano para o Regime Geral da Previdência Social cresceu 39,85 milhões em 2003, para 67,15 milhões em 2015, o que implicou uma elevação de 68,5%. Entretanto, a base de

⁵⁷ **Observação:** Relatório de Avaliação do 3º Bimestre/2018.

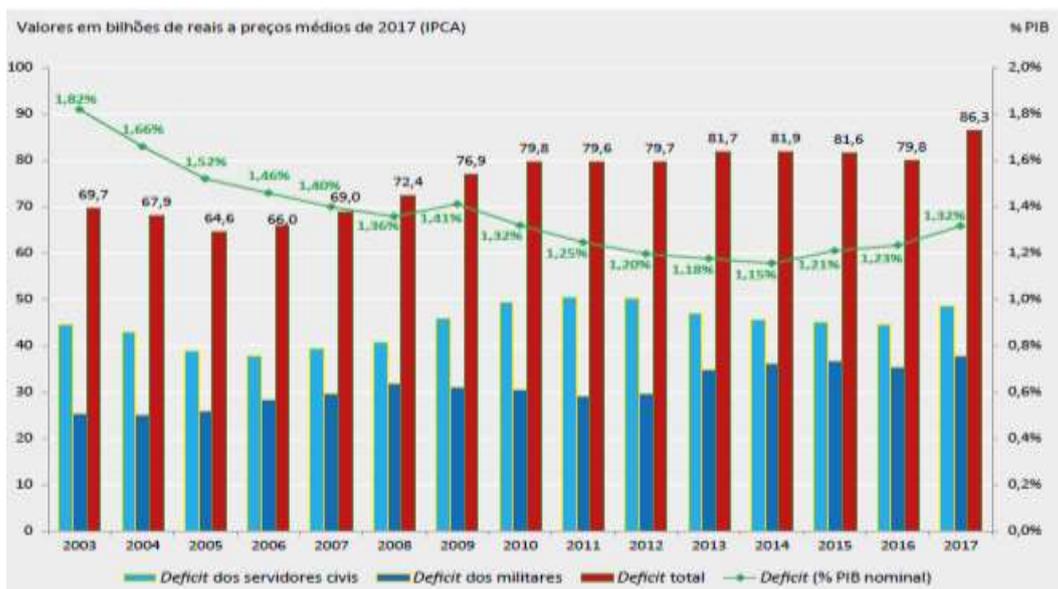
contribuintes passou a cair em 2017, ano em que contabilizava 54,08 milhões. A partir de 2012, a NFPS voltou a apresentar trajetória crescente, atingindo no ano de 2017 o percentual de 02,78% do PIB, como exemplificado nos Gráficos 12 e 13.

Gráfico 12 – Previdência Social: Receita, Despesa e NFPS (2000-2017).



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social.

Gráfico 13 – Previdência dos Servidores da União: Receita, Despesa e Déficit (2003-2017).



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) da STN.

2.2.4 Educação

Como proporção da Receita Corrente, a despesa federal em educação quase dobrou sua participação, passando de 4,7% para 8,3% no período 2008-2017. Em proporção do PIB, a expansão também foi significativa, passando de 1,1 para 1,8%. A despesa com educação apresentou crescimento acumulado real de 91% no período 2008-2017 (7,4% ao ano, em média), enquanto a Receita Corrente da União cresceu apenas 6,7% em termos reais (0,7% ao ano).

Na Tabela 03, é possível perceber a evolução do gasto público federal, na área de Educação, para o período compreendido entre 2008 e 2017. Em 2017, o gasto primário da União em educação totalizou R\$ 117,2 bilhões, sendo R\$ 75,4 bilhões com educação superior e R\$ 34,6 bilhões em educação básica.

Evolução dos gastos com educação 2008 – 2017 2 Aspectos Fiscais da Educação no Brasil Secretaria do Tesouro Nacional 6 real de 90,9% (7,4% ao ano, em média), enquanto a Receita Corrente cresceu apenas 6,7% em termos reais (0,7% ao ano).

2.2.5 Saúde⁵⁹

Os gastos públicos com Saúde no Brasil equivaleram a 3,8% do PIB, em 2015. O país está na 64ª posição em gastos com Saúde, no ranking com 183 países, “ligeiramente superior” à média da América Latina e Caribe, que gasta 3,6% do PIB, e abaixo dos países desenvolvidos, que aplicam, em média, 6,5% do PIB em saúde. Os dados do Banco Mundial estão no relatório Aspectos Fiscais da Saúde no Brasil, divulgado em 01/11/2018 pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O estudo chama a atenção para o fato de que “a despesa pública com saúde no Brasil está em patamar mediano em comparação com a média internacional, mas relativamente inferior ao volume de recursos empregados nos sistemas de saúde universais dos países europeus, como Reino Unido e Suécia, que apresentam boa qualidade”. No estudo, ainda há um alerta para o fato de que, mesmo o país tendo um sistema de saúde público universal, o gasto privado em saúde no Brasil é superior ao gasto público, diferente do padrão dos países desenvolvidos. O documento aponta que a relação entre a despesa federal primária com saúde e a receita corrente vem subindo continuamente, passando de 6,7% em 2008 para 8,3% em 2017. Somente em 2017, o gasto primário da União em saúde totalizou R\$ 117,1 bilhões. Em proporção do PIB, esses gastos chegaram a 1,8%.

Nos últimos dez anos, o aumento real acumulado, acima da inflação, de 31,9% de gastos em saúde também não foi suficiente para colocar o Brasil no patamar dos países desenvolvidos. De acordo com o relatório, o aumento dos custos dos serviços de saúde acima da inflação e o envelhecimento da população pressionam o aumento nos gastos com saúde.

O relatório apresenta ainda projeção para a despesa federal com Saúde no Brasil em dois cenários de médio prazo. No cenário base, as estimativas indicam crescimento real de 25,9% (cerca de 2,6% ao ano) na demanda por despesas primárias nos próximos dez anos. Já no cenário de expansão, que leva em conta a ampliação da cobertura de

⁵⁹ Este tópico foi embasado na reportagem “Brasil gasta 3,8% do PIB em saúde pública”, publicado originalmente em 01/11/2018 – 13h25min Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil – Brasília, com mudanças pelo autor. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/brasil-gasta-38-do-pib-em-saude-publica>, consultado em 12 de fevereiro de 2018.

alguns serviços, esse crescimento seria de 37% em dez anos, ou cerca de 3,6% ao ano. Como consequência, nesses cenários a despesa também seria bastante superior à aplicação mínima de recursos em saúde, conforme regra estabelecida pela Emenda Constitucional nº 95/2016, o Teto dos Gastos. “A dinâmica futura das despesas em saúde torna-se ainda mais desafiadora em um contexto de limitação do crescimento dos gastos públicos e de ajuste fiscal”, diz o estudo.

De acordo com o Tesouro, considerando o cenário base para dez anos, sem investimentos em novos serviços, a projeção é que a despesa da União em proporção do PIB mantenha-se estável no período, patamar ainda abaixo dos países desenvolvidos. O relatório do Tesouro destaca, como pode ser observado na Tabela 04, que o aumento nos gastos em saúde nos próximos anos está condicionado à regra do teto dos gastos federais, com isso, “aumentos reais são possíveis desde que haja redução em despesas de outros ministérios.” A emenda determina que, a cada ano, seja aplicada em ações e serviços públicos de saúde 15% da receita da União em 2017 mais o adicional da inflação do ano anterior.

Tabela 04 – Gastos em Saúde entre 2008 e 2017 (R\$ Bilhões constantes de 2017).

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Saúde	50,8	57,4	66,2	74,0	83,5	89,4	100,4	106,9	115,9	117,1
Atenção Básica	8,1	8,4	9,7	11,0	13,4	13,8	16,8	17,7	18,6	18,5
MAC	21,9	24,7	27,0	30,5	34,1	34,7	39,2	40,4	42,8	45,1
Assistência Farmacêutica	4,1	4,8	5,3	6,4	7,4	8,8	9,7	11,0	13,1	11,2
Vigilância em Saúde	2,3	2,5	2,7	3,6	3,8	4,5	4,8	4,8	6,9	6,8
Emendas Parlamentares	-	-	-	-	-	-	0,0	1,5	3,4	3,3
Investimentos (exceto EP)	1,2	1,6	2,0	2,2	3,4	3,9	4,4	2,9	2,9	1,7
Outros	13,2	15,4	19,5	20,4	21,4	23,8	25,5	28,6	28,1	30,4
Pessoal	8,1	9,7	11,0	12,5	13,9	14,6	15,7	16,1	16,6	17,8
Demais	5,1	5,7	8,5	7,9	7,5	9,2	9,8	12,5	11,5	12,6

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receita Corrente - União	755	775	890	1.030	1.135	1.220	1.243	1.283	1.361	1.408
% da Rec. Corrente										
Saúde	6,7%	7,4%	7,4%	7,2%	7,4%	7,3%	8,1%	8,3%	8,5%	8,3%
PIB	3.110	3.333	3.886	4.376	4.815	5.332	5.779	5.996	6.259	6.560
% do PIB										
Saúde	1,6%	1,7%	1,7%	1,7%	1,7%	1,7%	1,7%	1,8%	1,9%	1,8%

Fonte: Tesouro Gerencial e IBGE

2.3 A Atual Situação das Forças Armadas Brasileiras

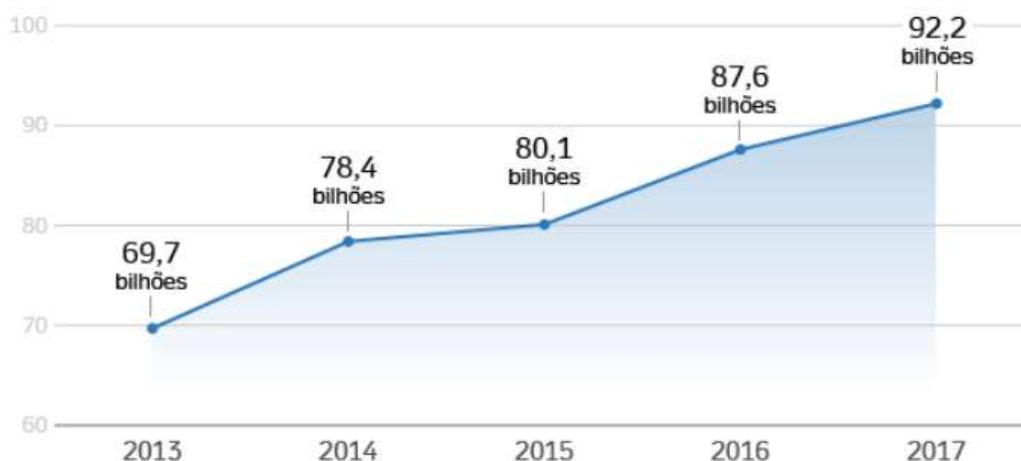
Como elucidado no final do Capítulo I, a atual capacidade operacional e combativa das Forças Armadas encontra-se ameaçada. Apesar de o orçamento de defesa ter sido um dos poucos a crescer nos últimos anos, os gastos com pessoal ano a ano vem aumentando, além de os cortes no orçamento inicial também limitarem a aplicação correta dos recursos.

O orçamento limitado pelo teto de gastos públicos até 2037 e as demandas reprimidas podem ampliar a obsolescência das Forças Armadas, afirma o Ministério da Defesa no sumário executivo do documento “Cenário de Defesa 2020-2039”. A publicação embasa o planejamento estratégico da pasta e das Forças Armadas e, para tanto, comenta situações ligadas à segurança e à defesa do Brasil e projeta possíveis desdobramentos. O texto é também um dos componentes que fundamentam a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END)⁶⁰.

O Novo Regime Fiscal citado pela pasta é o teto de gastos públicos pelos próximos 20 anos, ou seja, até 2037, promulgado pelo Congresso em dezembro de 2016. As novas regras determinam que o governo não pode gastar mais do que o gasto do ano anterior corrigido pela inflação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Embora o orçamento do Ministério da Defesa tenha aumentado nos últimos anos, ele ainda está aquém do necessário para a manutenção e reequipamento completo das Forças Armadas, além de ter aumentado apenas na proporção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, e não na medida desejada pela pasta.

⁶⁰ Em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/01/20/orcamento-limitado-por-teto-pode-ampliar-obsolencia-das-forcas-armadas-e-preocupa-oficiais.htm?cmpid=copiaecola>, consultado em 06 de fevereiro de 2019.

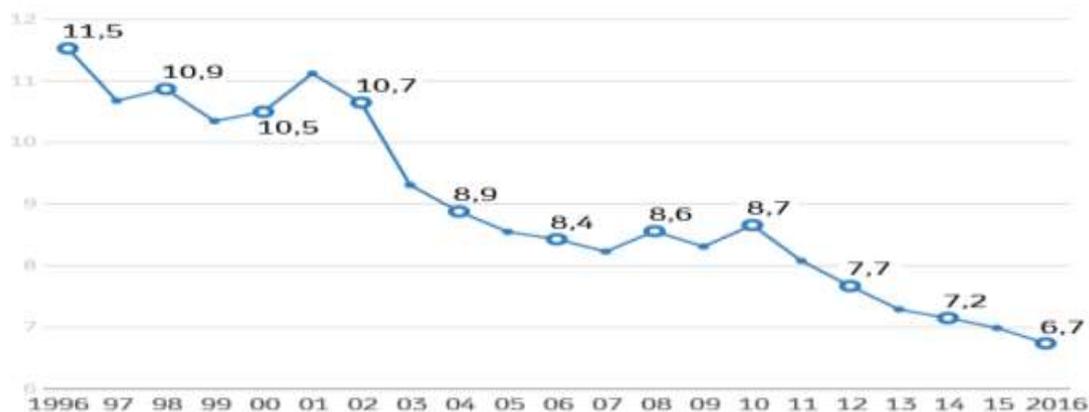
Gráfico 14 – Orçamento do Ministério da Defesa (Bilhões de Reais) (2013 a 2017).



Fonte: Sigla Brasil/Senado Federal (2017)

A maior parte do orçamento de cada ano é dedicada ao pagamento de pessoal e encargos sociais. Somente em 2017, esse tipo de gasto consumiu R\$ 70,7 bilhões. Ou seja, representou 76,6% do orçamento total. Já os recursos voltados a investimentos foram na ordem de R\$ 8,1 bilhões – correspondentes a 8,7% do total. Em 2016, o Ministério da Defesa gastou R\$ 64,4 bilhões em pessoal e R\$ 9,2 bilhões em investimentos. No Gráfico 15, é possível perceber que a despesa primária do Ministério da Defesa tem tendência de queda em relação à despesa primária da União há pelo menos duas décadas. Esse tipo de despesa é a soma dos gastos do governo, sem contabilizar os juros da dívida pública.

Gráfico 15 – Despesa Primária do Ministério da Defesa VS Despesa Primária da União (%) (1996-2016).



Fonte: Ministério da Defesa (2016)

2.4 A PEC do Teto de Gastos

A Proposta de Emenda à Constituição de nº55, aprovada em 13/12/2016, mais conhecida como “PEC do Teto de Gastos” teve o objetivo de limitar o crescimento das despesas do governo. Considerada à época de sua aprovação pelo governo Michel Temer (2016-2018) como o primeiro passo para superar a crise econômica e financeira do país, a medida fixou para os três Poderes, incluindo Ministério Público e Defensoria Pública da União, um limite anual de despesas. À época de sua aprovação, a principal justificativa dada pela equipe econômica do então governo ao encaminhar a medida para o Congresso Nacional era “tentar reequilibrar as contas públicas nos próximos anos e impedir que a dívida do setor público, que atingiu 70% do Produto Interno Bruto (PIB) em agosto, aumente ainda mais”⁶¹.

A regra vale tanto para gastos do Executivo quanto para despesas do Senado, Câmara, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União (MPU), Conselho do MPU, Defensoria Pública, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Conselho Nacional de Justiça e justiças do Trabalho, Federal, Militar, Eleitoral e do Distrito Federal e Territórios. Segundo a medida, o governo, assim como as outras esferas, poderá gastar o mesmo valor que foi gasto no ano anterior, corrigido apenas pela inflação. A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), é a desvalorização do dinheiro, ou seja, quanto ele perde de poder de compra num determinado período. À época de sua aprovação, estimava-se que apenas para 2017 o limite orçamentário das despesas primárias – aquelas que excluem o pagamento de juros da dívida – seria o total gasto em 2016 corrigido por 7,2%. Também quando de sua aprovação, havia a previsão de que de 2018 em diante, o limite seria o do ano anterior corrigido pela variação do IPCA de 12 meses do período encerrado em junho do ano anterior. No caso de 2018, por exemplo, a inflação usada foi a colhida entre julho de 2016 e junho de 2017. Ao ser publicado, o texto limitou por 20 anos os gastos federais ao Orçamento do ano anterior corrigido pelo IPCA.

2.5 Avaliação do Cenário Econômico-Fiscal

Os parâmetros econômicos, como a expectativa de inflação, o crescimento (ou decréscimo) do PIB, a massa salarial, as taxas de juros e de câmbio, são elementos

⁶¹ Em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/saiba-o-que-muda-com-aprovacao-final-da-pec-do-teto-dos-gastos-publicos>, consultado em 12 de fevereiro de 2018.

condicionantes do desempenho da arrecadação de receitas por parte do Governo Federal e servem de balizadores para a maior parte das projeções orçamentárias, tanto a de receita como de despesa. Desse modo, é de suma importância que sejam analisados a magnitude e a solidez dos parâmetros adotados nas projeções, de modo a minimizar eventuais falhas de estimativa e se aproximar o quanto possível da realidade.

Para 2018, a expectativa do Poder Executivo era de um crescimento de 2,50% no valor do PIB⁶². Inicialmente este percentual era estimado em 2,97%. Todavia, no recente relatório Focus/BACEN, esta estimativa foi reduzida para 2,18%. Já o Fundo Monetário Internacional projeta o crescimento brasileiro para 2,3%⁶³.

Para 2019, estima-se crescimento do PIB de 3,0%. No momento, as expectativas do mercado (Focus/BACEN) e do Governo Federal convergem para a mesma taxa de crescimento real. Em 2017, o PIB cresceu 1,0%, atingindo R\$ 6,6 trilhões em valores correntes, segundo os números do IBGE. O PIB per capita variou 0,2% em termos reais, alcançando R\$ 31.587. Pelo lado da oferta, contribuiu significativamente para esse crescimento do PIB a expansão agropecuária de 13%. Além disso, houve avanço do setor de serviços de 0,3%. O setor industrial ficou praticamente estável.

Do lado da demanda, a despesa de consumo das famílias aumentou 1,0% em relação ao ano precedente, enquanto os gastos do governo recuaram 0,6%. Em 2016, ambos registraram queda, de 3,9% e 0,1% respectivamente. A tendência de redução é coerente com o teto de gastos, que reduz proporcionalmente a participação dos gastos do Governo Federal. As despesas com formação bruta de capital fixo, um indicativo do nível de investimentos, por sua vez, mostraram contração de 1,8%, em 2017, depois de haver recuado 10,2% em 2016. Compõe cenário pouco animador a taxa de investimento, em 2017, que foi de apenas 15,6% do PIB, frente a 16,1%, em 2016, e 18,2%, em 2015, e bem distante do patamar de cerca de 20% do PIB que prevaleceu entre 2010 e 2014.

Quanto ao setor externo, as exportações de bens e serviços em 2017 aumentaram 5,2% em comparação com 2016. As importações aumentaram 5,0% no período. O efeito combinado dos aumentos das exportações e das importações redundou em um saldo da balança comercial em 2017 de US\$ 66,9 bilhões. Com relação à inflação, a diferença não chega a ser preocupante. Enquanto o Governo espera 4,25% de variação para o IPCA acumulado de 2019, o mercado trabalha com 4,01%. Quanto à taxa Selic ao final

⁶² Constante no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre. (N.A.).

⁶³ Em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/fmi-reduz-a-previsao-de-crescimento-do-brasil-em-2018-e-2019,70002539774>, consultado em 12 de novembro de 2018.

de 2019, os números são coincidentes em 8,0%; quanto à taxa de câmbio para o final do ano, as taxas também são próximas: o Governo projeta R\$ 3,40 por US\$, e o mercado R\$ 3,50⁶⁴.

A expectativa de estabilização da taxa Selic, nos próximos três anos, no patamar de 8% ao ano, é consistente com a expectativa de uma taxa de inflação também estável, em torno de 4% ao ano. Assim sendo, espera-se que o cenário projetado de retomada da atividade econômica ocorra em meio a um cenário de inflação sob controle, no âmbito do regime de metas, e que a política monetária encontre espaço para manutenção da Selic em níveis relativamente baixos. De modo geral, há pouca divergência entre os parâmetros utilizados nas projeções e cálculos das metas fiscais para o período de 2019 a 2021, em comparação com as expectativas de mercado.

Entretanto, é fato que a atual situação fiscal brasileira é insustentável. Mais da metade do Orçamento encontra-se comprometido com o pagamento da dívida pública que cresce ano a ano. Como levantado por alguns economistas, apenas a reforma da previdência, o corte de certos tipos de medidas assistencialistas e outras medidas de austeridade não são suficientes para resolver a questão da dívida pública. Considerando ainda que a mesma possui dividendos muito altos para qualquer economia média ou desenvolvida.

A saída para a crise fiscal se dá por meio da retomada do investimento em infraestrutura. Como mostrado na Tabela 05, o setor tem sofrido um desinvestimento nos últimos anos. Apenas esse setor é capaz de absorver mão de obra em larga escala – inclusive mão de obra com baixa capacitação – e gerar renda. O investimento na expansão do Agronegócio tem até o presente momento contribuído para o crescimento brasileiro, todavia, além de ser um setor que não emprega um montante muito grande de trabalhadores – como é preciso que ocorra, diante de um cenário de desemprego crescente – a expansão da atividade para além da taxa média acabará tendo efeitos não desejados. Se houver uma expansão muito grande do Agronegócio, não somente os preços dos produtos serão afetados (para baixo), mas também a superprodução inibirá o escoamento dos produtos. É preciso considerar que o setor encontra-se em um patamar de quase saturação, tendo em vista justamente o problema da infraestrutura precária brasileira que impede que o setor se desenvolva mais. Na Tabela 04 é perceptível como o Brasil tem passado por um desinvestimento em infraestrutura.

⁶⁴ Câmara dos Deputados. Orçamento da União em foco: parâmetros, resultados fiscais e execução / Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. – Ano 5, n. 1 (out. 2018) – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

Tabela 05 – Investimento em Infraestrutura por setor em % do PIB e Bilhões de US\$ (2010-2015).

Investimentos em infraestrutura						
Setor	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Energia elétrica	26,7	31,3	32,8	37,2	37,5	34,0
% do PIB	0,69%	0,72%	0,70%	0,72%	0,68%	0,57%
Telecomunicações	16,0	21,3	23,9	22,2	29,3	19,8
% do PIB	0,41%	0,49%	0,51%	0,43%	0,53%	0,33%
Transporte rodoviário	22,7	20,1	18,7	25,1	26,0	19,0
% do PIB	0,58%	0,46%	0,40%	0,49%	0,47%	0,32%
Transporte ferroviário	5,6	6,4	6,2	8,0	9,0	8,0
% do PIB	0,14%	0,15%	0,13%	0,16%	0,16%	0,14%
Mobilidade urbana	3,6	3,5	5,0	8,1	8,9	7,1
% do PIB	0,09%	0,08%	0,11%	0,16%	0,16%	0,12%
Aeroportuário	0,6	1,1	2,7	5,7	4,7	3,3
% do PIB	0,02%	0,03%	0,06%	0,11%	0,09%	0,06%
Portos	4,7	3,6	7,0	4,5	3,8	3,5
% do PIB	0,12%	0,08%	0,15%	0,09%	0,07%	0,06%
Hidrovias	0,3	0,1	0,1	0,6	0,7	1,1
% do PIB	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%	0,02%
Saneamento	7,8	7,3	9,2	10,7	11,0	9,9
% do PIB	0,20%	0,17%	0,20%	0,21%	0,20%	0,17%
Invest. total em infra. (R\$/bi)	88,2	94,8	106,7	122,2	130,9	105,7
PIB nominal	3.887	4.375	4.713	5.157	5.521	5.935
Invest./PIB (%)	2,27	2,17	2,26	2,37	2,37	1,78

*Projeção da consultoria Inter.B. Fontes: Empresas abertas (públicas e privadas); Siafi, CNI; Ipeadata; Portal Transparência; Banco Central; e cálculos e estimativas próprias da Inter.B

Fonte: Consultoria Inter B. com dados do Banco Central

Em relação à indústria, é fato que esta precisa continuar a crescer, pois como explicado no capítulo anterior, o Brasil encontra-se em seu nível de industrialização mais baixo desde 1947. Todavia, justamente pelo problema de uma infraestrutura inadequada, esbarra nos mesmos problemas que no passado impediram um crescimento continuado da indústria nacional. Outro elemento importante é o fato de a indústria brasileira possuir baixa competitividade internacional, o que impede uma expansão para o exterior.

É nesse cenário, que o investimento em defesa pode contribuir para o desenvolvimento da economia brasileira. Tendo em vista que as Forças Armadas já realizam diversas obras de infraestrutura e o investimento em modernos equipamentos de defesa gera emprego e renda na indústria, um meio que possa aliar tudo isso, fugindo das limitações orçamentárias, em muito teria a contribuir para o desenvolvimento nacional. É nesse cenário, que a criação de um Fundo Constitucional de Financiamento para a Defesa Nacional é apresentado como uma alternativa plausível para o desinvestimento e os pesados cortes pelos quais têm passado o setor de defesa no Brasil.

Os recursos para o Fundo seriam advindos do setor de mineração, em especial do setor de minério de ferro, tendo em vista as inúmeras jazidas que o Brasil possui. Os recursos não se somariam à já pesada carga tributária que corrói o bolso do brasileiro, nem seriam um fardo para o setor mineral, pois se adequariam às alíquotas já existentes em um momento em que a tributação de minérios no Brasil passa por reforma. No capítulo seguinte, é feito um panorama do setor mineral no Brasil e no mundo (com foco para o minério de ferro), de modo a explicar a atual situação. Também é explicado como funciona um Fundo Constitucional de Financiamento (FCF) e como se dará a aplicação destes recursos para o financiamento do investimento em Defesa Nacional.

Capítulo III: Minério de Ferro e o Fundo Constitucional de Financiamento da Defesa

O objetivo deste terceiro capítulo é mostrar como apenas por meio da criação de um Fundo Constitucional de Financiamento (FCF), amparado pela arrecadação de tributos advindos do setor de exploração mineral – mais especificamente o de minério de ferro – pode suprir as necessidades de investimento em equipamentos para as Forças Armadas Brasileiras. Para isso, é apresentado o papel do setor mineral no PIB Brasileiro, como outros países tributam a exploração mineral – para efeito de comparação – bem como o funcionamento dos FCFs e como se daria a operação.

3.1 O Setor Mineral Brasileiro

3.1.1 Breve Contextualização da Tributação de Minérios no Brasil⁶⁵

Os minérios e sua exploração são parte integrante da História do Brasil. Apesar de por ocasião do descobrimento em 1500 os colonizadores portugueses não terem achado riquezas minerais aparentes – a despeito do que ocorreu com os colonizadores espanhóis em suas colônias – e terem se limitado a explorar o pau-brasil, dois séculos depois o Brasil viveria o auge de seu ciclo minerador.

No Brasil, a partir de 1601, começou a ser cobrado o real quinto do ouro, mais tarde estendido para os diamantes; essa cobrança, com variações, persistiu até a proclamação da Independência (COELHO NETO, 1987). A história da mineração brasileira mostra vários fatos marcantes, com destaque para mudanças na regulação e planejamento do setor e alterações nas instituições de governo, sempre repercutindo o momento econômico do País, com impactos significativos no desenvolvimento das atividades do setor mineral. Em 1891, por exemplo, foi promulgada a Constituição Republicana, que vinculava a propriedade do subsolo à do solo.

Em 1931, o então presidente, Getúlio Vargas, defendeu a necessidade de se nacionalizar as reservas minerais do Brasil. Decretos suspenderam a alienação ou oneração de qualquer jazida mineral e foi estabelecida pelo Governo Federal a lei de proteção à indústria carbonífera. Três anos mais tarde (1934), a nova Constituição

⁶⁵ Esta parte foi baseada no “Histórico da Mineração Brasileira”, disponível em: http://www.mme.gov.br/documents/10584/1594105/Linha_do_tempo.pdf/acb3a5a9-9f7d-4d18-9191-58b1ed375791, consultado em 10 de fevereiro de 2018. Este tópico, apesar de embasado no documento citado, conta com diversas modificações do autor. (N.A.).

separou as propriedades do solo e do subsolo. Por meio do Decreto nº 23.979, de 08 de março, foi criado o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM). Em 1940, a cobrança sobre minerais no Brasil foi aglutinada sobre um imposto único, de competência da União. Com isso, teve início com a Lei Constitucional nº 4, de 19 de junho, que instituiu a cobrança desse tributo sobre o carvão nacional, os combustíveis e os lubrificantes de qualquer origem. Decreto-lei nº 1.985, de 29 de março, denominado Código de Minas, definiu os direitos sobre as jazidas e minas, estabelecendo o regime do seu aproveitamento e regulando a intervenção do Estado na indústria de mineração, bem como a fiscalização das empresas que utilizassem matéria prima mineral.

Em 1946, a nova ordem constitucional reabriu a mineração à participação do capital estrangeiro. A tributação única foi estendida para todos os minerais do País pela Constituição publicada no mesmo ano. Em 1960 foi criado o Ministério de Minas e Energia (MME) sendo o DNPM incorporado à estrutura deste órgão. Em 1964, foi aprovada a Lei nº 4.425 que estabeleceu um regime de tributação única para os minerais, o Imposto Único sobre Mineral (IUM). Em 1967 foi descoberto minério de ferro na Serra dos Carajás (PA). No mesmo ano, foi aprovado o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro, denominado de Código da Mineração, regulando os direitos sobre as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis, encontradas na superfície ou no interior da terra formando os recursos minerais do País; o regime de seu aproveitamento; e a fiscalização pelo Governo Federal, da pesquisa, da lavra e de outros aspectos da indústria mineral – dando nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940, do Código de Minas.

Com o advento da nova República e promulgada uma nova Constituição em 1988, foram reestabelecidas, em parte, as restrições à participação estrangeira na exploração e aproveitamento de recursos minerais. Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, havia a incidência do Imposto Único sobre Mineral (IUM). O IUM incidia uma só vez sobre uma das seguintes operações: extração, tratamento, circulação, distribuição, exportação ou consumo de substâncias minerais do País. Seu campo de incidência cessava quando houvesse modificação essencial na identidade das substâncias minerais processadas. A Constituição de 1988 extinguiu o IUM e instituiu o pagamento de uma compensação financeira pela exploração dos recursos minerais.

Em 1989, com a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro, foi definido que a Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM), para fins de aproveitamento econômico, seria de até 3% sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral. Em 1990, A Lei nº 8.001, de 13 de março,

definiu os percentuais da distribuição da compensação financeira de que tratava a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Em 1995, por meio de Emenda Constitucional, foram suprimidos os impedimentos ao capital externo na pesquisa e lavra de bens minerais. A Emenda Constitucional permitiu a contratação de empresas públicas ou privadas na exploração, comércio e transporte de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos, o que abrandou o monopólio da União no setor. Com a entrada de um novo governo em 2011, foi lançado o Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM 2030), um planejamento estratégico de longo prazo para o setor.

Em 2013, foi enviado ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que dispôs sobre a atividade de mineração, a participação no resultado da exploração de recursos minerais assegurada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do art. 20, § 1º, da Constituição Federal 1988, criando o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPMM) e a Agência Nacional de Mineração (ANM).

É importante ressaltar que apenas o setor mineral brasileiro contribui com cerca de 5% do PIB do país⁶⁶, sendo o minério de ferro o segundo produto mais exportado do Brasil. Ele sozinho representa 8,82% do total das exportações brasileiras, atrás apenas da soja⁶⁷.

3.1.2 Tributação de Minério de Ferro no Brasil

Em 2017, o governo elevou os *royalties* sobre minérios e criou agência reguladora para o setor. As mudanças estão sendo feitas por meio de três medidas provisórias que serão enviadas pelo governo ao Congresso. Entre as principais medidas estão:

- (I) A alteração na base de cálculo das alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), o “royalty” cobrado das empresas que atuam no setor;
- (II) O aumento nas alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM); e
- (III) A transformação do Departamento Nacional de Mineração em uma agência reguladora para o setor, a Agência Nacional de Mineração (ANM).

⁶⁶ Em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/qual-a-importancia-da-mineracao-para-a-economia-do-pais.aspx>, consultado em 15 de fevereiro de 2019.

⁶⁷ Em: <https://g1.globo.com/especial-publicitario/em-movimento/noticia/2018/12/10/como-a-mineracao-ajuda-a-alavancar-a-economia-brasileira.ghtml>, consultado em 15 de fevereiro de 2019.

A expectativa do governo é ampliar a arrecadação da CFEM em cerca de 80%. Em 2016, a arrecadação desses royalties totalizou cerca de R\$ 1,6 bilhão. Atualmente, o cálculo do valor devido é feito com base no faturamento líquido da empresa. Com a mudança na base de cálculo, a cobrança será feita com base na receita bruta da venda do minério, agregando os custos com transporte e seguro. Os percentuais dos royalties destinados aos entes federativos não mudam, permanecendo 12% para a União, 23% para estados e 65%, municípios.

Entre as alíquotas de minerais alteradas estão a do ferro, que poderá variar dos atuais 2%, chegando até 4%. Pela nova tabela, o valor da alíquota será de 2% quando o preço do minério estiver abaixo de US\$ 60 a tonelada, e subirá de maneira escalonada, passando para 2,5% quando o preço estiver entre US\$ 60 e US\$ 70; 3% quando o preço estiver entre US\$ 70 e US\$ 80; 3,5% quando preço estiver entre US\$ 80 e US\$ 100; e chegará a 4% quando o preço ultrapassar US\$ 100 por tonelada. Além do ferro, as alíquotas do nióbio, diamante e ouro também subiram, aumentando de 2% para 3%, no caso dos dois primeiros minerais; e de 1% para 2%, no caso do ouro. Além disso, o governo reduziu de 2% para 1,5% os valores cobrados por minerais de uso imediato na construção civil. A explicação oficial é de que “(...) o valor da matéria-prima é muito baixo. É calcário, areia, brita, além disso, é uma empresa geradora de emprego”. No caso da criação da Agência Nacional de Mineração, o novo órgão deverá assumir as atuais funções do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e também atuar na regulação do setor⁶⁸.

3.2 Tributação de Minério de Ferro pelo Mundo⁶⁹

3.2.1 Austrália

Na Austrália, os estados têm autonomia para determinar os royalties incidentes sobre a mineração. Na maioria dos casos, são cobrados royalties ad valorem e específicos, variáveis conforme o estado e conforme o bem mineral. Em Queensland, por exemplo, é facultada a escolha, para certos bens minerais, entre uma alíquota fixa de

⁶⁸ Em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-07/governo-eleva-royalties-sobre-minerios-e-cria-agencia-reguladora-para-o>, consultado em 10 de fevereiro de 2019.

⁶⁹ Esta seção é fortemente baseada no “CONTRATO Nº 48000.003155/2007-17: DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DUODECENAL (2010-2030) DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL”, que não será referenciado. (N.A.).

2,7% e uma alíquota variável entre 1,5% e 4,5%. Desde 2011 somente a alíquota variável é aplicada. Somente no Northern Territory se aplica um regime de cobrança de royalties baseado no lucro, sendo a base de cálculo o valor líquido da produção. Neste caso, os primeiros 50 mil dólares estão isentos de tributação. A descrição dos royalties aplicáveis a alguns bens minerais selecionados é mostrada na Tabela 06.

Tabela 06 – Royalties de Minério de Ferro na Austrália.

Minério de ferro	Queensland	Aliquota fixa de 2,7%, ou alíquota variável. Incidência acima de \$100.000 Desconto de 20% se for processado em Queensland e o conteúdo metálico for de pelo menos 95%.	Ad valorem
	New South Wales	4%	Ad valorem
	Victoria	2,75%	Ad valorem
	Western Australia	Minério beneficiado: 5% Minério fino: 5,625% Minério granulado: 7,5%	Ad valorem
	South Australia	3,5%	Ad valorem

Fonte: Relatório Ministério de Minas e Energia (2009)

3.2.2 Canadá

No Canadá, os impostos mineiros são cobrados pelas províncias, sendo diferentes para cada uma delas. Existem impostos sobre o valor da produção, sobre receita líquida, sobre o lucro, entre outros. É frequente a existência de uma tributação em dois estágios (*two-tier mining tax*). Desde janeiro de 2007, os impostos mineiros pagos pelas empresas de mineração aos governos provinciais e territoriais são totalmente dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda federal (ICMM, 2009). A seguir são apresentadas, de forma resumida, as formas de cobrança dos royalties em três províncias canadenses.

- **Alberta**

Em Alberta, de acordo com o *Metallic and Industrial Minerals Royalty*, existe cobrança de royalty específico para certos bens minerais, tais como depósitos aluvionais, minerais extraídos em pedreiras, e sal, com base na produção. O valor do royalty depende do mineral. Para outros bens minerais, tais como metais básicos, diamantes e urânio, o royalty é estruturado em dois níveis. Durante o período de recuperação do investimento, a alíquota é de 1% da receita na boca da mina, sendo permitidas algumas deduções. Após a recuperação do investimento, é cobrado um

royalty adicional, com alíquota de 12% sobre o lucro líquido. O primeiro royalty é dedutível do segundo, mas existe a exigência de pagamento de pelo menos 1% da receita na boca da mina.

- **Colúmbia Britânica**

Na Colúmbia Britânica o imposto é cobrado de forma individual para cada mina, em dois estágios, sendo que, no primeiro, uma alíquota de 2% incide sobre as receitas correntes líquidas (*net current proceeds*) e, no segundo, uma alíquota de 13% incide sobre a receita líquida (*net revenue*). O que for pago no primeiro estágio é dedutível no segundo. Para o primeiro imposto, a receita corrente líquida é a diferença entre as a receita bruta, adicionada a doações e subsídios do governo, e as despesas operacionais e a dedução dos custos de recuperação ambiental. Para o segundo imposto, a receita líquida é determinada pela dedução, da receita corrente líquida, dos custos de capital, dos custos de exploração, dos custos do desenvolvimento pré-operacional e de uma dedução de investimento (*investment allowance*). Se a receita líquida for negativa, o resultado é adicionado no *cumulative expenditure account* (CEA), que pode ser compensado nos anos seguintes por tempo ilimitado.

- **Ontário**

O imposto mineiro é calculado, de forma simplificada, pela aplicação de uma alíquota de 10% sobre o lucro tributável acima de US\$500.000, resultante da dedução, da receita, dos custos operacionais, depreciação, custos de exploração e desenvolvimento, dedução pelo processamento (*processing allowance*) e dedução básica.

3.2.3 Chile

No Chile, a legislação do imposto de renda dá um tratamento especial aos mineradores que satisfaçam certas condições (*Ley sobre Impuesto a la Renta*, contida no Decreto *Ley N° 824*). Para os mineradores que não sejam garimpeiros (*pequeños mineros artesanales*), e com exceção das sociedades anônimas e em comandita por ações, a renda líquida tributável da atividade de mineração, nela incluídas operações com plantas de beneficiamento de minerais, sempre que o volume dos minerais tratados

provenha em pelo menos 50% de minas exploradas pelo mesmo minerador, será o resultado da aplicação, sobre as vendas líquidas anuais de produtos minerais, das alíquotas contidas na Tabela 07.

Tabela 07 – Tributação de Mineradores no Chile.

Faixa de preço da libra de cobre no ano ou exercício (centavos de dólar americano)	Alíquota aplicável
Menor ou igual a 249,74	4%
Maior do que 249,74 e menor ou igual a 264,41	6%
Maior do que 264,41 e menor ou igual a 302,73	10%
Maior do que 302,73 e menor ou igual a 340,62	15%
Maior do que 340,62	20%

Fonte: *Ley sobre Impuesto a la Renta, Decreto Ley nº 824.*

Fonte: Ley sobre Impuesto a la Renta, no Decreto Ley N° 824

Por preço da libra de cobre se entende o *Precio de Productores Chilenos*, fixado pela *Comisión Chilena del Cobre*. Os preços são reajustados anualmente, antes do dia 15 de fevereiro. O *Servicio de Impuestos Internos*, conforme informe do *Ministerio de Minería*, determinará a equivalência dos preços do ouro e da prata com o preço do cobre, a fim de tornar aplicável a escala contida na Tabela 06 às vendas desses minerais e às associações desses minerais com o cobre.

Para outros produtos minerais que não sejam cobre, ouro e prata, a alíquota aplicável à renda líquida tributável é de 6% do valor líquido de suas vendas. Em 2005 foi aprovada a legislação que instituiu a cobrança de um imposto adicional, para as empresas de mineração que tenham vendas anuais superiores a 12 mil toneladas de cobre refinado. O imposto é progressivo e tem como base de cálculo a renda fiscal operacional da empresa. Para as empresas com vendas anuais superiores a 50 mil toneladas de cobre refinado, se aplica uma alíquota única de 5%. Para aquelas empresas com vendas anuais entre 12 mil toneladas e 50 mil toneladas, se aplica a alíquota progressiva que varia de 0,5% a 4,5%. A empresa que tiver vendas inferiores a 12 mil toneladas anuais está isenta de pagamento deste imposto.

Para evitar que as empresas reduzam artificialmente sua margem operacional a menos de 8%, e desse modo não pagar impostos, o *Servicio de Impuestos Internos* pode impugnar os preços declarados para as vendas e usar, como referência preços determinados pela *Comisión Chilena de Cobre*. A aprovação dessa legislação foi precedida de muita discussão, traduzindo a insatisfação com o sistema tributário

vigente. Como exemplo, durante 22 anos a mineradora Disputada de los Condes, pertencente à Exxon, não pagou imposto de renda, tendo declarado perdas em todos os anos (CONSIGLIERI et al, 2004). Antes da aprovação do imposto adicional, foi apresentada e rejeitada proposta de instituição da cobrança de um royalty *ad valorem*. Por lei, os três segmentos das Forças Armadas recebem 10% do lucro das vendas de cobre.

3.2.4 China

Na China incidem duas formas de tributação sobre minérios. A primeira é o “Imposto sobre Recursos Minerais” e o segundo é a “Taxa de Compensação de Recursos”.

O **Imposto sobre Recursos Minerais** é um imposto sobre recursos pago por todos aqueles que extraem recursos minerais no território da China. No caso de grandes prejuízos causados por acidentes ou desastres naturais no decorrer da extração dos recursos minerais tributáveis, o imposto pode ser reduzido ou dispensado, dependendo da gravidade da situação. O imposto incidente sobre o minério de ferro e minério de metais não ferrosos é reduzido no caso de produtores independentes. Na Tabela 08, estão representados todos os valores devidos por unidade produzida (peso ou volume), para diferentes bens minerais.

Tabela 08 – Imposto sobre Recursos Minerais na China.

Bens Tributáveis	Imposto por unidade
Petróleo	8-30 yuan ⁹ (US\$1,17-US\$4,40) por tonelada
Gás natural	2-15 yuan (US\$0,29-US\$2,20) por metro cúbico
Carvão	0,3-5 yuan (US\$0,04-US\$0,73) por tonelada
Outros minerais não-metálicos	0,5-20 yuan (US\$0,07-US\$2,94) por tonelada ou metro cúbico
Minérios ferrosos	2-30 yuan (US\$0,29-US\$2,94) por tonelada
Minérios não-ferrosos	0,4-30 yuan (US\$0,06-US\$4,40) por tonelada
Sal (1) sal sólido (2) sal líquido	10-60 yuan (US\$1,47-US\$8,80) por tonelada; 2-10 yuan (US\$0,29-US\$1,47) por tonelada.

Fonte: Relatório Técnico 09: Análise Comparativa de Royalties (MME 2009)

A **Taxa de Compensação de Recursos** é um royalty *ad valorem*, dedutível do imposto de renda, cuja receita é partilhada entre o governo central e os governos locais. Os contribuintes são os titulares de direitos minerais, sendo a base de cálculo o valor dos recursos produzidos. As alíquotas variam entre 0,5% e 4%. Há tratamento

preferencial para certas situações, como no caso do ouro, isento de pagamento da taxa de compensação.

3.2.5 Índia

Na Índia existem royalties ad valorem e específicos, e o royalty varia para cada bem mineral. Na Tabela 09 está representada a tributação específica para minério de ferro.

Tabela 09 – Cobrança de Royalties de Minério de Ferro na Índia.

Minério de ferro	
- Granulado	
Com 65% ou mais de Fe contido	24 rúpias ¹¹ e 50 paise por tonelada
De 62% a menos de 65% de Fe contido	14 rúpias e 50 paise por tonelada
De 60% a menos de 62% de Fe contido	10 rúpias por tonelada
Com menos de 60% de Fe contido	7 rúpias por tonelada
- Finos	
Com 65% ou mais de Fe contido	17 rúpias por tonelada
De 62% a menos de 65% de Fe contido	10 rúpias por tonelada
Menos de 62% de Fe contido	7 rúpias por tonelada

Fonte: <http://mines.nic.in/comp5.html> (Acesso em 05.07.2009)

3.2.6 Peru

Desde 2004, a legislação estabeleceu a cobrança de royalties sobre o valor dos concentrados. Uma alíquota de 1% se aplica para produções com valor de até 60 milhões de dólares; a alíquota passa para 2% para produções com valor entre 60 milhões de dólares e 120 milhões de dólares; acima deste valor, a alíquota é de 3%. Segundo SANCHÉZ E JARDÉ (2006), os pequenos produtores e os garimpeiros estão isentos tributos. Igual ao Chile, os três segmentos das Forças Armadas recebem uma porcentagem do lucro das vendas de cobre, gás natural e outros minerais.

3.3 Fundos Constitucionais de Financiamento

A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, ao regulamentar o artigo 159, inciso I, alínea “c” da Constituição da República Federativa do Brasil, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do

Norte (FNO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, por meio das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos.

Atualmente, os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): parcela de recursos tributários da União são destacados para o implemento de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País. Essa destinação está prevista na Constituição Federal de 1988. Assim, os recursos que compõem esses Fundos correspondem a 3% do produto da arrecadação do IPI e IR. Deste total, cabe ao FNO 0,6%, ao FCO 0,6% e ao FNE 1,8%. Além disso, compõem os recursos desses Fundos os retornos e resultados de suas aplicações, o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial e as disponibilidades dos exercícios anteriores.

Fundos Constitucionais de Financiamento não entram no teto de gastos do Orçamento, o que possibilita maiores investimentos e que as receitas, tanto geradas por meio de royalties (em especial de minérios), quanto às de porcentagens de vendas de produtos de defesa para as Forças, sejam operadas de forma a desenvolver os projetos que sofrem com os frequentes cortes de gastos em investimento do governo federal.

3.4 Fundo Constitucional de Financiamento da Defesa

3.4.1 Antecedentes do Fundo

Devido a todos os problemas fiscais apontados nos capítulos anteriores que, como já demonstrado, têm efeito direto no investimento brasileiro em Defesa, fica claro que os próximos ajustes pelos quais o Brasil irá passar restringirão ainda mais os investimentos em Defesa. Deste modo e, tendo em vista a atual situação dos equipamentos das Forças Armadas Brasileiras, o país precisa de novos meios de financiar suas instituições militares. Sendo assim, sugere-se a criação de um Fundo Constitucional de Financiamento para a Defesa Nacional. Apesar de as Forças Armadas já contarem com alguns Fundos, estes por si só são insuficientes para manter a engrenagem de Defesa funcionando. Alguns, como o da Força Aérea Brasileira (FAB), recebem royalties. No caso da FAB, é uma das destinações das Tarifas de Embarque.

O principal problema dos atuais Fundos Militares é o fato de estes também entram no teto de gastos. Ou seja, se a FAB lucra (hipoteticamente) 01 (um) milhão com Tarifas de Embarque em 2017, para o Orçamento do ano seguinte, é menos 01 (um) milhão que será repassado para ela pelo Ministério do Planejamento⁷⁰. Acaba que, diante da atual situação, não é “benéfico” para as Forças, possuir uma fonte de arrecadação extra. Não consegue usufruir dos frutos do trabalho. Rendimento acaba não compensando. Um exemplo de “escape” do Teto de Gastos é a “engenharia orçamentária” desenvolvida pela Marinha do Brasil (MB) para reconstrução da Frota de Superfície (PROSUB) via Empresa Gerencial Projetos Navais (EMGEPRON). Participação da Força – no caso a Marinha – em empresas independentes. O que for comprado/desenvolvido vai pertencer à empresa que, “arrenda” para a Marinha. A empresa vai ser a dona do produto. A empresa pertence à União, sob tutela da Marinha, ou seja, a MB vai ser a usufrutuária de um produto que, indiretamente, é dela.

Entretanto, essas iniciativas isoladas não são suficientes para manter as atuais condições operacionais das Forças Armadas, quiçá para o necessário reaparelhamento advindo dos desafios que estas têm pela frente. Sendo assim, apresenta-se como opção mais plausível para financiar o investimento em defesa nacional, a criação de um Fundo Constitucional de Financiamento da Defesa.

3.4.2 Funcionamento do Fundo Constitucional de Financiamento da Defesa

Como já exposto nos capítulos anteriores, a situação fiscal que afeta os setores da Economia Brasileira como um todo, também incide sobre o setor de Defesa. De modo a sanar as dificuldades orçamentárias que ano a ano minam ainda mais a capacidade de Defesa do Brasil, propõe-se a criação de um Fundo Constitucional de Financiamento da Defesa (FCF Def). O Fundo será abastecido com recursos provenientes do imposto adicional aos royalties já existentes sobre minério de ferro. Entre 1% e 2% sobre o preço médio do minério de ferro no mercado internacional correspondente aos três meses anteriores. Esse valor só será cobrado sobre o minério de ferro exportado, na forma de um imposto de exportação sobre o mineral.

Essa proposta tem dois objetivos principais. O primeiro é reduzir a incidência da doença holandesa, ou seja, à relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro. Como a abundância de recursos naturais gera vantagens comparativas para o país que os possui, levando-o a se especializar na produção desses

⁷⁰ Atualmente aglutinado na pasta “Ministério da Economia”. (N.A.).

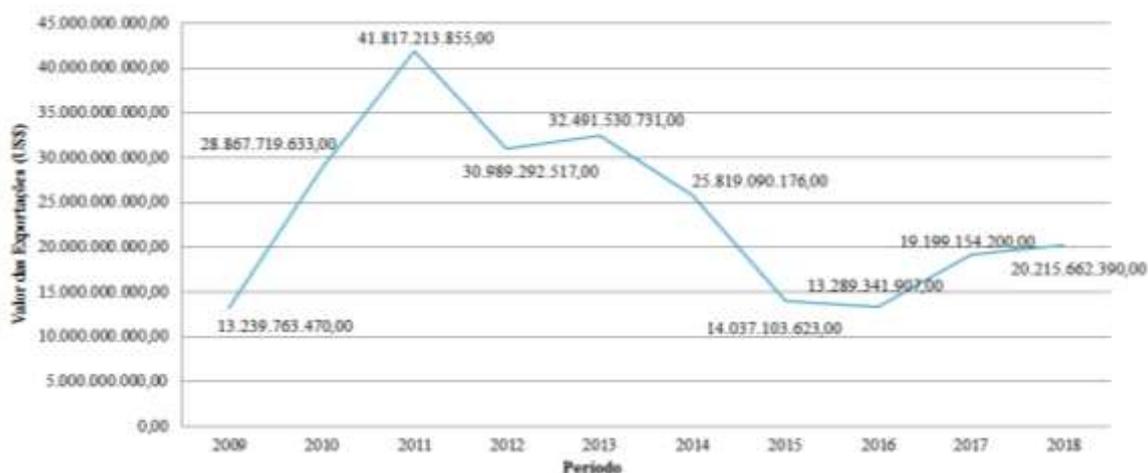
bens e a não se industrializar ou mesmo a se desindustrializar – o que, em longo prazo, inibe o processo de desenvolvimento econômico⁷¹. Ao se destinar recursos do setor mineral para o investimento em Defesa, se está contribuindo para contornar o problema que poderia ser causado pela doença holandesa. O país não ficaria refém somente de sua produção mineral, pois como explicado anteriormente, o setor de Defesa não apenas serve como demanda para pesquisa e desenvolvimento, mas também gera um efeito em cascata, levando ao desenvolvimento da indústria que, necessita de infraestrutura. Ou seja, os recursos advindos deste Fundo, indiretamente estariam também contribuindo para a revitalização e expansão da infraestrutura brasileira.

O segundo objetivo, este mais específico e, além da capacidade de transbordamento que o investimento orientado para o setor trará, resolver a própria questão dos recursos destinados para a Defesa. Com uma fonte de recursos assegurada, o setor poderá trabalhar com projetos de curto, médio e longo prazo, assegurando que a Defesa Nacional não fique comprometida.

Como uma forma de prever a arrecadação do Fundo para os próximos dez anos, é possível estimar o quanto será arrecadado tendo por base o valor das exportações de minério de ferro (em US\$) na última década, como demonstrado no Gráfico 17.

⁷¹ L. C. Bresser Pereira. “**The Dutch disease and its neutralization: A Ricardian approach**”. Revista de Economia Política, 28:47–71 2008, apud Michele Polline Veríssimo et al. **Taxa de Câmbio e Preços de Commodities: Uma Investigação sobre a Hipótese da Doença Holandesa no Brasil**. Economia, Brasília (DF), v.13, n.1, p.93–130, jan/abr 2012.

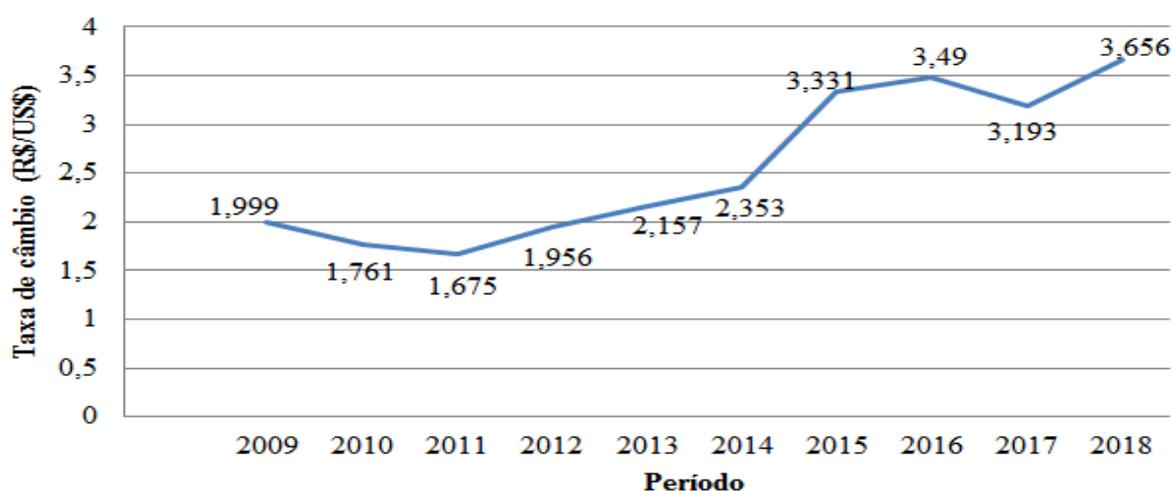
Gráfico 16 - Exportações Brasileiras do Minério de Ferro entre 2009 e 2018 (US\$)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com informações do MDIC⁷²

Os valores do Gráfico 17 estão expressos em bilhões de US\$. De modo a converter para a moeda brasileira, foi aplicada a média das taxas de câmbio médias anuais dos últimos dez anos, como representado no Gráfico 18.

Gráfico 17 - Médias Anuais da Taxa de Câmbio entre 2009 e 2018 (R\$/US\$)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com informações do IPEA Data⁷³

O resultado final do valor médio das exportações em Reais aplicando a taxa de câmbio de R\$ 2,560 foi de R\$ 61.431.263.360,51⁷⁴. Considerando a alíquota para imposto de 1,5% (valor médio da taxa proposta) a arrecadação anual média dos últimos dez anos

⁷² Dados disponíveis em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>, consultado em 06 de março de 2019.

⁷³ Dados disponíveis em: <http://ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38389>, consultado em 06 de março de 2019.

⁷⁴ Foram considerados apenas os valores nominais das Moedas, não sendo consideradas as inflações de Brasil e Estados Unidos da América. (N.A.).

teria sido de R\$ 921.468.950,41. Isto posto, fica demonstrado que a tributação da exploração do minério de ferro contribui como meio auxiliar de arrecadação para as Forças Armadas.

Para cada R\$ 1,00 arrecadado no imposto, o Tesouro Nacional fará um repasse de R\$ 1,00 ao FCF Def, deste modo é possível reduzir o efeito do repasse anteriormente citado. Em se tratando de projetos de defesa, o valor arrecadado pelo fundo permitirá a continuidade e a conclusão dos Projetos Estratégicos já em andamento. Esta é a prioridade inicial do Fundo. Posteriormente, permitirá que o país continue avançando na área de desenvolvimento de tecnologia militar, com uma constante modernização de suas Forças Armadas. Em se tratando de projetos de médio a longo prazo, o horizonte de dez anos estimado permite uma margem de manobra para os futuros projetos. É importante ressaltar que a alíquota aqui proposta é um adicional ao que já está em andamento no Congresso Nacional. Uma alíquota de 1% a 2% fornece um montante razoável de arrecadação para o FCF Def, sem prejudicar a atividade mineradora. Portanto, não é uma alíquota extorsiva. Vale ressaltar que esta é uma simulação, ou seja, uma expectativa de rendimentos.

Como demonstrado anteriormente (tópico 3.3), os Fundos Constitucionais de Financiamento devem estar sob a tutela de uma instituição financeira. Uma das maiores críticas ao funcionamento dos FCFs é a forma como os recursos são geridos. Na concepção visam atender às demandas regionais, mas acabam esbarrando em uma série de empecilhos, muitos dos quais devido à pouca capacidade de geri-los por parte das instituições financeiras aos quais estão sob tutela. Por se tratar de um fundo Federal, que será o responsável por assegurar recursos para grandes projetos, recomenda-se que o FCF Def seja vinculado ao Banco do Brasil (BB). Este Banco foi recomendado, pois além de ser o maior banco público brasileiro⁷⁵, possui experiência em diversas operações complexas tanto no Brasil como no exterior. Além de possuir grande capacidade de gerenciar os ativos necessários para a constituição do FCF Def. Deste modo, haveria a garantia de funcionamento do FCF Def.

Por se tratar de um bem público puro, a Defesa Nacional pode ser suprida apenas por meio do Estado. É urgente a necessidade de que o FCF Def seja implantado. Somente assim o país terá condições de contar com Forças Armadas equipadas e prontas para atender ao chamado de defesa do território e do povo brasileiro.

⁷⁵ Em: <https://www.valor.com.br/valor1000/2017/ranking100maioresbancos>, consultado em 11 de fevereiro de 2019.

Conclusão

Esta Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Economia propôs-se a lançar um olhar sobre um problema que a muito afeta as Forças Armadas Brasileiras: a falta de recursos para investimento na capacitação e no reaparelhamento. Este fato que atinge o setor de Defesa, tem se agravado nos últimos anos devido há crise financeira pela qual o Brasil atravessa. Mesmo em face da (lenta) recuperação econômica e da retomada do crescimento, muitos problemas ainda permeiam o país e afetam direta ou indiretamente a Defesa como um todo. De modo a buscar uma solução para esse cenário, ou mesmo uma forma de mitigar as dificuldades enfrentadas, este trabalho se propôs a oferecer uma alternativa para a escassez de divisas: uma proposta de tributação da exploração do minério de ferro que será administrada por meio de um Fundo Constitucional de Financiamento. Com uma estimativa de arrecadação total de aproximadamente 9,2 bilhões de reais em dez anos, o FCF Def contribuirá para mitigar as necessidades orçamentárias das Forças Armadas.

Como demonstrado ao longo de três capítulos, o Brasil passa por um momento ímpar em sua História. Mesmo tendo experimentado em primeira mão ao longo de todo o século XX diversas crises e choques econômicos – tanto advindos de fatores externos, quanto internos, por vezes de ambos – o momento pelo qual o país passa é singular. A crise econômica que, mesmo arrefecida ainda está presente no cotidiano de diversos brasileiros, ainda deve perdurar por certo tempo. A desindustrialização e o precário investimento em infraestrutura, de nada contribuem para a retomada do crescimento e do desenvolvimento da economia e da sociedade brasileira.

Esse estudo possui uma grande importância no contexto atual do país. Para a Academia, é uma contribuição a um tema ainda pouco estudado no país: Defesa e Forças Armadas. Mesmo tendo crescido o interesse nos últimos anos, ainda são escassos – principalmente em relação aos países do norte global – os trabalhos nas instituições de Ensino Superiores civis que tratem de qualquer temática relacionada à Defesa. Para a Defesa Brasileira, este estudo serve como ponto de apoio e resposta para, como diversas vezes mencionado, um problema antigo, que é a escassez de recursos. Para o país como um todo, as análises aqui contidas, mostram como é imperativo o retorno dos investimentos e a capitalização de recursos para fazer com que a nação volte não apenas a crescer, mas a se desenvolver. Somente por meio de grandes projetos será possível trazer de volta ao mercado de trabalho os mais de treze milhões de compatriotas que se encontram em situação de desemprego.

Como tantos outros setores, também a Defesa é vítima da crise brasileira. Tendo o problema fiscal como um dos maiores fardos que fazem com que a crise se arraste, está demonstrado neste estudo como uma iniciativa inovadora pode contribuir não apenas para a retomada do investimento em Defesa, mas também, devido a seu efeito de se espriar para outros setores, contribuir para a definitiva saída da crise econômica. A solução encontrada para reavivar os projetos de defesa foi a criação de um tributo incidente sobre a exploração do minério de ferro, de modo a financiar o reaparelhamento das Forças Armadas. Por ser o setor mineral um setor que, como demonstrado anteriormente, não será penalizado – nem haverá um impacto direto sobre sua atividade fim – os tributos incidirão sobre o preço médio do minério de ferro no mercado internacional no apanhado dos três meses anteriores à sua arrecadação. É importante ressaltar que será cobrado apenas sobre o produto exportado, o que não penalizará as empresas brasileiras.

Todos os objetivos inicialmente propostos foram alcançados. Foi feita uma contextualização do cenário internacional, demonstrando a crescente incerteza que paira sobre o mundo – inclusive em relação a antigos aliados –, o que pede Forças Armadas preparadas e equipadas, não para fazer a guerra, como advogam alguns, mas para permanentemente zelar pela paz. Foi feita a análise de diversos setores da Economia Brasileira, demonstrando que a Defesa é parte de um problema maior que se abate sobre todas as esferas da vida nacional. Por fim, foi demonstrada a importância do setor mineral para o Brasil e como este é o único setor que comporta uma tributação que permitirá às Forças Armadas receberem os recursos tão necessários. Além de demonstrar como se dará a administração dos recursos provenientes dos tributos da exploração do minério de ferro. Vale sempre ressaltar que a Defesa Nacional é um bem público puro, sendo o Estado o único ente verdadeiramente responsável por provê-la. Somente por meio de Forças Armadas equipadas e modernas é possível fazê-lo.

A análise econômica dos problemas sociais e a busca por respostas para esses fenômenos contribuem para uma melhor compreensão do mundo humano e especialmente da realidade brasileira. A junção dos diversos conhecimentos aqui presentes, como economia e militar, colocados sob uma mesma ótica, permite uma melhor compreensão dos fenômenos humanos e de seu impacto na sociedade, o que permite uma busca mais eficaz para os dilemas das sociedades. Gilberto Freyre dizia que o “O saber deve ser como um rio, cujas águas doces, grossas, copiosas, transbordem do indivíduo, e se espriem, estancando a sede dos outros. Sem um fim social, o saber será a maior das futilidades.” Este estudo, apesar de ter procurado oferecer respostas

contundentes aos questionamentos sociais, não está acabado. Uma verdadeira pesquisa nunca acaba. Seja para seu autor, ou para os demais pesquisadores. Há sempre universos a serem explorados e novos tópicos a serem abordados. Que este estudo possa incentivar mais pesquisas na área de Defesa e principalmente aquelas que visem o desenvolvimento de nosso país. Desejo que para além de ter respondido aos problemas mencionados na introdução, esse trabalho possa servir para estreitar os laços entre as instituições de ensino civis e militares, contribuindo para fazer do Brasil um lugar melhor.

Referências Bibliográficas

1) Livros:

1.1) Obras Citadas

ANDERSON, Perry, 1938-. **A política externa norte americana e seus teóricos.** / Perry Anderson ; tradução George Kormikiaris. – 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2015.

BRESSER-PEREIRA. L. C. “**The Dutch disease and its neutralization: A Ricardian approach**”. Revista de Economia Política, 28:47–71 2008, apud Michele Polline Veríssimo et al. **Taxa de Câmbio e Preços de Commodities: Uma Investigação sobre a Hipótese da Doença Holandesa no Brasil.** Economia, Brasília(DF), v.13, n.1, p.93–130, jan/abr 2012.

_____. (2009). **Globalização e competição.** Rio de Janeiro: Elsevier-Campus.

COELHO NETO, J. S. **A evolução histórico-legal da tributação dos minerais e o papel do poder legislativo na construção do direito tributário mineral brasileiro.** In: BRAZ-PEREIRA, E. et al. **A tributação da mineração.** Brasília: DNPM, 1987, 277 p.

CONSIGLIERI F., J. et al. **Royalties da mineração.** Série Mineração e Desenvolvimento Sustentável. Montevidéo: Iniciativa de Investigación sobre Política Mineras, International Development Research Center (IDRC), 2004, 12 p.

COZENDEY, Carlos Márcio B. **Instituições de Bretton Woods: desenvolvimento e implicações para o Brasil** / Carlos Marcio B. Cozendey. – Brasília: FUNAG, 2013.

FERGUSON, Niall, 1964-. **A ascensão do dinheiro: a história financeira do mundo.** / Niall Ferguson; tradução Cordelia Magalhães. – 2. ed. – São Paulo: Planeta, 2017.

FIORI, J. L. (2001). **Polarização Mundial e Crescimento.** Ed. Vozes, Petrópolis.

HERMANN, J. (2002). **A Macroeconomia da Dívida Pública: notas sobre o debate atual e a experiência brasileira recente (1999-2002).** Cadernos Adenauer, Ano III, nº 04. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Novembro.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 [1977].

JOHNSON, C. (2004). **The Sorrows of Empire**. Metropolitan Books, New York.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial** / Henry Kissinger; tradução Cláudio Figueiredo. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KUZNETS, Simon, 1941. “**Statistics and Economic History**.” The Journal of Economic History, Cambridge University Press, vol. 1(01), pages 26-41, May.

MINSKY, H. (1982). **Can “it” happen again?** Armonk, M.E.Sharpe.

_____, “**The Financial-Instability Hypothesis: Capitalist Processes and the Behavior of the Economy**” (1982). Hyman P. Minsky Archive. Paper 282.

NAPOLEÃO I, Imperador dos franceses, 1769-1821. **Máximas e pensamentos** / Napoleão; seleção e prefácio, Honoré de Balzac; tradução José Dauster. – Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

SÁNCHEZ-ALBAVERA, F e JARDÉ, J. **Minería y competitividad internacional em América Latina**. Série Recursos Naturales e Infraestructura 109. Santiago: CEPAL, 2006, 140 p.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. / Paulo Sandroni. – Rio de Janeiro: Record, 2005.

VÁRIOS AUTORES. **O livro da economia**. / [tradução Carlos S. Mendes Rosa]. – São Paulo: Globo, 2013.

ZWEIG, Stefan. **Brasil, país do futuro**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1941.

1.2) Obras Complementares

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. / Geoffrey Blainey; [versão brasileira da editora] – 1. ed. – São Paulo, SP: Editora Fundamento Educacional, 2008.

CONAGHAN, Daniel. **The book of money: everything you need to know about how finances work.** / Daniel Conaghan. Published by Firefly Books Ltd. 2013.

JONES, Charles I. (Charles Irving). **Introdução à teoria do crescimento econômico.** / Charles I. Jones ; tradução de Maria José Cylhar Monteiro. – Rio de Janeiro: campus, 2000.

MILL, Alfred. **Tudo o que você precisa saber sobre economia.** / Alfred Mill; tradução de Leonardo Abramowicz. – São Paulo: Editora Gente, 2017.

OREIRO, José Luis. **Microdinâmica Pós-Keynesiana: crescimento e distribuição de renda.** / José Luis Oreiro. – Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. 320 p.

OSBORNE, Roger. **Civilização: uma nova história do mundo ocidental.** / Roger Osborne: tradução Pedro Jorgensen. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Difel, 2016.

SEVERAL AUTHORS. **The Big “L”: American logistics in World War II.** An Industrial College of the Armed Forces Study. / Edited by ALAN GROPMAN. National Defense University Press. Washington, DC; 1997.

SILVA, Golbery do Couto e, 1911-1987. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil** / Golbery do Couto e Silva. – 3. ed. – Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental: potências emergentes e a nova ordem global.** / Oliver Stuenkel; tradução Renato Aguiar. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

TITMAN, Sheridan. **Avaliação de projetos e investimentos: valuation.** / Sheridan Titman, John D. Martin ; tradução Heloísa Fontoura ; revisão técnica: Luiz Eduardo T. Brandão. – Porto Alegre : Bookman, 2010.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações.** 18. Ed. São Paulo, Cultrix: 2011.

2) Jornais e Revistas:

ROSENBERG, Luiz. **Déficits fiscais, orçamento plurianual e segurança nacional.** Valor Econômico, São Paulo, 25, 26 e 27 de ago. 2018. Valor, p. A12.

VERDÉLIO, Andreia. **“Brasil gasta 3,8% do PIB em saúde pública”**, publicado originalmente em 01/11/2018 – 13h25min Por Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil – Brasília.

3) Principais Sítios Oficiais Consultados:

<http://www.anm.gov.br/>

<http://www.casacivil.gov.br/>

<http://www.defesa.gov.br/>

<http://www.eb.mil.br/>

<http://www.fab.mil.br/>

<http://www.fazenda.gov.br/>

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/>

<http://www.mme.gov.br/>

<http://www.planejamento.gov.br/>

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/>

<http://www2.planalto.gov.br/>

<https://www.bancoamazonia.com.br/>

<https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial#/>

<https://www.bcb.gov.br/>

<https://www.bnb.gov.br/>

<https://www.camara.leg.br/>

<https://www.marinha.mil.br/>

<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>

4) Links Para Dados Utilizados:

<http://edition.cnn.com/2001/US/09/20/gen.bush.transcript/>, consultado em 24 de maio de 2018.

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,china-se-torna-segunda-maior-economia-mundial-imp-,679636>, consultado em 24 de maio de 2018.

<https://www.theguardian.com/world/2014/mar/18/vladimir-putin-chilling-address-duma-world-view>, consultado em 24 de maio de 2018.

<https://www.theguardian.com/world/2017/may/28/merkel-says-eu-cannot-completely-rely-on-us-and-britain-any-more-g7-talks>, consultado em 24 de maio de 2018.

<https://thediplomat.com/2018/12/would-the-us-really-lose-a-war-with-china-and-russia/>, consultado em 06 de março de 2018.

<https://www.sipri.org/media/press-release/2018/global-military-spending-remains-high-17-trillion>, consultado em 02 de maio de 2018.

<https://www.foreignpolicyjournal.com/2012/08/17/reinventing-a-new-world-order-for-the-twenty-first-century/>, consultado em 22 de maio de 2018.

https://www.focuseconomics.com/sites/default/files/wysiwyg_images/focuseconomics_january_biggest_economies-01.jpg, consultado em 24 de maio de 2018.

<https://rarehistoricalphotos.com/berlin-end-war-1945/>, consultado em 24 de maio de 2018.

<https://www.cfr.org/blog/russia-first-instance-socialist-economy-action-and-it-works-my-transcription-hd-white-essay>, consultado em 24 de maio de 2018.

<http://www.worldbank.org/en/about/archives/history/exhibits/bretton-woods-monetary-conference>, consultado em 25 de maio de 2018.

<https://www.economist.com/briefing/2014/02/17/a-century-of-decline>, consultado em 25 de maio de 2018.

http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23, consultado em 22 de maio de 2018.

https://www.washingtonpost.com/lifestyle/kidspost/art-group-to-rebuild-berlin-wall-in-german-capital/2018/08/28/54dfed2c-a09f-11e8-8e87-c869fe70a721_story.html?noredirect=on, consultado em 28 de Agosto de 2018.

<https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1946-1963-elder-statesman/the-sinews-of-peace/>, consultado em 25 de maio de 2018.

https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1991/12/09/soviet-union-as-weve-known-it-is-gone-baker-says/474be2be-d695-419a-bdf0-f6d36752f088/?noredirect=on&utm_term=.bd7c7ed9666d, consultado em 24 de maio de 2018.

<https://linguagemgeografica.blogspot.com/2014/08/a-guerra-do-golfo.html?m=1>, consultado em 25 de maio de 2018.

<http://www1.cbn.com/node/199091>, consultado em 26 de maio de 2018.

<https://www.businessinsider.com/wall-street-financial-crisis-for-junior-bankers-2016-1>, consultado de 25 de novembro de 2018.

https://data.worldbank.org/indicator/NV.IND.TOTL.ZS?end=2017&locations=US-CN-JP-DE-GB-FR-IN-BR-IT-CA&name_desc=false&start=1960&type=shaded&view=chart, consultado em 12 de Novembro de 2018.

<http://www.funag.gov.br/ipri/index.php/o-ipri/47-estatisticas/94-as-15-maiores-economias-do-mundo-em-pib-e-pib-ppp>, consultado em 12 de novembro de 2018.

<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/participacao-da-industria-de-transformacao-no-pib-1947-2014/>, consultado em 29 de novembro de 2018.

<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/defesa-nacional-e-prioridade-do-brasil/sucateamento-das-forcas-armadas-e-preocupante.aspx>, consultado em 21 de maio de 2018.

<https://br.sputniknews.com/infograficos/2018121112877631-exercitos-mais-poderosos-ranking-brasil/>, consultado em 08 de fevereiro de 2018.

<https://oglobo.globo.com/economia/com-cortes-nos-orcamentos-mais-ministerios-tem-dificuldades-de-manter-atividades-21575482>, consultado em 26 de maio de 2018.

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,forças-armadas-softem-corte-de-44-dos-recursos,70001935173>, consultado em 13 de novembro de 2018.

<https://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos>, consultado em 23 de dezembro de 2018.

<https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-01-31/former-fed-chair-alan-greenspan-sees-bubbles-in-stocks-and-bonds>, consultado em 26 de maio de 2018.

http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folgers/site_fazenda/prest_contas/cidadao/2013/2014/09%20-%20SETEMBRO/%283%29%20Relat%C3%B3rio%20Prestando%20Contas%20ao%20Cidad%C3%A3o%20-%20Resultado%20Primario%20e%20Or%C3%A7ament%C3%A1rio.pdf, consultado em 12 de fevereiro de 2019.

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarmetadados/consultarMetadadosSeries.do?metod=consultarMetadadosSeriesInternet&hdOid-SerieSelecionada=13761>, consultado em 01 de dezembro de 2018.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-11/brasil-gasta-38-do-pib-em-saude-publica>, consultado em 12 de fevereiro de 2018.

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/01/20/orcamento-limitado-por-teto-pode-ampliar-obsolescencia-das-forcas-armadas-e-preocupa-oficiais.htm?cmpid=copiaecola>, consultado em 06 de fevereiro de 2019.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/saiba-o-que-muda-com-aprovacao-final-da-pec-do-teto-dos-gastos-publicos>, consultado em 12 de fevereiro de 2018.

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fmi-reduz-a-previsao-de-crescimento-do-brasil-em-2018-e-2019,70002539774>, consultado em 12 de novembro de 2018.

http://www.mme.gov.br/documents/10584/1594105/Linha_do_tempo.pdf/acb3a5a9-9f7d-4d18-9191-58b1ed375791, consultado em 10 de fevereiro de 2018.

<http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/qual-a-importancia-da-mineracao-para-a-economia-do-pais.aspx>, consultado em 15 de fevereiro de 2019.

<https://g1.globo.com/especial-publicitario/em-movimento/noticia/2018/12/10/como-a-mineracao-ajuda-a-alavancar-a-economia-brasileira.ghtml>, consultado em 15 de fevereiro de 2019.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-07/governo-eleva-royalties-sobre-minerios-e-cria-agencia-reguladora-para-o>, consultado em 10 de fevereiro de 2019.

<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>, consultado em 06 de março de 2019.

<http://ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38389>, consultado em 06 de março de 2019.

<https://www.valor.com.br/valor1000/2017/ranking100maioresbancos>, consultado em 11 de fevereiro de 2019.

<https://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos>, consultado em 15 de fevereiro de 2019.

5) Documentos Oficiais, Documentos e Correspondências Militares, Manuais e Relatórios:

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Departamento Nacional de Produção Mineral. Sumário Mineral / Coordenadores Thiers Muniz Lima, Carlos Augusto Ramos Neves Brasília: DNPM, 2016.

_____. Estratégia Nacional de Defesa. Promulgada em 2012.

_____. O Livro Branco de Defesa Nacional. Promulgado em 2012.

_____. Política Nacional de Defesa. Promulgada em 2012.

Câmara dos Deputados. Orçamento da União em foco: parâmetros, resultados fiscais e execução / Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. – Ano 5, n. 1 (out. 2018) – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

Confederação Nacional da Indústria. FCO, FNE e FNO Fundos Constitucionais de Financiamento: como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília, 2011.

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – SF e Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CD. “SUBSÍDIOS À APRECIÇÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2019.” PLN Nº 2/2018. NOTA TÉCNICA CONJUNTA NO 1/2018. Brasília, DF. 2018.

Ministério de Minas e Energia. “CONTRATO Nº 48000.003155/2007-17: Desenvolvimento de Estudos para Elaboração do Plano Duodecenal (2010-2030) de Geologia, Mineração e Transformação Mineral.”. Relatório. 23 p. J Mendo Consultoria. 2009.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. “TRANSIÇÃO DE GOVERNO 2018-2019: INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS.” Relatório. 176 p. Brasília, DF. 2018.

Tesouro Nacional. “Aspectos Fiscais da Educação no Brasil”. Relatório. 13 p. Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF. Brasília, DF. 2018.

_____. “Aspectos Fiscais da Saúde no Brasil.” Relatório. 11 p. Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais – CESEF. Brasília, DF. 2018.

1) Lista de Projetos Estratégicos das Forças Armadas⁷⁶



A partir das diretrizes estabelecidas na Estratégia Nacional de Defesa (END), o Ministério da Defesa definiu os projetos estratégicos que permitirão ao país desenvolver capacidade para defender, com eficiência, sua soberania e seus interesses.

Prioritárias, essas iniciativas contam com aportes financeiros que garantem sua execução continuada. Todos esses projetos, além disso, foram incluídos no Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED), principal instrumento que o Estado dispõe para garantir o fornecimento dos meios que as Forças Armadas necessitam.

Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro

Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro

Projeto Sisfron
O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), utiliza novas tecnologias de comunicação e controle no monitoramento de fronteira para reduzir as situações de vulnerabilidade nessas regiões.

- Sensoriamento
- Apoio à detecção
- Apoio à atuação

Projeto Guarani
O Guarani é um carro de combate anfíbio e faz parte da nova família de veículos blindados do Exército produzidos no Brasil. A viatura apresenta robustez, simplicidade no emprego e custo reduzido de manutenção.

- Transporta até 11 militares
- Capacidade anfíbia
- Deteção por laser
- Proteção blindada

Projeto Proteger
O Proteger é um sistema utilizado para segurança em grandes eventos, no apoio à Defesa Civil, na preservação ambiental e acionado em casos de ataques terroristas e acidentes naturais.

Além de atenção à estrutura terrestre (hidrelétricas, portos, aeroportos, ferrovias), o Proteger articula-se com outros sistemas, como o Sisfron e o Projeto de Defesa Cibernética do Exército.

Infográfico: Ministério da Defesa

*Imagens meramente ilustrativas

⁷⁶ Todo o material aqui descrito pode ser encontrado em: <https://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/paed/projetos-estrategicos>, consultado em 15 de fevereiro de 2019.

Projetos Estratégicos da Marinha do Brasil

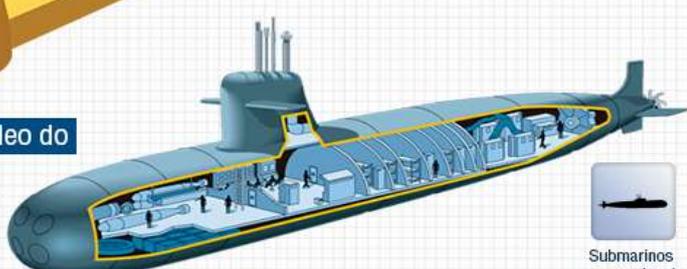
Projetos Estratégicos

Programa Nuclear da Marinha

A Marinha tem dois projetos que visam ao emprego de energia nuclear para a propulsão do primeiro submarino nuclear (SN-BR) a ser construído no Brasil. O primeiro, de combustível nuclear, foi concluído em 2012 com a inauguração da Unidade Piloto de Hexafluoreto de Urânio (Uhexa). O segundo tem conclusão prevista para 2016, com a construção, operação e manutenção de um reator.

Construção do Núcleo do Poder Naval

O projeto prevê aquisição e distribuição de material, navios e modernização das instalações da Força Naval.



Projeto: SisGAAZ

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ) pretende ampliar o monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras e das regiões de busca e salvamento sob responsabilidade do Brasil.



Infográfico: Ministério da Defesa. *Imagens meramente ilustrativas

Projetos Estratégicos da Força Aérea Brasileira



O Projeto F-X2, concebido para o reequipamento da frota de aeronaves de caça supersônicas da Força Aérea, contempla a aquisição, numa primeira fase, de 36 caças multimissão para substituir os Mirage 2000, desativados em 2013. No processo de seleção da aeronave, cinco aspectos principais foram levados em consideração: Transferência de tecnologia; Domínio do sistema de armas pelo Brasil; Acordos de offset; Características técnico-operacionais; Fator comercial. Ao final de 2013 o

governo brasileiro optou pela aquisição da aeronave sueca Saab JAS 39 Gripen NG.



O Projeto KC-X deu origem à aeronave KC-390, uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo, capaz de operar em pistas com pouco preparo, localizadas em qualquer latitude e longitude do globo terrestre. O KC-390 substituirá, com vantagens, a frota de C-130 Hércules da Força Aérea Brasileira (FAB). Essa aeronave será uma das mais importantes ferramentas da Aeronáutica para cumprir sua missão constitucional e prover a integração nacional, bem como a mobilidade estratégica necessária às forças de defesa do Brasil. O Comando da Aeronáutica assinou contrato com a Embraer para o desenvolvimento, fornecimento de protótipos e preparação da industrialização da aeronave. Argentina, Portugal e República Tcheca são parceiros no desenvolvimento e fabricação de parte da estrutura do KC-390.



O Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) é apresentado pelo desenvolvimento e/ou aquisição de meios de lançamento, plataformas espaciais (como satélites de comunicações, sensoriamento remoto e determinação de coordenadas geográficas) e estações de controle de lançamento. Possui cunho civil e militar, pois tem o potencial de atender a toda esfera governamental.

2) Índice de Siglas

ANM: Agência Nacional de Mineração

BACEN: Banco Central do Brasil

BB: Banco do Brasil

BCB: Banco Central do Brasil

BIRD: Banco Internacional para
Reconstrução e Desenvolvimento

BM: Banco Mundial

CEPAL: Comissão Econômica para a
América Latina e para o Caribe

CFEM: Compensação Financeira pela
Exploração dos Recursos Minerais

CNI: Confederação Nacional da
Indústria

CNPM: Conselho Nacional de Política
Mineral

CONOF: Consultoria de Orçamento e
Finanças

DNPM: Departamento Nacional de
Produção Mineral

EB: Exército Brasileiro

EMGEPRON: Empresa Gerencial
Projetos Navais

END: Estratégia Nacional de Defesa

FAB: Força Aérea Brasileira

FCF Def: Fundo Constitucional de
Financiamento da Defesa

FCF: Fundo Constitucional de
Financiamento

FCO: Fundo Constitucional de
Financiamento do Centro Oeste

FMI: Fundo Monetário Internacional

FNE: Fundo Constitucional de
Financiamento do Nordeste

FNO: Fundo Constitucional de
Financiamento do Norte

GATT: Acordo Geral sobre Tarifas e
Comércio

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia
e Estatística

IPCA: Índice Nacional de Preços ao
Consumidor Amplo

IPI: Imposto sobre Produtos
Industrializados

IR: Imposto de Renda

IUM: Imposto Único sobre Mineral

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

MB: Marinha do Brasil

MD: Ministério da Defesa

MPU: Ministério Público da União

N.A. Nota do Autor

NFPS: Necessidade de Financiamento do Regime Geral de Previdência Social

OMC: Organização Mundial do Comércio

ONU: Organização das Nações Unidas

OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB: Produto Interno Bruto

PND: Política Nacional de Defesa

PNDR: Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNM: Plano Nacional de Mineração

STN: Secretaria do Tesouro Nacional